



Patricia Ávila da Costa

Janela das Andorinhas
A experiência da feminilidade
em uma comunidade rural

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-Rio.

Orientadora: Professora Dra. Claudia Amorim Garcia

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2007



Patricia Ávila da Costa

**Janela das Andorinhas: A experiência da
feminilidade em uma comunidade rural**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof^a. Claudia Amorim Garcia
Orientadora

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof^a. Márcia Ramos Arán

Dept^o. de Políticas e instituições de Saúde - UERJ

Prof^a. Maria Lúcia Rocha-Coutinho

Instituto de Psicologia - UFRJ

Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade

Coordenador Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2007

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Patricia Ávila da Costa

Graduou-se em Psicologia pela UNESA (Universidade Estácio de Sá) em 1996. Bolsista de aperfeiçoamento em pesquisa CNPq em 1994. Especializou-se em Teoria Psicanalítica pelo IBMR (Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação) em 2000. Coordenou projeto na área de saúde da mulher pela ONG - Ser Mulher, de 2003 a 2005.

Ficha Catalográfica

Costa, Patrícia Ávila da

Janela das andorinhas : a experiência da feminilidade em uma comunidade rural / Patrícia Ávila da Costa ; orientadora: Claudia Amorim Garcia. – 2007.

103 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Feminilidade. 3. Mulher rural. 4. Falocentrismo. 5. Subjetivação. I. Garcia, Claudia Amorim. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Aos meus amores Edgar e Daniel Alexander pelas experiências que juntos compartilhamos – fruto de aprendizagem e alegria; aos meus pais, Vera e Roberto Ávila da Costa (*in memoriam*), de quem herdei o gosto pela leitura e escrita e a vovó Maria do Carmo (*in memoriam*) pelo seu original, criativo e amoroso estilo de ser.

Agradecimentos

À minha orientadora, Claudia Amorim Garcia, agradeço pelo produtivo encontro, do qual pude desfrutar uma rica combinação: o valor ético da tradição com a disponibilidade para o novo e o rigor teórico com o acolhimento necessário à boa realização do trabalho.

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

À Rosana e Yasmym Ávila da Costa, que mesmo distantes no cotidiano, sinto-as perto de mim em tudo que faço.

Às minhas tias e primas, Marly, Wilma, Carina, Adriana, Alessandra e Andréia Caldas com quem compartilhei grandes momentos na minha infância; relações de amor que se desdobram até os dias atuais.

À Maria Pia de Almeida pelo tão forte laço afetivo que nos une.

À vovó Eva Schneider pelo carinho, amor e atenção com nossa família.

À Beatriz e Erik Marc Ferraz pelo acolhimento, participação e contribuição nos momentos decisivos de minha vida.

À Monique Furtado, Ana Cecilia de Castro Neves e Andréia Fuks, amigas de sempre, de todas as horas e todos os tempos.

À querida amiga Angela Utchithel pelo acolhimento e pelas construtivas e incansáveis discussões sobre a mulher e a psicanálise.

Às minhas companheiras do Ser Mulher pela troca de experiência e trabalho, sempre mesclados ao prazer e à aprendizagem de estarmos juntas.

À Gilsa Tarré pela sua presença e ausência, que me ajudam a caminhar.

À Thea Schneider e Hilda pela disponibilidade e carinho ao me acolherem nas idas ao Rio.

Às professoras Márcia Arán e Silvia Alexim Nunes pelas ricas e proveitosas discussões, terreno fértil para aquisição de conhecimento e experiência na psicanálise.

Às professoras Ana Maria Nicolaci-da-Costa e Carolina Lampreia pela disponibilidade em transmitir o conhecimento no campo da psicologia.

Às secretárias da Pós-graduação, Marcelina Andrade e Vera Lúcia da Silva pela competência, eficiência e acolhimento, que em muito facilitaram meu trabalho entre a ponte de Rio e Friburgo.

À Maira Marlene, Sirlene e Jackeline por me substituírem onde meu braço não alcançava.

E, finalmente, meus agradecimentos às mulheres de Janela das Andorinhas que tornaram possível este trabalho.

Resumo

Ávila da Costa, Patricia.Garcia, Claudia Amorim. **Janela das Andorinhas: a experiência da feminilidade em uma comunidade rural.** PUC-Rio, 2007. 103 p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação investiga a experiência da feminilidade em uma comunidade rural, sob ótica da psicanálise. Discute inicialmente os conceitos de sexualidade feminina e feminilidade em Freud, apresentando, a seguir, uma nova concepção psicanalítica de feminilidade. Em seguida, aborda diferentes concepções históricas sobre a mulher, concluindo com uma apresentação sobre a mulher rural brasileira e as transformações que vem atravessando, as quais apontam para sua inserção no espaço público. Finalmente, analisa o material obtido com 14 entrevistadas sugerindo a emergência de novas possibilidades subjetivas dentre essas mulheres que nem sempre obedecem ao modelo falocêntrico de subjetivação.

Palavras-chave

feminilidade; mulher rural; falocentrismo; subjetivação.

Abstract

Ávila da Costa, Patrícia. Garcia, Claudia Amorim. **Janela das Andorinhas: a experiência da feminilidade em uma comunidade rural.** PUC-Rio, 2007. 103 p. MSc. Dissertation - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation investigates, through the optics of psychoanalysis, the experience of femininity within a rural environment. Concepts of feminine sexuality and femininity in Freud are initially discussed, followed by a new psychoanalytic conception of femininity. Different historical aspects regarding women are approached, concluding with a presentation of the Brazilian rural woman and the changes she is undergoing in time which reflect on her insertion within public space. Finally, an analysis is made of the material collected from 14 interviewed members, suggesting the emergence of new subjective possibilities, which not always comply with the phallus centric model of subjectivity.

Palavras-chave

Femininity; rural woman ; phalluscentrism; subjectivity

Sumário

1 INTRODUÇÃO	10
2 A SEXUALIDADE FEMININA EM PSICANÁLISE: MONISMO FÁLICO EM QUESTÃO?.....	14
2.1. A NOVA CARTOGRAFIA DA FEMINILIDADE	24
2.2. O TERRITÓRIO DO FEMININO: NOS REGISTROS DA EXPERIÊNCIA E DA ALTERIDADE	29
3 DIFERENTES CONCEPÇÕES SOBRE A MULHER DO XVIII AOS DIAS ATUAIS	35
4 O MUNDO RURAL EM TRANSFORMAÇÃO E SEUS EFEITOS SOBRE A MULHER.....	57
5 PESQUISA DE CAMPO: UM OLHAR PSICANALÍTICO SOBRE A MULHER RURAL	69
5.1. METODOLOGIA E ENTREVISTA	71
5.2. ENTREVISTADAS	73
5.3. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	74
6 ENTRE O TRADICIONAL E O MODERNO: UMA NOVA EXPERIÊNCIA QUE SE DESDOBRA	97
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101

1 Introdução

A psicanálise surge do encontro de Freud com a mulher no final do século XIX em Viena, em seu esforço inicial de compreender os sintomas histéricos que suas pacientes desenvolviam. Os estudos sobre a histeria são o marco inicial da psicanálise e da produção de diferentes formulações, que levam Freud a compor uma rede complexa de elaborações teóricas, entre as quais nos interessa destacar o registro do inconsciente, relacionado aos efeitos produzidos pela diferença anatômica entre os sexos. Enfatizamos, dessa maneira, a marca central do pensamento freudiano sobre a sexualidade que se funda nas conseqüências psíquicas produzidas da diferença anatômica, organizada em torno do falo. Essas conseqüências psíquicas incidem diretamente sobre as mulheres no complexo percurso rumo à feminilidade. Esta só seria alcançada por intermédio do desejo de uma mulher ter um filho, substituindo o desejo feminino de um pênis (Freud, 1933). Assim, a maternidade era considerada o representante maior da feminilidade – concepção próxima dos padrões culturais da época. Essa visão seria fruto do pensamento moderno da diferença entre os sexos, por onde se formulou a crença em uma natureza feminina frágil e passiva, e, portanto, adequada à realização da função materna e do papel de esposa voltada para o lar e para a família. Dessa forma, o dizer psicanalítico de Freud reflete o ideal de feminilidade e um tipo de representação de mulher presentes em sua sociedade, formulados ao longo dos séculos XVIII e XIX.

É nesse sentido que vários psicanalistas apontam a quanto a teoria freudiana foi construída tendo como representante histórico e cultural o cenário da Modernidade, apresentando, dessa forma, seus impasses teóricos e suas contradições no que concerne ao desenvolvimento da sexualidade feminina. A crítica central dos psicanalistas com os quais trabalhamos consiste na postulação freudiana por meio da qual o falo ocupa um lugar central no campo da subjetivação – modelo tradicional de pensar a diferença sexual – e, conseqüentemente, da concepção de feminilidade tida como a melhor saída para o desenvolvimento da sexualidade feminina, que culminaria na maternidade.

Tecendo um outro fio interpretativo, a partir da tão comentada obra de 1937, Birman (1999, 2001) vislumbra uma nova cartografia para a feminilidade, em que não há notícias do referencial fálico. O autor propõe uma releitura da sexualidade em Freud, destacando os conceitos de corpo erógeno e sublimação. Inserida na nova perspectiva, Arán (1999, 2002) como quem puxa um outro fio interpretativo, destaca a noção Benjaminiana de experiência e, sobretudo, a concepção psicanalítica de pulsão no que se articula ao conceito de alteridade, enfatizando uma outra leitura possível do feminino em psicanálise.

O pensamento tanto de Birman (1999, 2001) quanto de Arán (2001, 2002) são considerados abertos e atuais, refletindo teorizações ainda em elaboração – insuficientes –, mas que também não possuem a pretensão de se constituir como um modelo fechado, com pressupostos universais, haja vista a preocupação desses autores em relacionar a formulação dos conceitos com suas condições de possibilidades históricas, o que permite a presença de uma certa modalidade no campo da subjetivação. Dessa forma, a nova interpretação do feminino em psicanálise diz respeito a um território teórico e conceitual inserido no contexto da cultura contemporânea. Arán (2001) aponta para mudanças significativas ocorridas em nossa sociedade como a crise crescente na família nuclear, a inserção da mulher no mercado de trabalho, o movimento feminista e uma política da visibilidade da homossexualidade, fatores que contribuíram para outras formas de se expressar o feminino, como também de se pensar a noção de diferença sexual. Assim, a discussão sobre o conceito de feminilidade em psicanálise se dá nesse contexto e objetiva refletir sobre a presença de novas formas de subjetivação na cultura contemporânea.

No entanto, assinalamos que a produção teórica psicanalítica desde seus primórdios foi construída sob o olhar da classe média dos grandes centros urbanos. A mulher e as configurações do feminino sempre foram fruto de intensas discussões na psicanálise, desdobrando-se em extensas produções teóricas presentes até os dias atuais. A mulher em questão, contudo, é aquela da classe média ocidental – brasileira ou européia. Surge então um novo olhar que se propõe a investigá-la no meio rural em suas especificidades sob a ótica da psicanálise. Nenhuma pesquisa ou produção teórica sobre a mulher rural foi encontrada no campo da psicanálise, daí a relevância do tema em questão. Acreditamos, contudo, que a extensa produção teórica no campo psicanalítico

possa ser útil para pensar a subjetividade da mulher do campo a partir do conceito de feminilidade.

No primeiro capítulo, apresentamos então os diferentes percursos freudianos a respeito do desenvolvimento da sexualidade feminina e da formulação do conceito de feminilidade e seus efeitos no campo da subjetividade. Introduzimos, além disso, uma nova interpretação do feminino, desenvolvida por meio da potencialização de determinados conceitos da obra freudiana realizada por alguns psicanalistas (Birman, 1999, 2001; Arán, 2000, 2002; Nunes, 2000; Néri, 1999) na atualidade.

No segundo capítulo, retratamos as diferentes concepções históricas sobre a mulher nos últimos séculos, com o objetivo de desconstruir a visão universal e naturalizada que aproxima a mulher à noção de uma essência/natureza feminina. Apontando o quanto essa aproximação é fruto de complexas formações históricas, construídas ao longo do século XVIII, pelos discursos médicos e filosóficos que insistiam em traçar um modelo único de feminilidade para a mulher ocidental, por onde se constituíram papéis sociais distintos e opostos: homens políticos e mulheres domésticas. Retratamos também o processo de transformações sociais presentes nos séculos XIX e XX que foram favoráveis à vida feminina, propiciando uma série de mudanças como a maior participação social, a entrada no mercado de trabalho, enfim, uma maior inserção na esfera pública. Essa discussão é trazida para o contexto atual brasileiro, apontando também a incidência dessas mudanças na vida da mulher, que, nos dias de hoje, parece estar mais em sintonia com seu desejo e investir mais em si e em sua carreira profissional (Rocha-Coutinho, 1994).

A fim de localizarmos melhor a temática da mulher rural brasileira enveredamos, no terceiro capítulo, pelas pesquisas que vêm sendo desenvolvidas na área da antropologia e sociologia, enfatizando o processo de mudanças nos espaços rurais diante do processo de modernização da agricultura, junto com sua própria crise, o que tem acarretado uma mudança na forma de vida dos agricultores. Há uma verdadeira viravolta na vida das mulheres rurais diante da constituição de um mercado de trabalho feminino. Junto a isso, a diluição de fronteiras entre os espaços urbanos e rurais também tem causado repercussões subjetivas na vida das mulheres rurais que, na atualidade, formulam diferentes projetos, que não incluem a vida no campo.

Com o intuito de estudar os efeitos psíquicos dessas mudanças no espaço rural, paralelamente à discussão teórica, nosso trabalho desdobrou-se em uma pesquisa de campo sobre a experiência da feminilidade realizada na comunidade rural de Janela das Andorinhas. Buscamos então realizar uma leitura psicanalítica sobre essa experiência.

2 A sexualidade feminina em psicanálise: monismo fálico em questão?

Nosso interesse consiste em nos debruçar sobre o percurso freudiano no que diz respeito à formulação do conceito de sexualidade feminina e do conceito de feminilidade, buscando percorrer suas diferentes linhas de desenvolvimento para, a partir daí, apontar as diferentes interpretações, como também as ambigüidades e contradições presentes no seu discurso.

A concepção freudiana sobre o desenvolvimento da sexualidade feminina – desde sua origem – causou muitas controvérsias e discussões na comunidade psicanalítica. Na época, vários psicanalistas discordaram da posição de Freud e vislumbraram outros caminhos para pensar este tema. Não é nosso objetivo enveredar por essa discussão, mas apontar que, desde o início do percurso freudiano até os dias de hoje, a questão do feminino têm sido alvo de intensa discussão e produção teórica por parte dos psicanalistas, o que torna esse debate rico e instigante. Nossa proposta então é enveredar pelo caminho teórico proposto por Freud, indo ao encontro dos diversos ensaios em que se discute essa temática, estabelecendo um diálogo com psicanalistas na atualidade, com o objetivo de apresentar novas formas de se conceber a experiência da feminilidade no campo da subjetivação.

Em seus *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), Freud apresentou uma grande novidade ao afirmar a existência da sexualidade infantil e ao formular o conceito de pulsão. Isto causou muita polêmica na época por retirar as crianças do universo de ingenuidade sexual, introduzindo, assim, a idéia de que pulsão sexual estaria presente desde sempre no corpo infantil, e se manteria por meio das atividades auto-eróticas, perverso- polimorfos nas diversas zonas erógenas do infante. Ao pesquisar sobre o desenvolvimento da sexualidade nas crianças, Freud teve por referência o modelo do menino, propondo, por um bom período de tempo, uma perfeita simetria no desenvolvimento sexual infantil do menino e da menina. Concebeu a sexualidade das crianças como sendo uma atividade auto-erótica, idêntica em ambos os sexos, possuindo um caráter

inteiramente masculino, o que significa que não haveria nenhuma diferença sexual na infância. Sob esse prisma, considerou a menina um homenzinho em suas atividades auto-eróticas (*ibid*, p.207). Em 1915, em acréscimo aos seus *Três Ensaio*s, Freud concebeu, como sendo uma das primeiras teorias sexuais infantis, a suposição do monismo sexual para todos os indivíduos; isto é, as crianças só reconheceriam um único órgão, o masculino, ignorando por completo a existência da vagina até a chegada da puberdade. Com efeito, para Freud, no psiquismo infantil não haveria uma diferenciação entre os sexos. No entanto, já nos seus *Três ensaios*, constatamos uma contradição em suas formulações, pois, apesar de relatar a sexualidade das meninas na infância com caráter inteiramente masculino, apresenta disposições femininas cujas preferências se dão pela forma passiva e pelo desenvolvimento de inibições da sexualidade como vergonha, nojo e compaixão que ocorreriam mais cedo e com menor resistência nas meninas do que nos meninos (Freud, 1905, p.206).

Nesse sentido, ainda que se refira às diferenças de traços de personalidade entre meninos e meninas, Freud mantém sua posição em *Organização genital infantil* (1923) e, ao formular a fase fálica da sexualidade, define o monismo sexual:

ela (fase fálica) consiste no fato de, para ambos os sexos, entrar em consideração apenas um órgão genital, ou seja, o masculino. O que está presente, portanto, não é a primazia dos órgãos genitais, mas uma primazia do falo (Freud, 1973, [1962], p.114)

A novidade, portanto, está em não se tratar de uma dominância dos órgãos sexuais, mas do falo. Na concepção freudiana, as crianças teriam a crença de que todos os seres humanos possuiriam pênis/falo e, com relação às meninas, o seu homólogo seria o clitóris que, inicialmente, suporiam crescer. Gradativamente, entretanto, as crianças perceberiam que o pênis na verdade não estava lá, e a ênfase passava a ser dada à falta ou à possibilidade de falta do órgão. Elas suporiam então que o pênis estivera um dia presente no corpo das meninas e que lhe fora retirado. Desta forma, a antítese passa a se dar entre ter o falo e ser castrado, dialética vivenciada de diferentes formas pelos meninos e meninas, ligadas então ao complexo de castração.

É nesse ensaio que Freud vincula a fase fálica ao complexo de castração, na medida em que a idéia de perda passa a estar vinculada aos órgãos genitais masculinos (fantasia dos meninos). Já as meninas observam a presença do pênis nos meninos, e logo “o identificam com seu correspondente órgão pequeno e imperceptível e, em decorrência dessa situação, caem vítimas da inveja do pênis” (Freud, 1925, p.313). A constatação de que não possuem o pênis/falo produz, para Freud, uma ferida narcísica incontornável, que provocará o sentimento de inferioridade na mulher. Assim, diante da constatação de sua falta e da conseqüente “inveja”, a menina sai em busca de uma compensação, vindo a percorrer caminhos diversos no tocante ao desenvolvimento de sua sexualidade. Nesse sentido, nas palavras de Freud, “Ela viu, sabe que não tem e quer tê-lo” (Freud, 1925, p.314), será a expressão que melhor caracteriza o motor de funcionamento do psiquismo feminino, sua marca fundamental. A partir desse ensaio, então, as características da falta e da inveja ganham relevância e se tornam constitutivas da subjetividade feminina na medida em que se encena a problemática da castração.

Em *Dissolução do complexo de Édipo* (1924), Freud desenvolve ainda mais o seu pensamento e correlaciona também o complexo de Édipo à fase fálica e ao complexo de castração. Isto significa que o complexo de Édipo envolve uma rede complexa de elaborações, resultado de um mecanismo psíquico que leva as crianças a recalcarem seus próprios desejos e fantasias sexuais dirigidos aos seus genitores, em que estão em questão as operações em torno do falo. Com isso, a ameaça de castração passa a funcionar como ponto chave para ocasionar a destruição do complexo de Édipo, bem como o término da fase fálica. No entanto, Freud refere-se à descrição deste processo se baseando exclusivamente na criança do sexo masculino. Com relação às meninas afirma: "nosso material por alguma razão incompreensível torna-se muito mais incompreensível e cheio de lacunas" (Freud, 1924, p.222). Por esse caminho, esse autor se interroga como se daria a relação entre a ameaça de castração e o complexo de Édipo nas meninas, acrescentando uma diferença fundamental entre ambos, na medida em que a primeira aceitaria a castração como um fato consumado, enquanto que o menino temeria a possibilidade de sua concretização. A partir desse ponto, conclui que enquanto o menino sai do complexo de Édipo devido à ameaça de castração, para a menina essa última seria pré-condição para a entrada no Édipo.

Nesse ensaio, Freud ainda acredita que o complexo de Édipo das meninas seria mais simples. Dessa maneira, bastaria para elas assumir o lugar da mãe e adotar uma atitude feminina com o pai. As mudanças decorrentes dessa situação viriam muito mais de uma intimidação proveniente do exterior que acarretaria na menina o medo da perda do amor, com a conseqüente renúncia ao objeto amoroso. A resolução do Édipo se daria através do abandono das catexias objetais, substituindo-as por identificações, por meio das quais se introjetaria a autoridade dos pais no ego, formando a partir daí o núcleo do superego, lugar psíquico em que se atesta a consciência e a moralidade (1924, p.221). Com esta operação, as tendências libidinais inerentes ao complexo de Édipo são em parte dessexualizadas e sublimadas, transformando-se em impulsos de afeição.

O complexo de Édipo articulado ao complexo de castração possui um caráter simbólico no desenvolvimento da sexualidade infantil em que estão em jogo os processos de identificação e da diferença sexual. Estas não estão estabelecidas *a priori*, exigem um trabalho psíquico em direção ao processo de tornar-se homem ou mulher. A formulação freudiana tem por base os efeitos subjetivos da diferença anatômica concebido em torno do falo, colocando em destaque os efeitos inconscientes produzidos no psiquismo pela diferença anatômica entre os sexos. Ainda que Freud tenha trabalhado com as conseqüências psíquicas e não com a fisiologia sexual feminina em si, tinha por fundamento a superioridade masculina, representada por meio do atributo fálico; isto é, o homem seria considerado superior devido à posse do órgão, enquanto a mulher, devido à sua falta, seria considerada inferior.

Assim, apesar de o complexo de Édipo referir-se a um processo, a uma travessia, a mulher permaneceria eternamente marcada pela posição da falta e da inveja. Birman (2001, p.22) indaga-se o porquê de o pênis, inicialmente concebido por Freud como um objeto parcial, inscrevendo-se na série de equivalência (seio, fezes, bebê), veio a ocupar um lugar de destaque no campo dos objetos, alcançando a posição de valor absoluto em relação à questão da diferença sexual. Face a essa visão, a concepção freudiana acabou por promover a idéia de uma hierarquia natural entre os sexos, caucionada por uma visão essencialista da sexualidade. E, nesse sentido, o pensamento freudiano corroborou para a perpetuação do pensamento cultural ocidental que posiciona a mulher como um ser inferior em relação ao homem.

No entanto, Freud, ao longo de suas formulações, percebeu suas limitações em relação ao estudo da sexualidade feminina na medida em que, em diferentes ensaios como *Psicogênese de um caso de homossexualismo em uma mulher* e *O ego e o id*, foram aparecendo questões ligadas à relação entre a escolha do objeto, à natureza biológica e ao processo de identificação, os quais levantaram inúmeros problemas (Nunes, 2000, p.185). Em *O ego e o id* (1923), Freud revela que a travessia edipiana envolve um processo complexo, pois engloba, além do caráter triangular próprio da situação edipiana, a questão da bissexualidade originalmente presente nas crianças, o que em geral torna difícil ter uma clareza sobre as escolhas primitivas de objeto e sobre o processo de identificações. Além disso, devido à bissexualidade, o complexo de Édipo apresenta um aspecto dúplice (positivo/masculino e negativo/feminino), o que equivale dizer que o menino não tem simplesmente uma atitude ambivalente com o pai e uma escolha afetuosa em relação à mãe; ele também deseja tomar o lugar de sua mãe e tornar-se objeto de amor de seu pai. Ainda que Freud se refira à questão da bissexualidade em relação a ambos os sexos, seu exemplo gira em torno do percurso do menino.

Somente *Em algumas conseqüências psíquicas das diferenças entre os sexos* (1925) dá uma nova guinada em suas formulações ao constatar a especificidade do percurso das meninas. Dá-se conta de que as coisas não eram tão simples assim para elas. A grande viravolta está em desvendar que este intenso e apaixonado amor pelo pai é precedido de uma outra relação amorosa: trata-se da tardia descoberta de que a mãe seria o objeto original de amor para ambos os sexos.

O primeiro foi o de que onde a ligação da mulher com o pai era particularmente intensa, a análise mostrava que essa ligação fora precedida por uma fase de ligação exclusiva à mãe, igualmente intensa e apaixonada. (Freud, 1931, p.259)

Nesse momento, Freud pôde olhar de maneira peculiar para a história das meninas e apontar para um momento pré-edipiano de grande intensidade, apresentando uma ligação original à mãe que ocupa um período de duração bastante longo. Não se trata, conforme enfatiza Fuks, no prefácio de *Freud e a mulher* (Assoun, 1997), da importância afetiva da relação da mãe com a filha – isso todos sabemos – mas de algo mais radical, de uma “*paixão primitiva que fica marcada pela vida afora*” (p.XI), sendo responsável por deixar traços indelévels

na história psíquica das meninas. Com efeito, a grande contribuição freudiana está em redirecionar o foco de luz para a relação mãe-filha, enquanto uma fase rica que trará conseqüências cruciais no desenvolvimento da sexualidade feminina, como bem anunciou Freud, por meio da apresentação da metáfora da civilização “miceana” no ensaio “Sobre a sexualidade feminina” (1931):

Nossa compreensão interna dessa fase primitiva, pré-ediapiana, nas meninas nos chega como uma surpresa, tal como a descoberta, em outro campo, da civilização mino-micéniana por detrás da civilização da Grécia (Freud, 1931, p. 260).

A descoberta da ligação inicial com a mãe chega a Freud como uma surpresa que o impressiona, dando-lhe abertura para pensar em um outro campo, original, que o leva a questionar a origem da neurose e a própria formação do complexo de Édipo, apontando para as fixações e repressões que comportam essa fase inicial. Mesmo de forma obscura, Freud traz algumas suposições como a idéia de que essa fase de ligação com a mãe estaria relacionada à origem da histeria (acredita que tanto essa fase quanto a neurose seriam caracteristicamente femininas) e acrescenta ainda que, na dependência com a mãe, encontra-se o germe da paranóia posterior das mulheres que se manifesta por meio do medo muito comum de ser morta por ela. Para ele, esse medo aparece como uma conseqüência das restrições impostas pela mãe, no decorrer do treinamento e cuidado corporais, momento em que o mecanismo de projeção é favorecido pela precocidade da organização psíquica da criança. A questão que nos suscita é, por que apesar de perceber a importância dessa fase inicial, Freud vislumbra exclusivamente um conteúdo negativo nela? Será que nessa fase não há nenhum aspecto positivo?

Buscando positivar esse momento inicial e em consonância com a leitura de outros psicanalistas (Birman, 1999; Arán, 2000; Néri, 1999), pensamos então na relação da mãe com o filho e nos cuidados dedicados a ele como um momento que envolve a experiência do feminino positivamente qualificada. Temos conhecimento do estado de prematuridade do bebê e da necessidade do outro para a garantia de sua sobrevivência. A espécie humana é a mais frágil de todas e a que exige um longo período de cuidado pelo outro para o desenvolvimento da criança. Os cuidados da mãe constituem, então, um investimento primordial, instrumento

essencial e indispensável à sobrevivência do bebê, por onde se introduz a sexualidade em sua vida. Nesse sentido, as crianças não vivem apenas em um universo lúdico, estão, além disso, totalmente mergulhadas no erotismo inaugurado na relação da mãe com o bebê. No entanto, é importante explicitar que o jogo erótico é perpassado pelo universo da fantasia. Com base nisso, destacamos a referência freudiana a respeito da fantasia de sedução que ocorre na pré-história pré-ediípiana das meninas:

Aqui, a fantasia de sedução toca o chão da realidade, pois foi realmente a mãe quem, por suas atividades concernentes à higiene corporal da criança, inevitavelmente estimulou e, talvez, até mesmo despertou, pela primeira vez, sensações prazerosas nos genitais da menina (1933, p.121).

Esses cuidados deflagram o processo de libidinação no corpo da criança, no qual se localizam as diversas zonas erógenas passíveis de estimulação, que provocam sensações de prazer. Essas regiões são mais facilmente encontradas em sua superfície por estabelecerem as relações entre o dentro e o fora do corpo, como é o caso da boca, do ânus, etc. Essas, porém, não são as únicas zonas erógenas, o corpo como um todo é passível de erogeneidade, necessitando, contudo, do outro para mediar a sua satisfação. Nesse sentido, concordamos com Birman (1999), que qualifica positivamente a sedução, na medida que é responsável pela inscrição da sexualidade no corpo infantil, o que possibilita o desenvolvimento da criança.

Importante ressaltar a perspectiva freudiana de que a menina não é vista como um puro objeto diante dos olhares sedutores da mãe, mas interage neste rico diálogo e faz valer sua participação em manifestações orais, anais e até fálicas. Freud ainda refere-se à tendência da criança de produzir uma reação ativa diante de uma situação passiva, como também ao tipo de ligação presente na relação mãe-filha. No entanto, não leva às últimas conseqüências sua grande descoberta por onde se refletiria a experiência da feminilidade. Pelo contrário, ao invés de buscar “decifrar essa gramática da cultura mino-micênica da feminilidade que desregra a sintaxe ediípiana” (Assoun, 1982 apud Néri, 1999), persiste no modelo fálico-ediípico ao vislumbrar essa fase inicial enquanto um complicador na estruturação do Édipo. E também ao justificar a separação da menina de sua mãe pela principal hipótese de decepção, por não tê-la aparelhado de tão precioso órgão. Conclui

então ser esta razão pela qual a menina se volta para o seu pai na esperança de que ele lhe dê o que a mãe lhe privara, como podemos destacar nesta passagem apresentada claramente em 1933:

O desejo que leva a menina a voltar-se para seu pai é, sem dúvida, originalmente o desejo de possuir o pênis que a mãe lhe recusou e que agora espera obter de seu pai (Freud, 1933, p.128).

Contudo, para que a menina alcance um destino feminino em sua sexualidade é necessário a realização de uma substituição, como podemos constatar na continuidade dessa passagem:

No entanto, a situação feminina só se estabelece se o desejo do pênis for substituído pelo desejo de um bebê, isto é, se um bebê assume o lugar do pênis, consoante uma primitiva equivalência simbólica (Freud, 1933, p.128).

Nesse sentido, o encontro do caminho para a forma feminina do complexo de Édipo se dá por intermédio do deslizamento da equação simbólica em que a menina substitui o desejo de um pênis pelo desejo de um bebê de seu pai. Para sumarizar este percurso tão complexo, concluímos que a menina, sob o signo da inveja do pênis, afasta-se de sua mãe com o sentimento de hostilidade por não tê-la aparelhado do precioso órgão (nem possui-lo), voltando-se para o pai em uma demanda fálica, realizando a equação simbólica freudiana (pênis=bebê). Por esse caminho, a menina se vê então obrigada a renunciar à masturbação clitoriana e à mãe, como objetos de investimento, na busca de alcançar um destino feminino para sua sexualidade. Dessa forma, Freud indica a necessidade da realização de duas trocas: a primeira de zona erógena – a substituição do clitóris (modo ativo de satisfação pulsional) pela vagina (substituição pelo gozo passivo). E a segunda de objeto de amor – da mãe para o pai –, sendo estas duas trocas os pressupostos para atingir a condição feminina da sexualidade.

Nesse sentido, destacamos que o percurso exigido à menina – a partir do reconhecimento de sua castração – não é tão simples, pois a partir desse ponto vislumbram-se três linhas possíveis de desenvolvimento para sexualidade da mulher. A primeira se caracterizaria pela inibição da sexualidade como um todo: a menina, ao renunciar às atividades masturbatórias e ativas do clitóris, repudiaria o seu amor pela mãe e acabaria por recalcar boa parte de suas inclinações sexuais –

fator que se estenderia para outros campos. Já a segunda linha levaria a menina a aferrar-se em seu complexo de masculinidade: sem querer abrir mão de sua satisfação, apegar-se-ia à atividade clitoridiana, insistiria nesse comportamento apesar das recriminações e refugir-se-ia em uma identificação com a mãe fálica ou com seu pai (Freud, 1933, p.129). Assim, a menina marcada pela inveja do pênis insistiria na esperança de obtenção de um pênis que a tornaria definitivamente masculina. Por fim, seria por meio da terceira linha que a menina alcançaria a atitude feminina normal. Ao renunciar à atividade clitoridiana/masculina, ela seria envolvida por uma onda de passividade que lhe permitiria tomar o pai como objeto amoroso, substituindo o desejo de um pênis pelo desejo de um filho. Então, no percurso da menina em "tornar-se mulher", a maternidade seria o modo de alcançar a feminilidade normal, ou seja, nessa concepção, a assunção da feminilidade é sinônimo de maternidade.

Em suma, na versão freudiana, a menina primeiramente vive sua sexualidade de modo masculino. As principais ocorrências genitais da infância se dão em relação ao clitóris. Em uma segunda fase, no entanto, na busca do caráter especificamente feminino da sexualidade, dá-se a migração da excitação para a vagina (a verdadeira zona erótica feminina). Nesse contexto, Laqueur (2001) comenta a formulação freudiana sobre o processo da menina de tornar-se mulher, apontando que o autor teria herdado duas tradições do pensamento ocidental. A primeira seria representada pelo modelo Galênico, modelo de um único sexo onde a ordenação do que é homem e mulher se faz de acordo com o grau de calor, e segundo o qual o masculino seria superior devido a uma maior quantidade de calor. E a segunda representaria o pensamento moderno sobre a diferença sexual, apontando para uma visão essencialista, fruto da herança freudiana do Iluminismo. O autor salienta assim o pano de fundo histórico e cultural que fundamentou o pensamento freudiano, criticando a problemática do processo da menina rumo ao tornar-se mulher, e especificamente, a onda de repressão a que é submetida que afeta sua sexualidade clitoridiana e promove a migração do seu investimento para a vagina, considerado o verdadeiro órgão de gozo feminino. Laqueur afirma que, desde o século XVII, já havia o conhecimento médico, demonstrando o clitóris como uma zona carregada de terminações nervosas e sua diminuição da vagina e, que apesar desse material estar disponível em qualquer manual do século XIX, Freud ainda assim inventou o gozo vaginal. Desta forma, e

como sugere Laqueur, a narrativa freudiana refere-se a uma narrativa cultural disfarçada em anatomia: “A história do clitóris é uma parábola da cultura, de como o corpo é criado de uma forma valiosa para a civilização apesar, e não por causa de si próprio” (2001, p.281). Portanto, o tornar-se mulher freudiano refere-se ao caminho “[d]a menina tornar-se o ideal burguês da mulher vienense” (Laqueur, 2001, p.287). É nesse sentido que vários psicanalistas da atualidade vêm destacando o quanto a teoria da feminilidade freudiana foi construída tendo como representante histórico e social o cenário da Modernidade, no qual as mulheres seriam incumbidas da tarefa da maternidade enquanto um dom natural – a vocação feminina por excelência. Com Freud, a menina cederia do gozo clitoridiano, em prol do gozo vaginal, por onde iria ao encontro da experiência da maternidade. Essa seria a travessia feminina rumo ao encontro da feminilidade que se expressaria por meio da maternidade. Nessa visão, teríamos de um lado a masculinidade composta pelas noções de sujeito e atividade enquanto a feminilidade encamparia as noções de objeto e passividade, e a vagina representaria o lugar de abrigo do pênis (objeto passivo) (Freud, 1923, p.184).

Convém destacar que, em torno dos anos 30, Freud retoma a problemática da feminilidade, publicando sua famosa conferência em 33, em que finalmente abre mão de pensar a coincidência de masculinidade com atividade e de feminilidade com passividade, a qual tinha sido formulada ao longo dos anos, mesmo com inúmeras restrições, colocando-a como inadequada e apontando que, muitas vezes, é necessária uma grande dose de atividade para se alcançar fins passivos. Com isto, Freud introduz uma nova perspectiva em que a feminilidade não estaria mais diretamente associada à passividade, apontando o quanto essa associação poderia ser problemática e despertando, assim, para a maior abrangência que envolveria essa temática. No final de sua conferência, retrata então seu saber sobre a feminilidade como incompleto e fragmentário, evocando a própria experiência dos sujeitos ou sugerindo buscar esse saber junto aos poetas na busca de uma resposta mais completa.

Em 1937, no final da obra “*Análise terminável e interminável*”, refere-se à feminilidade, aproximando agora este conceito teórico do complexo de castração. Retrata então a existência de duas resistências que colocam o analista frente a uma enorme quantidade de trabalho, sendo um deles tão característico do homem quanto o outro da mulher. Nela, a resistência corresponderia à inveja do pênis e a

um esforço para possuir um órgão genital masculino, enquanto que no homem se apresentaria pela luta contra uma atitude passiva ou feminina frente a outro homem. Ainda que houvesse uma dessemelhança em seu conteúdo, Freud retrata uma enorme correspondência entre eles, acrescentando que o que seria comum nos dois casos teria sido precocemente denominado pela psicanálise de complexo da castração, mas agora acredita que repúdio da feminilidade seria a descrição mais correta dessa característica da vida psíquica dos seres humanos (Freud, 1937, p.285). Dentro desse contexto, a feminilidade aparece como uma outra maneira de se referir à experiência da castração, sendo também reconhecida como uma característica presente na vida psíquica tanto de homens quanto de mulheres. Nunes (2000, p.231) aponta para o fato de que seria por meio do repúdio da feminilidade que os dois sexos se defenderiam do que Freud denominou de castração, sendo que a aceitação da feminilidade equivaleria à aceitação da castração. Marca-se aqui uma diferença, pois ao longo dos anos 20 o pensamento freudiano estava voltado para o estudo do desenvolvimento da sexualidade feminina, em que um dos destinos possíveis seria o alcance da feminilidade. Em 1937, há uma nova formulação na medida em que a feminilidade se aproxima da problemática da castração, estando então ligada à própria condição de sujeito. Dentro dessa perspectiva, Freud refere-se à existência de um grande obstáculo no tratamento analítico, que seria representado pelo desejo de um pênis e o protesto masculino, ambos tendo penetrado na vida psíquica, e alcançando o lugar de uma barreira. Assim, na versão freudiana o repúdio da feminilidade se apresenta como uma espécie de limite biológico da condição humana (Freud, 1937, p.237). Birman (1999), ao comentar essa formulação segundo a qual a feminilidade aparece como um limite do psiquismo inscrito na fronteira com a ordem biológica, supõe a possibilidade de encontrar um outro fio interpretativo, concebendo a feminilidade, então, como originária do psiquismo; isto é, a categoria de feminilidade passa a referir-se a um registro anterior à ordenação da subjetividade calcada no referencial fálico.

2.1. A nova cartografia da feminilidade

Assim, a partir da idéia freudiana de repúdio da feminilidade cria-se, no apagar das luzes da obra freudiana, uma brecha que possibilita uma outra leitura

no que diz respeito ao estatuto do feminino em psicanálise, que foi aproveitada por psicanalistas contemporâneos. É nesse sentido que Birman (1999, 2001) critica a suposta barreira biológica postulada por Freud, como também a impossibilidade de ultrapassá-la. Dessa forma, seu trabalho consiste em levantar o véu dessa posição negativizada em relação à experiência da feminilidade apresentada por Freud, e pensá-la como uma outra maneira de se referir à subjetividade em que se abre mão do referencial fálico. Assim, propõe uma outra interpretação, enfatizando as diferentes gramáticas do erotismo presentes no processo de subjetivação e possíveis de serem abordadas pela psicanálise.

Não obstante o fato de ter sido este conceito enunciado de maneira indireta, oblíqua e negativa, a feminilidade nos permite nas entrelinhas outro ponto de partida para a leitura do sujeito em psicanálise. Uma crítica da sexualidade, interpretada como fundada no falo, enuncia-se aqui. Seria preciso dar a tudo isso uma positividade, contudo, que o discurso freudiano de fato não enunciou. É preciso, portanto, retirar radicalmente todas as conseqüências disso. Enfim, seria preciso tecer agora uma releitura do discurso freudiano, considerando o enunciado do conceito de feminilidade como originário e fundamento do sujeito (Birman, 2001, p.230).

Birman (2001) realiza então uma reviravolta interpretativa na medida em que a princípio, na psicanálise, a masculinidade estaria na origem pela postulação do monismo fálico, mas, de acordo com sua nova proposta, agora, essa origem seria deslocada para a “posição estratégica da feminilidade” (p. 226), entendida como o solo da origem psíquica, momento em que o falo não é referência. Essa seria a novidade que despontou no discurso freudiano sobre a feminilidade como originária, sendo a organização fálica uma derivação ou uma forma de ocultar o registro anterior. Portanto, a concepção monista fálica da sexualidade se faria em oposição à feminilidade e como uma recusa a esta.

Esta nova abordagem implica, segundo Birman (2001), na inversão do modelo ocidental que, desde a Antiguidade, tinha por referência o masculino como originário. Toda a tradição do pensamento ocidental tinha por base a idéia de perfeição ligada ao ser humano, tendo como modelo o sexo masculino. Com essa inversão, o ser humano em sua origem seria imperfeito, como podemos vislumbrar nessa passagem:

A ordem humana seria, portanto, imperfeita como origem, pretendendo recusar sua imperfeição pela recusa da feminilidade. Além disso, reconhecer a

imperfeição e a feminilidade como origem seria, em contrapartida, afastar definitivamente nossa fundação em Deus e no Cosmos, que estaria representada na inscrição anterior da masculinidade como originário. (Birman, 2001, p.227)

Mais adiante:

No mundo desencantado da modernidade e permeado pela morte de Deus, a condição humana se reconhecera finalmente pela imperfeição e pela finitude. Por essas marcas fundamentais é que o feminino agora estaria na origem do mundo, isto é, no território fundante da nossa subjetividade. (Birman, 2001, p.228)

Birman (2001) ressalta ainda que a subjetividade calcada no modelo fálico, tendo o masculino como origem, seria a base da sociedade patriarcal ocidental e dos diferentes arranjos que compuseram as ordens do público e do privado ao longo dos séculos. Esses arranjos se organizaram de acordo com interesses de ordem política e econômica que, na maioria das vezes, excluíram a mulher do acesso à ordem do público (sinônimo de político), sendo ela considerada como imperfeita e de menor valia para ocupar esse lugar. Assim, ao trabalhar nas entrelinhas do discurso freudiano, sugere, então, a feminilidade como uma crítica radical ao patriarcado. Dentro desta perspectiva, realiza uma costura singular de determinados conceitos na tentativa de configurar a experiência da feminilidade. Em sua hipótese utiliza-se de conceitos psicanalíticos como pulsão, erotismo, sexualidade perverso-polimorfa, e finalmente, masoquismo erógeno e desamparo que postula terem uma relação estrita com a feminilidade. Foi a partir dessa articulação teórica que Birman pôde alinhar a cartografia da feminilidade que, em sua visão, refletiria o solo da experiência psicanalítica.

O autor atenta para a mudança do percurso freudiano em torno dos anos 20, momento em que Freud redireciona seu olhar para a dimensão econômica do psiquismo e traz novas contribuições acerca da teoria das pulsões. Na nova concepção freudiana, desvincula-se totalmente a pulsão da representação, estando então presente no aparelho psíquico um pólo pulsional e não apenas sistemas de representação (Birman, 1996).

Assim, ao separar a força (Drang) de seus representantes-representação e enunciar que para se construir o circuito pulsional seria necessário um trabalho capaz de articular a força com o universo da representação, o discurso freudiano rompia com a concepção antiga de pulsão e se entreabria inequivocadamente para o universo da invisibilidade (Birman, 2001, p.236).

De fato, a noção de força pulsional remete à idéia de irrupção, que obriga o sujeito a realizar um trabalho sobre as excitações a fim de estabelecer ligações entre os objetos e a pulsão. Isto se dá uma vez que o pólo pulsional está constantemente presente no psiquismo. Destacamos, desta forma, o campo das pulsões parciais presentes nas diversas zonas erógenas, que fundamentam a própria noção de sexualidade. Isto significa dizer que, ao mesmo tempo em que o sexual se faz presente nas diversas zonas erógenas, ele se constrói na relação com o outro, pois o corpo por si só não detém as possibilidades para se satisfazer, sendo necessária a presença do outro para mediar suas demandas. Portanto, o movimento inicial da pulsão a princípio tende para a descarga absoluta. Na medida, porém, em que a força pulsional encontra um outro para mediá-la e estabelecer possíveis ligações, produzem-se então marcas no organismo que retornam para o próprio corpo do sujeito.

Nesse sentido, a tendência originária do organismo seria a morte, a ausência de vida. Esta somente seria desviada pelo investimento do outro, isto é, seria somente por meio dos cuidados maternos que a força pulsional seria remanejada no interior do organismo e se ligaria aos objetos oferecidos pelo outro, ordenando-se em experiência de satisfação. Logo, a vida se torna possível sempre por meio da mediação do outro (Birman, 2001).

É no momento mesmo de constituição psíquica que prevalece o registro do eu real originário, próprio da feminilidade tal qual concebida por Birman (1999, 2001), caracterizado pela dimensão quantitativa da pulsão, por onde ocorre o processo de erotização e de abertura para a constituição de novas marcas psíquicas. Nesse registro, abre-se espaço para a manifestação de novas formas sublimatórias. Dessa forma, erotização e sublimação caracterizam o registro psíquico da feminilidade. Homens e mulheres, contudo, resistem aceder a essa posição, justamente porque ela põe em questão as referências fálicas. Este também é o território da experiência psíquica do masoquismo erógeno (primário), no qual o sujeito se depara com sua dor e sua insuficiência, o que remete, por um lado, para a dimensão traumática, e, por outro, para as dimensões eróticas e sublimatórias que representam novas possibilidades para o sujeito.

Assim, o masoquismo erógeno indica um outro modo de relação com o desamparo, pois o sujeito entra em contato com sua dor no que há de traumática,

ao mesmo tempo, em que tem a possibilidade de se haver com a experiência do desejo. Nas palavras de Birman:

Portanto, a leitura da condição humana como permeada como um todo pelo trauma e pelo masoquismo primordial, enquanto formas originárias de subjetivação, seria a transposição da retórica econômica da metapsicologia freudiana para uma reflexão cerrada das modalidades de subjetivação e suas possibilidades. Com efeito, pela experiência do trauma e do masoquismo primordial, o sujeito busca criar uma gramática subjacente para lidar diretamente com as forças pulsionais e as intensidades invisíveis. A conjugação da totalidade desses procedimentos, dos processos de subjetivação e da retórica econômica constituiria o território metapsicológico daquilo que o discurso freudiano denominou finalmente feminilidade. (2001, p.239)

A feminilidade aparece então como uma outra terminologia para se referir ao masoquismo erógeno, entendida aqui como o território de onde emergem as intensidades e as forças pulsionais, em busca de novas ligações e possibilidades sublimatórias. Nesse registro psíquico, contudo, a dor se impõe ao sujeito a partir do momento em que a identificação fálica é colocada em questão. É por esse aspecto que a dimensão traumática se revela, apontando também o terreno onde a erotização se faz presente, e permite ao sujeito inscrever-se de uma outra maneira. Dessa forma, Birman (1999, 2001), ao traçar a cartografia da feminilidade, desenhou diversos territórios que vão desde o desamparo à sublimação, colocando em relevo então a possibilidade de manifestação do erotismo de diferentes formas no processo de subjetivação.

É nesse sentido que reconhecemos o território da feminilidade em que se faz presente o jogo erótico e a criatividade, ligados ao trabalho necessário em direção ao outro. A feminilidade surge, então, como uma porta para a sublimação. Para realizar tal interpretação, Birman se vale da especulação freudiana feita no ensaio sobre Leonardo da Vinci (Freud, 1911), em que o conceito de sublimação implica na passagem direta da pulsão sexual perverso-polimorfa para o registro da criação, sem que seja necessária a passagem pelo recalque. A novidade então seria essa passagem direta, que promove uma conjugação entre o erotismo e a sublimação. Esse seria o solo frutífero da feminilidade em que estão presentes sempre mesclados o erotismo e as possibilidades sublimatórias. A feminilidade envolve então os destinos da pulsão, sendo “... a revelação do que existe de erógeno no desamparo, a sua face positiva e criativa, isto é, o que este possibilita ao sujeito nos termos de sua possibilidade de se reinventar permanentemente” (1999, p. 52).

Não à toa, o último subtítulo do livro, *Gramáticas do Erotismo* (2001) é intitulado de *Recomeçar* referindo-se aquilo que melhor define esse território próprio da condição humana, uma vez que não podemos escapar da incompletude, da insuficiência e das oscilações inerentes à nossa condição de sujeitos, que nos indicam sempre um caminho a atravessar, permeado pela dor e pelo trauma, mas que dá vazão às nossas potencialidades criativas. É dessa maneira que vislumbramos uma composição singular-erótica para o campo da subjetividade.

2.2. O território do feminino: nos registros da experiência e da alteridade

Dentro dessa linha de pensamento e tendo por base a obra de Birman e de psicanalistas como Schneider e David-Menárd, Arán (2001, 2002) propõe uma leitura para feminilidade que releva justamente a noção de singularidade. Ao analisar a obra desses três autores, observa a produção de um deslocamento da temática da feminilidade no interior da própria psicanálise que tece novos territórios para pensar a experiência subjetiva. Arán (2002) destaca então três elementos em comum apresentados por esses autores:

a crítica à centralidade do Édipo e do complexo de castração na teoria psicanalítica, fundamentada no primado do falo e no recalque da feminilidade para ambos os sexos; a releitura da idéia de corpo erógeno na teoria freudiana com objetivo de fundamentar metapsicologicamente a idéia de um excesso pulsional; e a proposta de pensar a subjetivação a partir da estética, tendo como paradigma o texto “*Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância*”, no qual Freud contrapôs a idéia de sublimação à de recalque” (2002, p.85).

Acreditamos que a articulação desses aspectos compõe uma nova forma de pensar a feminilidade, como também lança a proposta de uma ampliação do campo psicanalítico. Assim, com base nesses pressupostos teóricos, Arán tece uma abordagem singular na sua concepção de feminilidade, chamando nossa atenção para “a radicalidade de algo que, embora anunciado, permaneceu encoberto” (2002, p.85) na teoria psicanalítica. Baseada na concepção benjaminiana, enfatiza o registro da experiência e, sobretudo, o registro da alteridade, especificamente, no ponto em que se articula com o conceito de pulsão.

Destacando a relação das duas categorias, realiza então uma analogia entre a noção do eu real originário, o conceito de experiência de Benjamin e o trecho de um breve capítulo de *Esau e Jacó* de Machado de Assis em que se encontram referências ao período da infância. Nela registra-se a experiência com brinquedos e amas-de-leite, que remete às origens, mas precisa ser deixado para trás (“recalcado”), para alcançar o que interessava que era descrever os que esses meninos se tornariam. Essa descrição está de acordo com as exigências e projetos da Modernidade. Daí, a aproximação da autora das teses de Walter Benjamin (1994, 2000), em sua leitura crítica da Modernidade, onde se recalca a experiência sensível e o erotismo em nome da técnica e da intelectualidade. Assim, Arán comenta a forma machadiana de tropeçar nos detalhes, por onde o autor apresenta o universo lúdico feminino da primeira infância, fazendo de sua narrativa um contraponto à forma de ser do mundo moderno.

O leite, o peito, os brinquedos e as amas-secas sem nome formam uma constelação do universo lúdico da primeira infância que constitui o território estranho-familiar do feminino (Arán, 2002, p.65).

Para Arán (2001, 2002), a descrição do universo da primeira infância carrega em si a experiência do feminino, apresentando um território em que se combinam elementos como o lúdico, o estranho-familiar e uma gama de objetos que circunscrevem o feminino, mas que, no entanto, devem passar despercebidos, ser esquecidos (recalcado) em nome de uma sociedade que propõe o afastamento da experiência sensível. Nesse sentido, a autora considera a perda da experiência sensível e o afastamento do território feminino da primeira infância como dois elementos excluídos na forma de subjetivação moderna.

O universo da primeira infância carrega em si a dimensão afetiva e pulsional que se instaura na relação da mãe com o filho(a), constituindo o território erógeno da feminilidade. É a experiência de prazer que está em jogo na relação do bebê com o outro materno, que faz parte do processo de constituição do sujeito. É nesse sentido que Arán recorre à dimensão do eu real originário na medida em que este está ligado à primeira experiência do sujeito, construída na relação com o outro, por onde se imprime um conjunto de traços estabelecidos pelo circuito pulsional. Esse registro é considerado o lugar psíquico da experiência do afeto, ligado à intensidade, tratando-se de um campo sempre aberto a novas impressões em relação às marcas mnêmicas já existentes. Daí, a ênfase no

período da infância como um momento em que se apresentam a dimensão afetiva e pulsional que compõem o universo da primeira infância.

Dentro dessa visão, segue a noção de experiência desenvolvida por Benjamin, que se fundamenta na idéia de uma experiência real e acumulada, sem a intervenção da consciência (*Erfahrung*). Na visão de Benjamin, *Erfahrung* se traduz como “o conhecimento obtido através de uma experiência que se acumula, que se prolonga, que se desdobra, como numa viagem; o sujeito integrado numa comunidade dispõe de critérios que lhe permitem ir sedimentando as coisas com o tempo” (Benjamin 1955b, p.146 *apud* Arán, 2002, p.61). Interessante é essa concepção que vislumbra a noção de experiência como algo que se prolonga e desdobra, implicando um tempo relativo ao acontecimento, que escapa ao plano da consciência. Dessa idéia surge a noção de “memória involuntária” e “que tem seu motor na alteridade”(Arán, 2002, p.62).

De acordo com Arán, Benjamin, com o objetivo de dar consistência à sua idéia de “memória involuntária”, utiliza uma das hipóteses freudiana sobre o funcionamento do aparelho psíquico, formulada a partir da noção de que “a consciência surge no lugar da impressão mnemônica”. Nessa proposição, consciência e memória se excluem mutuamente, pois a primeira refere-se a um conjunto de informações organizadas pela lembrança, enquanto a segunda se aproxima da noção de experiência, formada por um conjunto de traços constituintes da narrativa de cada um (p.62).

Arán, aprofundando ainda mais a concepção benjaminiana de experiência, pondera os diferentes momentos que Freud abordou a hipótese do funcionamento psíquico, comentando o ensaio sobre *Uma nota sobre o bloco Mágico* (1925). Nele formula a existência de dois sistemas: o sistema perceptivo-consciente (Pcpt-Cs), sempre apto para receber percepções, porém sem reter nenhum traço permanente delas; e, os “sistemas de percepção”, por onde se recebem os traços permanentes das excitações, tratando-se de um sistema que possui “uma capacidade receptiva ilimitada para novas percepções e, não obstante, registra delas traços permanentes” (Freud, 1925, p.244 *apud* Arán, 2002, p.63).

Em seguida, a autora recorre às primeiras formulações de Freud, na *Carta 52*, sobre a descrição dos estratos da alma, onde o autor realiza uma distinção entre a percepção e os “signos da percepção”. A percepção não conserva nenhum traço do acontecimento, enquanto os “signos de percepção” constituem o primeiro

registro das percepções, incapazes de se tornarem conscientes. Estes são de extrema importância, pois remetem às primeiras experiências de prazer ou de dor vividas, configurando o que é mais próprio daquele sujeito. Acrescenta que essa mesma elaboração pode ser encontrada sob um outro enfoque no texto de 1915, quando Freud postula o registro do eu real originário, por onde se pode pensar nas primeiras inscrições da pulsão. Dessa forma, a partir da noção benjaminiana de experiência articulada ao conceito freudiano de eu real originário é que se concebe a presença no sujeito de um registro singular constituído na relação com o outro. Estabelecendo, assim, uma composição única para cada sujeito, em que estão em jogo o caráter pulsional (as intensidades) e a constituição de traços no psiquismo (noção de experiência), é que vislumbramos o território estranho e familiar do feminino proposto por Arán.

Enfim, o que essa autora aponta é que a forma de pensar a subjetivação na Modernidade implica justamente em tentar apagar o território erógeno do feminino, como o registro da experiência sensível em nome de um modelo de subjetivação que não dá margem para o que é da ordem do singular. Dessa forma, Arán (2001) destaca o pensamento de Schneider (1980) que observa essa operação (abandono do singular em prol de um modelo único) presente no interior da obra freudiana, ao analisar as cartas 69, 70 e 71 endereçadas a Fliess durante a auto-análise de Freud. Schneider (*apud* Arán, 2001) enfatiza o momento em que Freud referiu-se ao abandono de sua “neurótica”, isto é, ao abandono da teoria da sedução em nome do complexo de Édipo. Comenta que Freud começa a teorizar sobre o Édipo justamente no momento em que abandona a narrativa de sua própria história singular descrita por meio de sua relação com a babá, considerada, pois, seu “originador primordial” (Freud, 1897, p.360), para então se voltar para a construção de uma teoria universal. A hipótese de Schneider indica que, em um primeiro momento, a experiência do prazer excessivo surge como fundante do sujeito, sendo narrada por Freud por intermédio de sua relação com a babá, tida como “fonte de vida e de morte” (carta 70); esta experiência cede lugar, a partir do Édipo, a um empreendimento voltado para o domínio do princípio do prazer. Assim, nos primórdios da concepção freudiana estaria presente a experiência de um prazer excessivo, para em um segundo momento dar lugar a uma teorização sustentada pela necessidade do domínio do prazer inicial, em nome de uma sociabilidade que se funda no exercício da autoconservação (Schneider, 1980,

p.53 *apud* Arán, 2001, p.55). Nesse sentido, Arán aponta para uma forma de subjetivação fundamentada pela ausência de referência ao feminino e ao que é da ordem do singular, como pode-se constatar em suas palavras:

Com efeito, “tornar-se homem acabado” faz pensar em uma forma de subjetivação ancorada na perda da experiência sensível e no afastamento do território feminino da primeira infância. Essa fórmula ganhou o estatuto de referência na psicanálise, inclusive estabelecendo uma equivalência entre as idéias de sujeito e de masculino. Não por acaso – já que tornar-se homem é quase uma evidência –, o impasse da teoria psicanalítica no que se refere à questão da diferença sexual foi pensar “como a menina se torna uma mulher”, ... e que permaneceu até o fim de sua elaboração sobre a sexualidade feminina. Dito de outro modo, a passagem da teoria da sedução para a teoria do Édipo torna possível perceber como a operação constitutiva dessa forma de subjetividade que tem o masculino como referência passou a se pautar pelo recalque e pela renúncia pulsional (Arán, 2002, p.66).

Com isto, Arán atenta para uma forma de subjetividade que tem por referência o masculino e a teoria do Édipo, caucionados nas noções de recalque e de renúncia pulsional – considerados os principais alicerces da construção psicanalítica. Dessa maneira, a proposta dessa autora consiste em, por meio do registro da experiência e da alteridade, resgatar o que Machado de Assis denominou de estranho-familiar território do feminino, enfatizando a plasticidade e o indeterminado da relação com o outro, por onde se produzem experiências de prazer e dor. Refere-se à constituição de marcas psíquicas ligadas aos destinos da pulsão e à configuração de um campo sempre aberto a novas possibilidades de experiências e inscrições no encontro com a alteridade.

Em suma, tanto Birman (1999, 2001) quanto Arán (2001, 2002) sinalizam a possibilidade de se pensar o campo da subjetivação de forma mais ampla, pois além da subjetivação calcada no modelo fálico-édípico, em que estão em jogo o recalque e a renúncia pulsional, há outras maneiras de se tecer o processo subjetivo, desenhado pela nova cartografia de feminilidade. Assim, no horizonte da contemporaneidade criam-se brechas na teoria psicanalítica que permitem vislumbrar a presença de novas formas de subjetivação, que não a referência exclusiva a um único modelo dominante. Na nova cartografia não há referência ao falo. Nela estão presentes as noções psicanalíticas de masoquismo erógeno e do eu real originário, territórios em que se apresenta a dimensão quantitativa da pulsão e do afeto que, por sua vez, se articula ao conceito de sublimação, na concepção em que se destaca a passagem direta da pulsão sexual ao registro da criação. Dessa

forma, há a possibilidade da pulsão mesclar-se à sublimação, apontando o solo fértil apresentado na nova leitura da feminilidade (Birman, 1999, 2001).

É nesse contexto que se retrata a leitura crítica de vários psicanalistas que apontam o impasse presente na teoria freudiana sobre a sexualidade feminina, fundada no primado do falo e na marca da inveja do pênis, como constitutiva do psiquismo feminino. E, acima de tudo, na concepção de feminilidade representada pela maternidade como o efeito de uma dinâmica inconsciente agenciada pelo desejo de ter um pênis, o qual fora substituído pelo desejo de um filho (assunção da condição feminina em Freud).

Dessa forma, refletir sobre a teoria freudiana da feminilidade exige nos situar no tempo, isto é, apresentar as condições históricas e culturais que caucionaram o pensamento freudiano na construção de suas formulações, pois sua teorização se aproxima dos padrões de feminilidade de sua época. Esse tema será desenvolvido no próximo capítulo, onde apresentaremos a concepção de uma natureza feminina associada à mulher como um elemento que teve importante participação no dizer psicanalítico a respeito das mulheres e de seu destino no final do século XIX. Junto a isso, apresentaremos a série de transformações sociais presentes nesses dois últimos séculos, que contribuíram para o surgimento de novas possibilidades na vida feminina por meio de uma maior participação social e da atuação na esfera do trabalho (âmbito público), introduzindo outras formas da mulher se relacionar com sua feminilidade, que não exclusivamente pela via da maternidade. Birman (1999) vislumbra a presença de uma nova versão, em que ressalta o seu reencontro com o desejo, com a erogenidade e com a criatividade. Resta-nos saber se essa nova configuração atinge as mulheres em nossa sociedade como um todo ou faz parte da minoria. Esta questão ganha relevo na empreitada de investigar a subjetividade da mulher rural e a sua relação com a feminilidade.

3 Diferentes concepções sobre a mulher do XVIII aos dias atuais

A Modernidade trouxe uma nova concepção de sujeito que contribuiu para a promoção de um intenso debate sobre a mulher e seu lugar na sociedade. Uma das questões centrais foi a discussão sobre a diferença sexual para a qual contribuíram os discursos político, filosófico e científico. Na vertente política, a reflexão acerca da diferença dava-se por meio da reivindicação ora pelo direito à igualdade, ora pelo direito à desigualdade. Por outro lado, nas vertentes filosófica e científica, formulava-se uma noção de essência para se pensar a diferença baseada na natureza, com base na idéia de complementaridade entre os sexos anunciada na promessa do melhor dos mundos possíveis (Arán, 1997, p.5).

Com efeito, o debate sobre a questão da diferença sexual brotou no solo da Modernidade, pois anterior ao século XVIII havia uma outra maneira de se conceber homens e mulheres em que estava presente o modelo do sexo único, ordenado de acordo com a característica sociológica de gênero. Isto significa dizer que na visão antiga só havia um sexo, o masculino, considerado superior (perfeito) por possuir mais calor vital, enquanto o feminino era considerado um gênero masculino inferior (imperfeito) por possuir menos calor vital¹. Somente no século XVIII – diante do cenário de mudanças políticas, sociais e econômicas – que se constituiu uma nova maneira de se pensar o homem e a mulher caucionada naquele momento pela idéia de diferença sexual.

No cenário da Era Moderna havia intensas discussões que frutificaram por meio das idéias provenientes do Iluminismo e do advento da Revolução Francesa. A concepção iluminista colocava o homem no centro do universo e concebia-o como dotado de uma espécie de luz natural, ou seja, de uma racionalidade que se traduziria na capacidade natural do homem de aprender e conhecer o que seria da ordem do “real” necessário a suas ações. Surgiam, então, no bojo do conjunto de

¹ Um estudo detalhado sobre a construção do modelo do sexo único que vigorou desde a Antiguidade até o século XVII, quando cedeu lugar ao modelo do dois sexos, foi realizado pelo Historiador Thomas Laquer em : *Inventando o sexo, corpo e gênero dos gregos a Freud*.

idéias do século das Luzes, as noções de autonomia, de igualdade e de liberdade, pressupostos fundamentais da Revolução Francesa (Marcondes, 1999).

É dentro desse contexto que vários autores (Godineau, 1991; Sledziewski, 1991; Fraisse, 1991; Perrot, 1991 *apud* Arán, 1997, p. 6) situam a Revolução Francesa como o momento em que surge a possibilidade de uma mudança – uma reviravolta – na história das mulheres. Elas foram às ruas e se movimentaram no cenário da Revolução, ocuparam novos espaços e estiveram na linha de frente de inúmeras manifestações públicas do final do século XVIII. No entanto, tão logo oportunidades surgiram, por meio inicialmente de uma expansão do espaço público e da possibilidade de um alargamento no campo dos direitos sociais e políticos, houve um sopro discursivo contrário que propôs uma nítida fronteira de demarcação dos espaços público e privado.

O historiador Lynn Hunt (2003, p.21) lembra que durante a Revolução as fronteiras da vida pública e privada flutuaram muito; isto é, a coisa pública² e o espírito público adentraram inicialmente os domínios habitualmente privados da vida, não havendo dúvida de que o desenvolvimento do espaço público e a politização da vida cotidiana foram definitivamente responsáveis por uma posterior redefinição do espaço privado no início do século XIX. Dessa maneira, entre 1789 e 1794, o domínio da vida pública se expandiu de forma constante, o que repercutiu em seguida no movimento romântico de fechamento do sujeito sobre si mesmo e da dedicação à família que viria em seguida, promovendo uma configuração precisa do espaço doméstico. Nesse sentido, Michelet Perrot (2003, p. 17) refere-se à Revolução Francesa como um acontecimento histórico de extrema importância, que teve como um dos principais efeitos a definição das esferas públicas e privadas, por meio da valorização da família e da diferenciação dos papéis sexuais que passaram a funcionar em oposição: *homens políticos e mulheres domésticas*.

² Um dos exemplos trazidos pelo autor, referente à coisa pública, diz respeito à atenção voltada para o vestuário como uma maneira de mostrar a invasão do público no espaço privado. A roupa passou a ter um significado político. Os trajes modestos foram considerados uma forma de patriotismo dos republicanos. Os jornais apresentavam para as mulheres um “traje estilo constituição”, chamado traje estilo igualdade com um toucado muito em moda entre as republicanas. Além disso, objetos dos espaços privados como camas, porcelanas, espelhos, cofres, jarros etc. também se tornaram símbolos da Revolução (Hunt, L in: *História da Vida Privada da Revolução Francesa à Primeira Guerra*, 2003).

No cerne do conjunto de transformações sociais e políticas estão as do ponto de vista da história econômica, que se caracterizam pelo aparecimento da sociedade industrial e do capitalismo, e da própria ascensão da burguesia, também considerados elementos-chaves para o delineamento dos espaços público e privado. Com a Revolução Industrial houve a necessidade de aprofundamento da divisão social do trabalho, da expansão do comércio e do surgimento de novas profissões que contribuíram de forma decisiva para o encerramento da mulher no espaço privado (Arán, 1997, p.7). O mundo burguês era constituído por negócios e viagens, habitado pelos homens. Em contrapartida habitariam as mulheres um outro espaço, o doméstico, circunscrito pelas paredes do lar que se ergueram naquele momento histórico. Surgia uma nova noção de família que funcionaria como um refúgio frente ao mundo do comércio e da indústria, considerado altamente competitivo e brutal (Lash, 1991, p.27).

Vale afirmar que anterior ao surgimento da sociedade industrializada moderna, havia uma outra forma de organização familiar – a família extensa³ – em que homens e mulheres trabalhavam juntos; isto significa que família e trabalho ainda não estavam separados. No espaço familiar, desenrolavam-se as funções domésticas, que incluíam a atenção e o cuidado com as crianças, e a socialização primária (aprendizagem de ofícios). Assim, a mulher, que na maioria das vezes era responsável pelo cuidado dos filhos, não estava excluída da participação no processo de produção familiar. Nos tempos pré-industriais, isto é, anterior ao século XVIII, a mulher não era representada pelo discurso social ainda como um ser frágil, sensível e inadequado para o trabalho físico árduo (Rocha-Coutinho, 1994, p. 31).

As transformações socioeconômicas da sociedade do século XVIII, porém, promoveram de forma gradativa o desaparecimento desse tipo de organização familiar, dando início à separação das funções domésticas e sociais, que, aos poucos, modificaram também seus conteúdos específicos. Dessa forma, alguns conteúdos que faziam parte das funções domésticas se deslocaram e passaram a se desenvolver no âmbito público, por intermédio das esferas

³ A organização familiar extensa abrigava uma grande estrutura de parentesco onde conviviam marido e mulher junto a serviçais, parentes e agregados. Nem todos os seus membros estavam vinculados por laços consangüíneos. Caso um jovem de uma outra família quisesse aprender um ofício era incorporado como mais um membro (Rocha-Coutinho, 1994, p.27).

produtiva e educativa. Logo a família deixou de ser uma unidade de produção e passou a situar-se fora dela, no âmbito público. Alguns de seus membros passaram a trabalhar no mercado e a receber um salário utilizado para a sobrevivência familiar.

Nesse contexto, as ordens do público e privado passaram a organizar o cotidiano dos sujeitos, com regras próprias, cujas referências centrais eram a afetividade no mundo privado/doméstico e a racionalidade e eficácia do poder no mundo público. Aos homens, caberia este último como um espaço definido pela produção, pelo poder e decisões, e, à mulher, em sua oposição, caberia o espaço privado, cuja referência central estava na sua responsabilidade frente à esfera da reprodução (Rocha-Coutinho, 1994, p.32).

Foi no cenário do século XVIII que o modelo familiar nuclear moderno floresceu e se firmou junto com a consolidação da burguesia que aos poucos se afastou do contato com o povo⁴ e da experiência de coletividade. A família passou a se organizar a portas fechadas – um lugar privilegiado para os sentimentos, para a intimidade e para a privacidade. (Nunes, 2000, p.20-1). A mulher como mãe veio a ocupar um lugar fundamental na configuração desse novo espaço familiar, centrado no campo do afeto, dos sentimentos e do amor, fechado a quatro paredes e dirigido ao marido e aos filhos.

No delineamento da vida privada, no decorrer do século XVIII, vimos então surgir uma nova concepção de infância que também colaborou para a formulação dessa nova idéia de família. A criança deixou de ser considerada um pequeno adulto para se tornar uma pessoa com atributos específicos que exigiam um período de formação afetuosa, protegido e prolongado (Lash, 1991, p.27). De acordo com Nunes (2000, p. 19-20), a família burguesa se organizou em torno dos filhos, interessada em constituir indivíduos saudáveis e uma burguesia forte. Com isso, a questão da mortalidade infantil e da sobrevivência das crianças passou a ser encarada como um problema do Estado. Nesse sentido, Foucault (1988) afirma que uma das grandes novidades do século XVIII foi o surgimento do conceito de “população” como um problema econômico e político:

⁴ Um exemplo do afastamento da burguesia do povo foi muito bem descrito por Catherine Hall que relatou o distanciamento progressivo da burguesia como resultado da separação entre o domicílio e o local de trabalho na Inglaterra e a construção de zonas residenciais onde morava a familiar nuclear, longe do povo. (Hull, 2003).

Os governos percebem que não têm que lidar simplesmente com sujeitos, nem mesmo com um “povo”, porém com uma “população”, com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência de doenças, formas de alimentação e de habitat. Todas essas variáveis situam-se no ponto de intersecção entre movimentos próprios à vida e os efeitos particulares das instituições (p.28).

O conceito de população envolve uma série de características que apontam para a preocupação por parte do Estado com o crescimento da população, que passou – a partir do século XVIII – a estar atrelado à produção, à indústria e às instituições. Uma vez que não se acreditava mais em um povoamento natural e progressivo, fazia-se necessário investir na capacidade de trabalho, na produção e até mesmo na qualidade de vida da população como uma técnica de poder inserida no projeto de desenvolvimento e riqueza das nações anunciada na Modernidade (Birman, 2001, p.61).

Dessa forma, a visão moderna privilegiava a mulher como mãe, positivando os atributos ditos femininos como a fragilidade, a dependência e a virtude, adequados então à função materna. (Nunes, 2000, p.21-22). Essa função levou a mulher a renunciar a qualquer necessidade e ambição pessoal, restringindo sua presença ao âmbito doméstico e isolando-a cada vez mais da atividade pública. A meta socialmente esperada para ela seria uma vida dedicada à casa, ao marido e especialmente aos filhos. No horizonte do século XVIII, a mulher foi alçada à categoria de “rainha do lar”, e a família passou a representar o lugar por excelência do feminino.

Toda esta formulação discursiva foi construída ao longo do século XVIII, tendo Rousseau (1762) sido a mais forte influência na constituição do lugar que a mulher passou a ocupar na sociedade. Em seu projeto organizador, propôs uma nítida divisão de papéis diferentes e complementares para ambos os sexos. Suas idéias tiveram grande repercussão e alcance, e se resumiam no seguinte: a mulher deveria “reinar” no lar, abdicar de qualquer pretensão e desejo pessoal de outra ordem que não estivesse referido à sua atuação na esfera doméstica, em oposição ao homem que, devido às suas qualidades, deveria “reinar” na cena pública (Nunes, 2000, p.37). Homens e mulheres possuiriam vocações específicas que indicariam diferentes lugares sociais. A vocação/natureza feminina estava dirigida à função materna e ao doméstico (privado), em função do destino que a “natureza” havia determinado à mulher. Ser de outra forma seria “antinatural”.

Em *Emile*, Rousseau (1762 [1995]) fez uma perfeita digressão de como deveria ser a esposa ideal para Emílio, seu personagem principal. Sofia (sua futura esposa) deveria estar junto dele por meio da doçura, da dedicação e da submissão. A educação de ambos personagens seguiria caminhos singulares e irreduzíveis, pois a diferença sexual determinaria necessidades diversas, assim como posições sociais distintas:

...a única coisa que sabemos com certeza é que tudo o que tem de comum é da espécie, e o que tem de diferente é do sexo. Deste duplo ponto de vista encontramos entre ambos tantas relações e oposições, que talvez seja uma das maravilhas da natureza ter feito seres tão semelhantes constituindo-se tão diferentemente (...) Dessa diversidade nasce a primeira diferença assinalável entre as relações morais de um e de outro. Um deve ser ativo e forte, o outro passivo e fraco... (Rousseau, [1762] 1995, p.415 *apud* Arán, 1997, p. 8)

Com Rousseau, o lugar de homens e mulheres na sociedade passou a ser estabelecido por meio de características biológicas que iriam fundamentar a divisão das esferas pública/masculino e privada/feminino; ou seja, a noção de diferença sexual, a partir dos atributos biológicos, determinaria a posição da mulher na sociedade como responsável pelos cuidados dos filhos e da casa e dos homens no trabalho e na vida pública.

Foi com essa concepção sobre a natureza feminina e seus encargos que Rousseau participou ativamente na construção do modelo ideal de feminilidade para a mulher ocidental moderna, cujas qualidades principais seriam a fragilidade, a doçura, a afetividade e a virtude. As necessidades e características de cada sexo seriam singulares e indicariam por sua vez características morais distintas e complementares. A conjugação das qualidades femininas e masculinas seria fundamental para a realização de um bom casamento em que feminilidade rimaria com passividade (Nunes, 2000, p.43).

A interpretação da diferença sexual, que opôs as características biológicas dos corpos masculino e feminino (com conseqüências morais e sociais), foi inicialmente realizada por Rousseau e pelos filósofos iluministas e moralistas, mas logo se acoplou ao discurso científico, o que serviu de excelente ferramenta para justificar as diferentes inserções sociais de homens e mulheres. No entanto, Laqueur (1992) afirma que a constituição de dois sexos incomensuráveis não diria respeito a uma determinada teoria do conhecimento nem mesmo a avanços no conhecimento científico. Tratava-se de uma questão política:

Havia intermináveis lutas pelo poder e posição na esfera pública altamente ampliada no século XVIII, e em especial no XIX pós-revolucionário: entre homens e mulheres, entre feministas e antifeministas. Quando, por várias razões, a ordem transcendental preexistente e os costumes dos tempos imemoriais tornaram-se cada vez menos uma justificativa plausível para as relações sociais, o campo de batalha de gênero mudou para a natureza, para o sexo biológico. A anatomia sexual distinta era citada para apoiar ou negar todas as formas de reivindicações em uma variedade de contextos sociais, econômicos, políticos, culturais ou eróticos (Laqueur, 2001, p.192).

Com efeito, para Laqueur, a interpretação dos corpos femininos e masculinos como sexos biológicos opostos e incomensuráveis veio justificar uma necessidade política de se criar novas realidades e inserções sociais para homens e mulheres. Com a visão moderna, a mulher não seria mais considerada um homem menos perfeito. No novo modelo, passaria então a ser mulher em suas especificidades (anatômicas e biológicas) que, por sua vez, funcionariam em oposição às do homem. Em suma, o que Laqueur esclareceu foi que a formulação da diferença sexual, destacando as características biológicas femininas, diria respeito a uma determinada interpretação. Temos o exemplo do esqueleto feminino que já tinha sido dissecado desde o século XVII, mas, somente no decorrer do século XVIII, os médicos e anatomistas iriam olhá-lo e examiná-lo de uma outra maneira, acentuando então a *diferença*. Não estamos dizendo que a medicina não tinha evoluído, não se trata disso, mas da produção sociocultural que fundamentava a leitura dos médicos e cientistas, ao constituírem uma nova interpretação do esqueleto e da sexualidade – agentes cruciais para a construção (ou invenção) do modelo dos dois sexos.

Nesse contexto, cada parte do corpo feminino foi investigada, analisada e interpretada, tendo por base a anatomia e a fisiologia para, a partir das mínimas diferenças do corpo feminino, justificar diferentes inserções sociais. Nesse sentido, características físicas como a bacia alargada, os seios generosos, a fragilidade dos ossos e a riqueza dos tecidos indicariam o destino que a natureza conferia à mulher, ou seja, a vocação feminina para a maternidade e para o cuidado das crianças. Novamente recorremos a Lynn Hunt (2003), em *Revolução Francesa e Vida Privada*, que aponta a maneira como Pierre Roussel em seu tratado concebe a feminilidade da mulher moderna:

A concepção de mulher especialmente para o privado (e incapaz para o público) é a mesma em quase todos os círculos intelectuais do final do século XVIII. O tratado de Pierre Roussel (...) tornou-se uma referência sobre a mulher...É identificada por sua sexualidade e seu corpo, enquanto o homem é identificado por seu espírito e energia. O útero define a mulher e determina seu comportamento emocional e moral. Na época, pensava-se que o sistema reprodutor feminino era particularmente sensível, e que essa sensibilidade era maior devido à debilidade intelectual. As mulheres tinham músculos menos desenvolvidos e eram sedentárias por opção. A combinação da fraqueza muscular e intelectual e sensibilidade emocional fazia delas os seres mais aptos para criar filhos. Desse modo, o útero definia o lugar das mulheres na sociedade como mães. O discurso dos médicos se unia ao discurso dos políticos (Hunt, 2003, p.50).

Esta citação condensa o modelo de feminilidade da mulher moderna que passou a ser definido por meio de suas características anatômicas e funções orgânicas. Estas funcionaram como ferramentas determinantes para a construção de um perfil feminino que retratava a mulher como frágil, emotiva, dependente, instintivamente maternal e sexualmente passiva. Essa interpretação do corpo feminino indicava uma outra maneira de perpetuar a dominação masculina sobre a mulher, sendo uma forma de assegurar o seu lugar no casamento e no lar, ainda que a sociedade moderna trouxesse outras possibilidades de funcionamento social.

Com efeito, os filósofos, médicos e moralistas tiveram importante participação na construção desse novo paradigma da feminilidade da sociedade moderna que encerrou a mulher na esfera doméstica. Rousseau pregava que a desigualdade entre homens e mulheres seria fruto da obra da Razão, e que ela deveria cuidar dos filhos, pois este seria o encargo que a natureza lhe delegou. No entanto, Nunes (2000) atenta para uma certa ambigüidade e contradição no pensamento de Rousseau, uma vez que, apesar de sustentar a crença em uma essência feminina naturalmente direcionada para a passividade e para a submissão, todo o seu projeto pedagógico no que se refere à mulher impunha um rigoroso adestramento feminino para suportar esse lugar de total submissão. Quer dizer, por um lado Rousseau argumentava a favor de uma tendência feminina para passividade e, por outro, afirmava ser estritamente necessário cultivar desde cedo o hábito da obediência por intermédio do constrangimento e da disciplina. A educação das meninas devia estar voltada para a formação de um caráter dócil, passivo e subserviente. Rousseau enfatizava a necessidade de controlar e disciplinar os sentimentos e desejos femininos, considerando fundamental adestrá-las para que pudessem servir melhor aos homens de quem naturalmente

deperderiam. Com isso, o processo educativo das meninas deveria estar dirigido para o aprendizado dos cuidados em relação ao marido e aos filhos. O conhecimento feminino devia restringir-se, dessa forma, ao necessário e útil para tornar a sua presença agradável para o outro. Esta visão daria margem à formulação do famoso ditado popular: “Atrás de um grande homem, existe uma grande mulher”. Este seria o lugar reservado à mulher de onde ela poderia obter prazer e satisfação, quer dizer, seria na posição de sombra do homem que encontraria a felicidade, uma vez que sua vida estaria em grande parte dedicada ao amor pelo outro.

Este modelo foi semeado e germinado no século XVIII, atingindo o seu ápice no século XIX. Nesse sentido Nunes (2000) ainda acrescenta que essa descrição de feminilidade levada às últimas conseqüências comporta a idéia de que a mulher deveria ser capaz de suportar sofrimentos, injustiças e subjugação. Além disso, ela deveria encontrar satisfação nas obrigações e tarefas que lhes eram designadas, as quais haveriam de ser executadas com perfeição. Foi nesse contexto que a fórmula “ser mãe é padecer no paraíso” nasceu e ganhou consistência, vindo a fornecer as bases para que se pensasse a mulher no século XIX como portadora de uma essência masoquista. Vale acrescentar o pensamento de Rocha-Coutinho (1994, p.35) afirmando que um dos pilares da subjetividade feminina na sociedade moderna se traduziu no “ser para os outros”. Em suas palavras:

Tal confinamento está ligado à nova idéia de família que surge e que vai operar uma verdadeira revolução sentimental, reforçando o sentimento doméstico de intimidade, do amor conjugal e do amor materno. Esta mistificação do amor romântico e do amor materno outorgavam à mulher uma nova posição na família, levando-a agora a viver para o amor – amor aos filhos, ao marido e à casa – e a buscar sua felicidade pessoal no êxito dos familiares. Foi, assim, estabelecido um dos pilares da subjetividade feminina, ser para os outros (1994, p.151).

No decorrer dos séculos XVIII e XIX, houve a proliferação de discursos que levou a esse processo de sentimentalização do espaço privado familiar. A família passou ser o lugar destinado ao envolvimento emocional, ao amor conjugal e ao amor materno, sendo a mulher o personagem principal na composição deste cenário. Lash (1977, p.7), porém, muito bem nos aponta a linha de tensão que envolvia o casamento no final do século XVIII e no século XIX, pois os jovens se deparavam com a dificuldade de abandonar os hábitos de auto-

inibição proveniente do noivado durante o casamento e de aderir, na prática do dia-a-dia, a essa concepção de família como um lugar para o amor e para a intimidade, em que marido e mulher deveriam ser companheiros um do outro. E ela deveria se comportar como “um anjo consolador” do marido e dos filhos.

A mulher, entretanto, nem sempre transitou bem nesse lugar. Nesse aspecto, Rocha-Coutinho (1992) afirma que um dos seus grandes aliados na luta contra essa opressão cotidiana foi o “nervosismo feminino”, cujas principais características eram sua irritação, histeria, choro, palpitações e dores. O “nervosismo” funcionava não só como uma válvula de escape à opressão do marido ou da sociedade que limitava seus passos, mas também como uma forma de receber atenção, cuidados, e, sobretudo, como uma forma de se opor ao homem e obter dele e dos filhos certas concessões (p.156).

Foucault (1993), em *História da sexualidade*, aponta o nervosismo feminino como uma resposta diante dos diferentes dispositivos de regulação do corpo e da sexualidade feminina, por onde se procurou produzir subjetividades que se adequassem à nova ordem burguesa e ao capitalismo. Segundo Foucault, a partir do século XVIII, houve a incitação de uma série de discursos e técnicas para falar sobre o sexo que visavam menos à sua repressão do que à própria multiplicação desses discursos como um meio fundamental de exercício de poder. Surgiu então, no século XVIII, o que denominou de ciência da sexualidade, um conjunto de disciplinas e saberes que ganharam forma na biologia, medicina, pedagogia, psiquiatria, economia, moral, crítica política e que visavam ao adestramento e ao controle dos corpos e da sexualidade. (p.34-5). O corpo feminino foi objeto privilegiado de incidência de todo esses campos de saber e poder.

Desta forma, foi possível distinguir, a partir do século XVIII, a formulação de quatro grandes conjuntos estratégicos, que se infiltraram por diferentes mecanismos de poder: a pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas de procriação, a psiquiatrização do prazer perverso e a histerização do corpo da mulher (1993, p.99). Para Foucault, a regulação do corpo feminino foi identificada com uma das peças fundamentais dessa estratégia de poder que se anunciou na Modernidade. Tal histerização implicou em um tríplice processo pelo qual o corpo da mulher foi analisado, qualificado e desqualificado. Por um lado, esse corpo foi concebido como saturado de sexualidade, e, por isso, patologizado

e encaminhado para o campo das práticas médicas. E por outro lado, o corpo feminino e a mulher (como mãe) foram indicados como agentes responsáveis por gerar e gerir o corpo social (fecundidade regulada), o espaço familiar (administração do privado) e a vida das crianças (responsabilidade biológico-moral da educação). A *Mãe*, com sua imagem em negativo que é “a mulher nervosa”, constituiu a forma mais pregnante dessa histerização.

A histerização do corpo da mulher referia-se a um conjunto estratégico de poder produtor de uma sexualidade e de uma subjetividade femininas adequadas ao modelo burguês que tinha por interesse a atuação da mulher circunscrita à família e à esfera privada. É nesse cenário de obrigações e deveres femininos com o marido, os filhos e o lar que surge a mulher nervosa, denunciando a estreiteza do lugar conferido a ela.

Diante do vasto campo aberto na modernidade, porém, outros discursos e outras expectativas entravam em choque com esse determinado padrão de feminilidade. Tínhamos a progressiva expansão do pensamento liberal e, além disso, o modelo crescente de uma sociedade individualista em que os sujeitos se viam como seres autônomos, dotados de razão e de um mundo particular e interior onde as mulheres também estavam incluídas. Kehl (1998), na linha de tensão dessa problemática, salienta:

...aos ideais de submissão feminina contrapunham-se os ideais de autonomia de todo o sujeito moderno; aos ideais de domesticidade contrapunham-se os de liberdade; à idéia de uma vida predestinada ao casamento e à maternidade contrapunha-se a idéia também moderna de que cada sujeito deve escrever seu próprio destino, de acordo com sua vontade (p.53).

Para essa autora, apesar de haver toda uma produção discursiva e simbólica que insistia em dizer como deveria ser uma verdadeira mulher, atrelada aos ideais de feminilidade forjados naquele momento histórico, havia um cenário bastante amplo em que esses discursos se tornavam contraditórios frente aos ideais de igualdade e liberdade formulados pela sociedade moderna. Em meio a essa linha de tensão, configuravam-se deslocamentos entre as esferas pública e privada, por onde algumas mulheres romperam o espaço privado e saíram às ruas em busca do reconhecimento de seus direitos como cidadãs. A participação feminina não só atingiu a França, mas a Inglaterra e posteriormente a Alemanha. Elas contrapunham-se à vida submissa ao casamento e à prisão na maternidade e

tentaram cultivar o intelecto e a participação social (Kehl, 1998, p.63). Os revolucionários, entretanto, colocaram-se majoritariamente em oposição à “causa feminina” com receio do estado de abandono do lar, dos filhos e da vida conjugal. Nesse contexto, reforçou-se a produção discursiva que, com base na idéia de natureza, justificava o confinamento das mulheres na vida doméstica.

Vale dizer que esta produção discursiva viveu seu ápice ao longo do século XIX, ao mesmo tempo, em que neste período se intensificou a luta feminina pela conquista de uma posição na esfera pública. Esse processo não se deu sem conflitos e impasses. De um lado, as mulheres burguesas compartilhavam o projeto de Rousseau e tornaram-se propagandistas de suas idéias. De outro, surgiam Mary Wollstonecraft, Madame Roland e Olympe de Gouges que protestavam e advogavam seus direitos, procurando demonstrar que também eram capazes de exercer atividades intelectuais (Nunes, 2000, p. 49).

Na interessante visão de Lash, (1991) a própria domesticidade burguesa deu lugar à sua antítese, o feminismo. Para o autor, “a família burguesa simultaneamente degradou e exaltou a mulher” (p.27) tendo em vista que, com a sociedade moderna, houve uma significativa mudança em sua posição na organização familiar, pois ela se desocupou de suas obrigações tradicionais (o lar já não era mais um centro de produção) para devotar-se então à criação dos filhos. Para isso, entretanto, foi necessária uma reformulação da educação das mulheres para que desempenhassem as tarefas domésticas e maternas diante das novas exigências trazidas pela Modernidade. Nesse contexto, Lasch concebeu a domesticidade como responsável pela ampliação da educação feminina. De Hannah More a Mary Wollstonecraft⁵; ou seja, ainda que Hannah More acreditasse que homens e mulheres nasciam destinados a ocupar lugares distintos como uma regra da natureza, confirmada pelo costume e relações sociais, indo de encontro ao pensamento de Mary Wollstonecraft, a primeira feminista moderna, ambas escritoras estavam envolvidas com a questão da educação e condenavam a doutrina segundo a qual o maior objetivo da mulher era o de agradar (Lasch, 1999, p. 96). Mary Wollstonecraft insistia no processo de educação, para que elas

⁵ Hannah More, apesar de ser filha de um proprietário rural arruinado, tornou-se uma escritora e intelectual bastante conhecida na época, tendo um estilo marcado por sua paixão espiritual e pela moral. Hannah detestava Mary Wollstonecraft, criticava a igualdade dos sexos defendida por essa autora, por acreditar ser imoral e antinatural (Hall, C. Sweet Home in: HVP).

se transformassem em “esposas afetuosas e mães racionais” e nesse sentido, devia-se lhes ensinar algo mais do que o necessário para se tornarem jovens senhoras atraentes para seus futuros maridos (Lasch, 1991, p.28). Além disso, um dos principais fundamentos da ideologia republicana consistia na afirmação de que as mulheres deveriam ser úteis e não decorativas. Assim, a domesticidade gerou múltiplas discussões e trouxe uma série de novas exigências que, segundo o autor, acabaram por encorajar a mulher a manter aspirações que a família e casamento não satisfaziam.

Por esse viés, a história da mulher no cenário do século de XIX é marcada por idas e vindas, entre a vida privada e movimentos que a levariam à inserção na esfera pública; pois, muitas não pareciam identificadas com os ideais domésticos e maternos, ao mesmo tempo em que havia a produção de um discurso consistente sobre o destino feminino ligado à maternidade e ao lar (Nunes, 2000, p. 55).

Foi a partir dessa proliferação de discursos que Geneviève Fraisse e Michelle Perrot (1995) afirmaram, na Introdução de *História das Mulheres*, que consideram o século XIX “o momento histórico em que a perspectiva de vida das mulheres se altera: tempo da modernidade, em que se torna possível uma posição de sujeito, indivíduo de corpo inteiro e atriz política, futura cidadã” (p.19-20). Para elas, as transformações socioculturais do século XIX contribuíram de forma favorável às mulheres, provocando conquistas e mudanças nas suas vidas, como o direito à instrução, o nascimento do feminismo e as modificações em relação ao trabalho assalariado.

Dentro dessa temática, Nunes (2000, p.61-2) comenta o ensaio *Sair*, de Michelle Perrot, onde a autora observou tentativas femininas de expansão de sua inserção social ao longo do século XIX. Para Perrot, algumas brechas foram fundamentais nesse processo como a prática da caridade, o crescimento da inserção das mulheres no mercado de trabalho e a migração feminina.

A prática da caridade dizia respeito a um antigo dever cristão que levava as mulheres para fora do lar. Elas realizavam visitas aos pobres, doentes, prisioneiros, circulando por diversos espaços sociais. Com isto, participavam de movimentos associativos, reuniões que propiciavam um contato maior entre elas, o que não deixou de gerar uma mudança na visão de mundo dessas mulheres em relação à idéia de si mesmas e de sua inserção na esfera pública (Nunes, p.61).

Outro componente importante refere-se à crescente inserção no mercado de trabalho operário que, de acordo com Nunes (2000, p.62), colocou-as em uma situação de excesso de trabalho uma vez que continuavam responsáveis praticamente sozinhas pelo trabalho da casa e pelo cuidado dos filhos. Nesse sentido, a entrada da mulher no mercado de trabalho não mudou sua atuação no âmbito doméstico. O trabalho assalariado veio se somar ao de casa.

Outro aspecto significativo foi a migração feminina que se expandiu devido ao êxodo rural e repercutiu por toda a sociedade ocidental, por intermédio do desenvolvimento dos meios de transporte. Nas palavras de Nunes (2000):

Migrantes por necessidade econômica ou política, as mulheres foram também viajantes por obrigação e por escolha, o que não deixou de ter conseqüências sobre sua visão de mundo. O surto do serviço doméstico, do trabalho de costura e dos serviços de um modo em geral, incitava as jovens camponesas a ali se instalarem. (p.63)

Todos os três componentes contribuíram para mudanças na vida das mulheres com relação a si mesmas e à sua inserção na esfera pública, pois proporcionaram novos contatos e experiências que lhes afetaram simbólica, cultural e socialmente.

Aliado a esse conjunto de mudanças que emergiram ao longo do século XIX, sublinhamos o feminismo que trouxe o questionamento do papel da mulher centrado na esfera doméstica e na vida privada. Este era um movimento de cunho político, social e coletivo, objetivava a igualdade de direitos entre os sexos e a emancipação feminina. Dessa maneira, veio demonstrar que os valores democráticos estavam dissonantes com a real situação da mulher na sociedade. Apesar de a maioria não ter se identificado de imediato com a “causa feminista”, aos poucos o movimento ganhou força, e, em meados dos séculos XIX e XX, formaram-se inúmeras associações femininas em países como França, Inglaterra e Alemanha.

Arán (2001) comenta o lançamento do livro de Simone de Beauvoir (1949), *O segundo sexo*, como um acontecimento bastante significativo, podendo ser considerado o berço do feminismo contemporâneo. Esse livro proporcionou reflexões e debates no seio do movimento feminista e contribuiu para frutificar suas idéias. O movimento de mulheres foi responsável por uma das mais importantes revoluções que aconteceram no decorrer do século XX justamente

pela possibilidade de uma ruptura na história das mulheres com sua condição milenar de dominação. É importante esclarecer que, longe de assegurar todos direitos sociais, civis e políticos para as mulheres, o que as repercussões do movimento feminista proporcionaram foram uma série de mudanças com relação à formulação de novos desejos, de novas escolhas profissionais e de um questionamento sobre as relações amorosas, possibilitando que hoje as mulheres possam traçar caminhos diferentes daquele inscrito nos dois últimos séculos como sendo “o caminho da natureza feminina” (p.18).

De fato, o feminismo acabou por questionar a dupla moral que vigorou ao longo do século XIX a qual permitia ao homem inúmeras aventuras amorosas (e sexuais) e colocava a mulher confinada ao exercício da sexualidade de forma passiva, recatada, frágil e submissa. Além disso, promoveu uma série de reflexões sobre a crença da “identidade feminina” restrita ao espaço doméstico, já que, na maioria das vezes, as mulheres só tinham acesso ao espaço público na companhia de um homem (pai, marido, irmão, filho). Assim, abriu caminho para uma considerável transformação nas relações homem-mulher na medida em que trouxe à tona a problemática de gênero, possibilitando às mulheres um novo posicionamento diante de sua sexualidade (Rocha-Coutinho, 1994, p.84).

No entanto, com o término da Segunda Guerra Mundial na Europa e nos Estados Unidos e diante da necessidade dos homens voltarem ao mercado de trabalho, uma série de discursos contrários à emancipação feminina proliferou, a qual reforçava a idéia da figura da mulher como a rainha do lar. Houve uma intensa campanha da imprensa em torno da “natureza feminina”, influenciada em parte pelas idéias freudianas vulgarizadas, que estipulava o destino da mulher voltado por excelência à maternidade. Nesse contexto, configurou-se a imagem de boa mãe no lar e dos perigosos efeitos da sua ausência ou abandono em relação aos filhos, à casa e ao marido. Havia toda uma ideologia americana e européia que as condicionou a não serem nada além do que mães devotadas e trabalhadoras do lar (Rocha-Coutinho, 1994, p.96). No entanto, o papel de dona de casa, na maioria das vezes pouco valorizado, contribuía para uma situação de isolamento, levando muitas vezes a casos de depressão feminina. O investimento em uma carreira era praticamente inconcebível. Ainda que algumas tivessem acesso a universidades, os estudos deveriam ser interrompidos com o matrimônio. Enfim, o discurso

social valorizava-as a executar com perfeição os afazeres domésticos e o processo de educação dos filhos, alcançando, dessa forma, um status social.

Essas idéias e discursos não demoraram a atravessar o continente e a chegar ao Brasil, não só por intermédio de diferentes profissionais das áreas médicas e psicológicas, mas pela imprensa, livros, revistas e filmes que indicavam o modelo de mulher ideal nos anos 50 e no início dos anos 60 também para este país. Segundo Rocha-Coutinho (1994):

Assim, a mulher brasileira foi bombardeada por toda esta ideologia que pensava a identidade feminina a partir do marido, da casa e da criação dos filhos. Tal processo de construção da identidade da mulher levava seu ser pessoal a ser definido a partir dos outros – e, desta forma, negava à mulher a possibilidade de ser ela mesma. De acordo com tal ideologia, não havia lugar na mulher para o seu próprio prazer, sua própria satisfação, mas apenas para aquilo que estava voltado para atender e satisfazer às necessidades de sua casa e de seus familiares. Era preciso que ela se esquecesse de si mesma para poder amar e cuidar dos seus. (p.98)

Esta ideologia foi introjetada pela mulher que deveria renunciar a tudo que se referia a si em prol do cuidado com o outro – a sua família – diante da promessa de se sentir gratificada ao ver os filhos crescidos. Este tipo de discurso, uma vez subjetivado, transformou-se em grande parte em uma crença feminina; no entanto, não deixou de causar desconforto e um certo mal-estar para muitas diante de tamanhas exigências e restrições conseqüentes de uma vida confinada à esfera privada.

Na década de 60, contudo, emergiu uma série de movimentos (maio de 68 na França e o dos direitos humanos nos Estados Unidos) que vieram questionar as diferentes formas de poder na sociedade como um todo, contestando então o poder dos pais sobre os filhos, das instituições educacionais e seus representantes sobre os alunos, da medicina sobre os homens e finalmente do homem sobre a mulher (Rocha-Coutinho, 1994, p.112). Dentro desse contexto, surgiram numerosos movimentos feministas na Europa e nos Estados Unidos que, ainda reforçados pelo aparecimento de métodos anticoncepcionais mais eficientes, levaram a uma nova reviravolta na vida das mulheres, principalmente com relação a sua sexualidade que pôde ser formulada em separado da idéia de procriação.

As aspirações femininas, segundo Lasch (1991, p28), tornaram-se então um importante ingrediente da assim chamada crise do casamento e da família que teve início no final do século XIX e se acentuou no decorrer do século XX na

sociedade ocidental. Lasch chamou a nossa atenção para a realidade da sociedade americana, demonstrando o aumento da taxa de divórcio e a queda da natalidade na classe média. Essa realidade, contudo, não dizia só respeito ao Estados Unidos; tratava-se de uma realidade mais ampla que englobava outros países ocidentais desenvolvidos: Canadá, Reino Unido, França, Alemanha que apresentavam uma queda da nupcialidade e um aumento do número de divórcios e separações. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o núcleo familiar começava a ser abalado, constatando-se um número menor de filhos e uma maior rotatividade de situações conjugais que acabavam por desarrumar a base da família nuclear (Arán, 2001, p.21).

Enfim, ainda que no discurso social prevalecesse a imagem de uma mãe devotada e da trabalhadora do lar, constatava-se na prática do dia-a-dia o fracasso de inúmeros casamentos. Essa realidade também se fez presente no Brasil, como aponta Nicolaci-da-Costa (1987), ao debruçar-se sobre a questão do descasamento que assolou a classe média brasileira na década de 80. Segundo essa autora, o intenso processo de modernização pelo qual passou o Brasil gerou mudanças sociais e culturais que tiveram conseqüências subjetivas. A família tradicional brasileira se caracterizava pelo ideal de casamento monogâmico (principalmente para a mulher) e eterno, tendo por base um arranjo patriarcal em que se pregava a virgindade feminina, em contraposição à vida sexual forçosamente ativa do homem. Havia uma nítida divisão de papéis (tidos como naturais) em que os pais eram geralmente profissionais liberais e as mães invariavelmente donas-de-casa. No entanto, na década de 60 começou-se a questionar o funcionamento deste tipo de casamento e a relação homem-mulher. Ocorreram mudanças decorrentes desse questionamento e criou-se, segundo a autora, uma modernização dos moldes do casamento tradicional. Os ideais abstratos de monogamia e eternidade se mantiveram, porém a eles se acoplaram aspectos mais concretos que incluíam a profissionalização da mulher, a menor segregação de papéis conjugais, a vigência de um único código moral e o adiamento da reprodução biológica. Ampliou-se o conjunto de valores, crenças e expectativas e passaram a coabitar com os valores tradicionais – a idéia de o casamento ser o objetivo máximo da vida de uma mulher e a maternidade a sua maior realização – com valores modernos – de a mulher sair em busca de uma vida profissional de sucesso. No entanto, este quadro de heterogeneidade de valores não deixou de ocasionar situações de

crises/conflitos em que os sujeitos precisaram rever seus valores e posições, e que em algumas situações levaram ao descasamento ou mesmo à busca de terapia (Nicolaci-da-Costa,1987,p.63).

Há no Brasil hoje um número cada vez maior de mulheres que trabalha fora com atuação em diferentes campos, ainda que haja discriminação com relação ao exercício de determinados tipos de trabalho (considerados masculinos), principalmente no que diz respeito à diferença em termos de contratação e de salários. Com isso, a mulher da classe média brasileira procura atualmente também investir no seu crescimento pessoal e profissional, buscando novas formas de realização e satisfação, que não somente a do casamento.

Deste modo, na vida real, os dois modelos foram acoplados e a maioria das mulheres passou, então, a buscar a excelência no lar e no trabalho fora de casa. Enaltecida por uma florescente campanha que prometia o paraíso para quem quisesse trabalhar e ter filhos e cuidar da casa e ainda ser uma amante sempre disposta e disponível, a mulher passou a se desdobrar e, exausta com o peso de todas as responsabilidades, não conseguindo a excelência almejada, começou a interiorizar uma sensação de fracasso. O problema passou a ser individualizado, como se a dificuldade em ser múltipla o tempo todo fosse pessoal. (Rocha-Coutinho,1994, p.114)

Nesse contexto, Rocha-Coutinho retrata a mulher da classe média urbana nos dias de hoje como dividida e multiplicada – “a super mulher atual”, que exige o melhor de si como esposa, mãe, dona-de-casa e profissional. Diante de tantas responsabilidades, afazeres e exigências, sente-se dividida, muitas vezes vivendo uma situação de conflito, o que vem apontar o engodo do discurso social por onde se formulou a imagem estereotipada da mulher eclética e polivalente. Concordamos com a autora que tantos encargos acarretam uma sobrecarga física e emocional, colocando-a diante de situações bastante desconfortáveis. Acima de tudo, este problema é considerado de ordem individual, o qual remete – muitas vezes – a um sentimento de incapacidade.

Na atualidade, há vários dispositivos discursivos que vendem uma imagem de mulher versátil, a que sabe administrar a casa, os filhos, o marido e o trabalho. Ao mesmo tempo, no entanto, o discurso social, bem como as próprias mulheres, mantém ainda a crença de que a maternidade é parte da essência feminina, acreditando ser a figura da mãe indispensável para o bom desenvolvimento dos filhos. É nesse sentido que Rocha-Coutinho (1994) bem aponta a dificuldade das mulheres em abrir mão do lugar de autoridade na administração do lar e dos

filhos, lugar onde ela arranhou formas de exercer o controle mesmo que, indiretamente, sobre os filhos e marido; isto é, a dedicação da mulher com os afazeres da casa gerou uma situação de dependência em relação a ela na esfera doméstica. Além disso, em sua capacidade de se sacrificar para atender às necessidades e desejos dos familiares, também encontrou uma arma poderosa, qual seja, a cobrança por onde reivindica a realização de alguns dos seus desejos e mudanças de comportamento na família.

A questão da exigência de perfeição feminina em suas mais diversas tarefas chama a nossa atenção, como a sua contrapartida – o sentimento de fracasso e por vezes a culpa quando as coisas não funcionam como o esperado – remetendo-nos ao ideal de feminilidade onde há a predominância do sacrifício feminino em prol do outro. Nunes (2000) enfatiza que a associação entre mulher, sacrifício e passividade foi formulada desde o século XVIII e que esses três componentes foram reorganizados em torno da noção de masoquismo no decorrer do século XIX por onde se sustentou a idéia de que a boa mulher (mãe) seria aquela que se imolasse em nome dos filhos e ainda tirasse uma cota de prazer dessa experiência. Dessa forma, o masoquismo seria uma possibilidade de a mulher se inscrever na ordem cultural, como retrata Nunes:

Numa sociedade na qual a hierarquização entre os dois sexos pressupõe uma relação de casal onde a mulher deve estar submetida ao marido, abrindo mão de sua condição de sujeito, a assunção de uma posição masoquista pode ser a única saída vislumbrada ou mesmo desejada. Ao negar às mulheres o direito a qualquer outra maneira de inscrição no universo cultural que não a esfera doméstica, essa sociedade possibilita que aquelas que não correspondam a essa expectativa fiquem confrontadas com uma ausência de referências identificatórias, deixando-as diante de um desamparo quase insustentável. Nesse sentido o masoquismo aparece como uma forma de defesa possível contra o desamparo. (2000, p.247)

O masoquismo feminino poderia funcionar então como uma espécie de defesa contra essa situação de desamparo diante da ausência de referências identificatórias para aquelas que não estivessem totalmente referidas à esfera doméstica. Tratar-se-ia de uma determinada forma de subjetivação, porém, como já foi dito, há outras possibilidades para a mulher que não uma posição masoquista na economia subjetiva. Nunes apresenta a personagem de Nora, da peça *Casa de Bonecas*, de Henrik Ibsen, com a intenção de sinalizar um caminho bastante peculiar. Essa personagem completamente imbuída dos ideais de esposa e mãe renuncia a qualquer vontade própria e busca a felicidade em sua dedicação à

sua família. Ao se decepcionar duramente com o marido, entretanto, desiste dessa posição passiva e submissa e decide se preocupar com ela mesma. Vai ao encontro da dor do desamparo, por onde pode reencontrar sua *feminilidade*, não aquela construída pelos ideais de alguns homens, mas a que teria que descobrir por seu próprio caminho único e singular.

Ainda hoje o modelo de feminilidade do século XIX persiste, mas há outras possibilidades subjetivas para as mulheres. Birman (1999), em *Cartografias do feminino*, aponta o reaparecimento da personagem Carmem, da ópera de Bizet, revisitada por diferentes artistas que traçam um perfil similar dessa personagem tão marcante, na qual o autor vislumbrou uma nova versão da feminilidade emergente em nossa sociedade a partir de 1980. Para esse autor, a nova configuração da Carmem seria resultante das mudanças progressivamente delineadas pelo movimento feminista das décadas de 1960 e 70. Isto não significa dizer que Carmem seja uma militante, inserida no projeto feminista; longe disto, essa personagem se situa fora das disputas e desafios entre os sexos. A Carmem dos dias de hoje veio retomar os atributos de sedução, apagados pela moral burguesa. Birman, ao retomar as contribuições do historiador Thomas Lauquer, recorda-nos que, na Antiguidade e na Renascença, a sensualidade e o prazer femininos eram considerados fundamentais para a instauração da fecundidade e bem-vindos socialmente. Somente a partir do século XVIII a sedução foi encarada como um problema para a mulher diante dos atributos que envolviam ser uma boa mãe. Nesse contexto, dividia-se, de um lado, a figura da mãe – dócil, submissa e passiva, e de outro, a da prostituta – representante da sensualidade, do erotismo e da sedução feminina – representações que vigoraram nos últimos séculos. No entanto, na atualidade delineia-se um novo perfil em que a mulher fez ressurgir sua sensualidade, dando cores ao seu desejo, sem fazer necessária a mulher-prostituta ou a mulher-objeto.

Carmem cifra e condensa nas imagens o que existe de brincadeira na arte da sedução e o que existe de menina travessa no espetáculo do erotismo. (Birman, 1999, p.82)

Continuando ainda:

Carmem não quer *ter* nada, pois tem ojeriza visceral a todas as insígnias do poder e ao teatro de ilusões forjado por elas. Isso porque o que lhes toma de corpo inteiro é a pretensão de *ser feminamente* uma mulher. (1999, p.75)

Para Birmam, a sedução revela a presença do desejo feminino e a própria assunção da feminilidade. Nesse sentido, a mulher resgata o registro do desejo, do corpo, do erotismo, os quais são reconhecidos sem estar referenciado pelo que é da ordem do masculino ou da prostituição. O desejo feminino pode se expressar de diferentes formas, sendo a maternidade uma dessas possibilidades.

Contudo, seria ingênuo pensar que o modelo de feminilidade tradicional foi simplesmente imposto às mulheres que o aceitaram de forma passiva, submetendo-se a todo processo de educação dirigido para que se tornassem futuras esposas e mães da sociedade moderna. Ao contrário, o casamento, tendo por base o ideal romântico, não deixou de atrair muitas mulheres, investidas na posição de rainha do lar e responsáveis pela felicidade do grupo familiar, o que aponta para o desejo das mulheres do século XIX em torno dos ideais maternos e domésticos (Kehl, 1998, p94). No entanto, o desajuste entre as mulheres e a feminilidade na sociedade burguesa não significa que a maternidade e o casamento seriam destinos impostos à maioria em dissonância com seus desejos, porém que esses caminhos eram estreitos demais para dar conta das outras possibilidades de identificação, consideradas masculinas, mas que também se apresentariam às mulheres na Modernidade.

Na atualidade, as mulheres possuem uma gama maior de possibilidades identificatórias, os caminhos se ampliaram, porém de tal forma que a maioria se divide, se multiplica e se desdobra para dar conta de tantos interesses, desejos e ideais na tentativa de se incluir na condição de sujeito, e, ao mesmo tempo, não deixar de atender à demanda do outro. É nessa linha de tensão que se situam as mulheres nos dias de hoje.

Garcia (1997) constata a expansão da capacidade sublimatória das mulheres na atualidade, em sintonia com o processo criativo e com a possibilidade de dar novas direções ao desejo. Logo, a experiência feminina não está restrita à maternidade, atualmente, as mulheres realizam produções culturais e trabalhos intelectuais, os quais há dois séculos não seriam imaginados possíveis (p.106).

É nosso interesse no próximo capítulo verificar como essas mudanças vigentes nas áreas urbanas atingiram o contexto rural nos dias de hoje, promovendo efeitos subjetivos na vida das mulheres do campo. O breve percurso histórico que apresentamos foi construído a partir da experiência da mulher da

classe média ocidental. No entanto, vários estudos apontam para uma série de transformações no mundo rural conseqüentes de uma aproximação entre os espaços urbanos e rurais; logo nossa proposta de trabalho consiste em pensar como se posicionam as mulheres face esse conjunto de transformações, destacando sua relação com a feminilidade. Desta forma, discutiremos a seguir pesquisas realizadas nas áreas da antropologia e da sociologia sobre as diferentes formas de vida das mulheres do campo no Brasil nos dias de hoje.

4 O mundo rural em transformação e seus efeitos sobre a mulher

Desde os tempos coloniais há uma clara demarcação entre as esferas do doméstico e do público circunscritas aos limites do lar e da roça, estabelecidos pela divisão do trabalho e pela atribuição de determinados papéis no contexto familiar rural brasileiro. Assim, o homem ocupa o lugar de chefe da família e do controle da produção agrícola. Por sua vez, a mulher centra a sua autoridade nas atividades domésticas, como cozinhar e cuidar das crianças, e na colheita de subsistência. Com efeito, a construção dos domínios doméstico e público no meio rural, desde a época colonial, reflete a forte base patriarcal dessa sociedade, em que os homens possuíam o poder absoluto e estavam associados ao domínio público da vida, enquanto que as mulheres estavam confinadas ao espaço doméstico e delas se esperava um comportamento subserviente (Freire, 1975 *apud* Branco, 2000, p.32-3).

No período colonial era o homem que mantinha relação com o proprietário da terra, e o tipo de contrato de ocupação se dava em função do número de filhos e da mulher como possibilidades de mão-de-obra colaboradora. A mulher costumava dividir o seu tempo entre o trabalho de casa e da lavoura, sendo o segundo uma ajuda no contexto familiar (Silva, 2004). No entanto, ainda que homens e mulheres trabalhassem juntos, a referência feminina estava ligada à esfera doméstica.

Este tipo de produção familiar ainda é muito comum nos dias atuais nas diversas áreas rurais (principalmente no caso dos pequenos agricultores), levando-nos a uma reflexão sobre a estrita divisão doméstico e público, uma vez que ao homem é reconhecida sua atuação na esfera pública e no que se refere à mulher, embora conjugue sua atuação na lavoura com as atividades domésticas, só a última que é registrada (Branco, 2004). Em geral, ela não participa das negociações e nem da comercialização dos produtos. Desta forma, a maioria das mulheres se encarrega praticamente sozinha do trabalho doméstico e dos cuidados dos filhos.

Brumer (2004) em sua pesquisa sobre as mulheres do Sul do país, entretanto, não deixa de ressaltar que o lugar na esfera doméstica se traduz como um lugar de autonomia e de poder para elas. Dessa forma, podemos dizer que esse cenário ilustra a vida da maioria das mulheres rurais mais velhas cuja referência maior é o âmbito doméstico. Ao pesquisarmos, porém, a respeito das mais novas, constatamos a presença de outros projetos de vida que não exclusivamente a referência ao doméstico rural.

O recente processo de mudanças no contexto rural por meio do processo de modernização da agricultura nas décadas de 60-70, junto com o surgimento dos empresários rurais (em detrimento dos pequenos agricultores) acarretaram modificações no contexto da agricultura familiar e transformaram o rural em um espaço não mais exclusivamente agrícola, levando os jovens nos dias de hoje a ter diferentes perspectivas frente à vida no campo (Carneiro, 1999). Carneiro afirma que, desde 1960, os pais têm incentivado os filhos mais novos a estudar e buscar outras alternativas de vida como estratégias de sobrevivências para os jovens agricultores. No Sul, a unidade camponesa já não absorve uma prole tão numerosa, provocando a migração para nova fronteira agrícola ou mudança de ocupação. Na região Sudeste, área rural em Nova Friburgo, a pluriatividade⁶ foi a alternativa encontrada pelos jovens diante da agricultura em crise na medida em que houve uma expansão da atividade turística, possibilitando novos empregos. Assim, Carneiro constata que ao mesmo tempo em que os jovens rurais cultuam laços com a cultura de origem, vêem sua auto-imagem refletida no espelho da cultura “moderna” que lhes surgem como uma referência para a formulação de seus projetos. Observamos que muitas das jovens do campo hoje não trabalham (ou ajudam) na lavoura, e em lugar disso, estudam e formulam projetos de vida que não estão ligados à vida no campo.

Desta forma, Brumer (2004) analisa a ocorrência de acentuada migração rural-urbana dos jovens, e, sobretudo das moças, influenciadas justamente pelas mudanças nas suas aspirações decorrentes do desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte que aproximam os espaços rurais e urbanos,

⁶ Pequenos agricultores que conjugam a atividade rural com outras fontes de rendimento, normalmente, não vinculadas diretamente ao processo de produção agro-pecuária. Esse fenômeno chama nossa atenção no meio rural brasileiro como uma alternativa de vida no campo, em que surgem novas formas de produção e organização desenvolvidas pelas pessoas que vivem no campo, sem recorrer ao êxodo rural (Carneiro, 2004).

proporcionando, assim, um maior contato entre os jovens desses dois espaços e facilitando o acesso a outros tipos de informação. A repercussão subjetiva maior das mudanças sobre as moças é justificada por não terem tantas perspectivas de vida no campo e por desejarem trilhar um caminho diferente daquele de suas mães. Com isso elas costumam investir mais na educação do que os rapazes.

Essas mudanças parecem ter um efeito maior sobre as moças do que sobre os rapazes, em parte devido ao fato de que elas têm, em média, níveis de escolaridade mais elevados do que eles. Isso ocorre porque, de um modo geral, sabendo que são preteridas na partilha da terra familiar ou na obtenção de um emprego estável no meio rural, as moças investem mais do que os rapazes na educação, com vistas a uma possível migração para a zona urbana. (Brumer, 2004, p.219)

Parece que as mulheres têm buscado outras opções, que não seguir o caminho de suas mães, sendo o estudo e a migração opções a mais na vida delas. Brumer refere-se ao ensaio de Patrick Champagne (1986 *apud* Brumer, 2004), o qual considera a recusa dos filhos em suceder aos pais como uma recusa do modo de vida dos pais, significando que, nas representações de muito dos jovens agricultores, a vida agrícola é vista de forma negativa. Champagne atenta para a influência dos valores urbanos na crise de identidade social dos jovens do campo. Daí, a constatação introduzida por Carneiro (1999), de que os jovens nos dias de hoje convivem com a ambigüidade de quererem ser, ao mesmo tempo, diferentes e iguais aos da cidade e da localidade de origem, colocando em destaque o relato de um jovem que afirma ter a geração dele passado por um choque cultural enorme, na medida em que “convive com a coisa agrária de casar cedo e constituir família e buscar uma atividade agrária e a mentalidade trazida pelos turistas” (jovem de São Pedro da Serra – Nova Friburgo); quer dizer, os jovens rurais nos dias de hoje têm questionado a “mentalidade rural” de casar cedo e constituir família que prevalecia anteriormente no campo, o que reflete os novos valores que se apresentam no contexto rural hoje. No entanto, o casamento e a maternidade ainda são duas categorias privilegiadas pelas mulheres rurais, sendo em grande parte o caminho encontrado na busca de reconhecimento subjetivo e social, concepção essa desenvolvida pelas sociólogas Esmeraldo & Aragão⁷ (2003) que

⁷ *Ceará no feminino* (Esmeraldo et al., 2003) foi fruto de um trabalho de pesquisa realizado no período de 1993 a 1996 com 677 mulheres entrevistadas em 83 municípios do Estado

afirmam ser essas categorias elementos-chave para a construção da identidade das mulheres rurais:

Estudos voltados para a caracterização de uma identidade para a mulher rural apresentam o casamento, a sua relação com a maternidade e o lugar que ocupa no grupo familiar como elementos constitutivos de uma identidade feminina (p.15).

Continuando:

Para o casal, a maternidade é considerada ainda um complemento natural e necessário ao casamento. A maternidade também é tida como um destino natural para as mulheres. Ser mãe é um papel social importante atribuído às mulheres, que vai sendo interiorizado e incorporado de forma naturalizada pela sociedade rural (p.18).

Essa forma de entender a maternidade está associada há duas formulações discursivas presentes na sociedade ocidental: a primeira relacionada à concepção da Antiguidade clássica em que o anseio por um filho se aproximaria da própria definição de ser mulher. Essa concepção perdurou durante muitos séculos e que ainda hoje se mantém viva em regiões do mundo rural (Birman, 2001, p.86). E a segunda produção discursiva construída no cenário da Modernidade em que ser mãe passou a ocupar um lugar social de destaque.

Ao refletirmos sobre a concepção antiga, presente até os dias de hoje nas regiões rurais, da relação impreterível entre a mulher e o desejo de procriação, enfatizamos as diferenças entre as mães do campo e da cidade. Venâncio (2004) lembra que, no período colonial no Brasil, muitas mulheres da cidade abandonavam seus filhos, no entanto, na área rural, esse abandono raramente acontecia. Este era o lugar onde muitas vezes os enjeitados eram acolhidos como “filhos de criação” ou agregados por famílias estruturadas. A hipótese desse autor é que os meninos e meninas seriam bem-vindos enquanto mão-de-obra colaboradora, contribuindo para a sobrevivência da organização familiar. Nesse sentido, vale destacar a particularidade das mães rurais, cujo desejo de ter filhos, incluindo os cuidados necessários a eles e aos de criação, sobressaía sob a perspectiva da produção familiar. A nosso ver, a organização familiar rural contribuía para a perpetuação da concepção antiga do desejo de procriação

do Ceará a partir de um convênio entre a ONG CETRA e a Universidade Estadual com o objetivo de conhecer as condições de vida e de trabalho das mulheres rurais do Ceará.

associado à mulher na medida em os diversos filhos eram bem-vindos como mão-de-obra colaboradora.

Ser mãe no período colonial não se referia a um papel que enobrecesse a mulher, que deveria renunciar às suas necessidades em prol dos cuidados com os filhos. Esse tipo de discurso foi disseminado pelos filósofos, cientistas e moralistas e acabou por penetrar nos espaços rurais ao longo dos séculos XIX e XX, que o acolheu de acordo com as particularidades das diferentes regiões rurais. Assim, a maternidade que já era uma experiência próxima da mulher rural, ganhou então um novo estatuto na medida em que essa função passou a ser concebida como um destino da mulher diante de suas vicissitudes biológicas ou naturais, e como um complemento natural do casamento. No entanto, é importante frisar que a mulher rural não deixou de trabalhar na lavoura para se dedicar à criação dos filhos. Era costume colocar os filhos em balaios e cestas, carregando-os para o trabalho no campo.

Atualmente, porém, esse contexto vem se modificando, pois muitas das mulheres mais novas não trabalham na lavoura, além disso, afirmam o desejo de ter menos filhos e outras ocupações (Esmeraldo, 2003, p.19). Tudo indica que novos valores vêm se somar aos valores antigos do campo, levando as mulheres rurais mais jovens das mais diversas regiões rurais a possuir desejos diferentes do que costumava se apresentar no contexto rural anteriormente. O universo simbólico no campo se ampliou, propiciando uma gama maior de possibilidades identificatórias para as mulheres diante das novas informações que chegam devido ao desenvolvimento dos meios de comunicação, trazendo os valores urbanos modernos.

É dentro deste contexto de mudanças que nos referimos à constituição de um mercado de trabalho feminino, efeito do processo de modernização da agricultura, nas décadas de 60 e 70, que fez com que a mulher passasse a comparecer como força de trabalho individualizada e não mais fundamentalmente como força de trabalho subordinada à família. A sua entrada no mercado de trabalho assalariado foi mais uma estratégia de sobrevivência diante do processo de modernização da agricultura do que uma opção pela realização pessoal. Dessa maneira, o processo de modernização da agricultura acarretou uma série de mudanças nas regiões rurais, que afetaram principalmente os pequenos produtores, que se viram obrigados a diversificar, recorrendo ao trabalho

assalariado, à produção artesanal e a outras atividades (Suárez e Libardini, 1992, p. 8-10). O trabalho feminino ganhou um novo estatuto, na medida em que as jovens camponesas foram absorvidas em diferentes empresas agrícolas, vindo a trabalhar nos cafezais, laranjais, canaviais, etc... (Silva, 2004). De acordo com essa autora:

Não interessava mais aos proprietários das fazendas e usinas o modelo familiar de antes, igualmente não interessam mais também as mulheres enquanto parideiras, produtoras de inúmeros filhos para o trabalho. O corpo de antes, feito para produzir mercadorias e filhos, reduz-se, agora, à geração de energia para desfechar golpes duros e rápidos na cana, encher caixas de laranja e café. (Silva, 2004, p.565)

Houve uma mudança significativa no tipo de organização familiar rural. No novo contexto o trabalho feminino não se situa mais como uma ajuda ao grupo familiar, tornou-se individualizado. Assim, com a inserção no mercado de trabalho, a mulher deparou-se com uma experiência nova, que passou a lhe proporcionar satisfação e prazer. Há no interior de São Paulo, mulheres inseridas em modernos projetos agrícolas para as quais o trabalho parece produzir uma experiência de satisfação (Silva, 2004). Silva refere-se a um específico em relação ao processo de cultivo da cana-de-açúcar, denominado descarte, exercido por mulheres. Suas tarefas incluem o reconhecimento da doença, a classificação e recuperação da planta, e, de acordo com o relato de vários técnicos e feitores, os homens só são capazes de reconhecer um tipo de doença, enquanto as mulheres reconhecem todas. Por isso, essa atividade é realizada exclusivamente por mulheres, consideradas mais obedientes e responsáveis. A experiência ligada ao ato de “cuidar da cana” possui um significado especial para as agricultoras na medida em que acompanham o crescimento da cana:

...Ao mostrarem a satisfação com o trabalho, verifica-se que essa tarefa só existe enquanto tal na medida em que a trabalhadora assume o papel de maternar a cana, sendo responsável pelo nascimento, crescimento e saúde da planta. “Cuidar da cana” tem, pois, o significado profundo de maternagem. Amor, proteção, cuidado são elementos que definem o eu feminino, diferentemente do eu masculino, cujos referenciais são centrados num “ideal abstrato, de perfeição.” O eu feminino está sempre ligado ao ato de cuidar de alguém. (Silva, 2004, p.567)

Chama nossa atenção a autora referir-se a uma definição do “eu feminino”, sem apresentar nenhuma reflexão sobre as formações socioculturais que

circunscrevem a construção do feminino, correndo, assim, o risco de apresentar uma visão essencialista e universal. No entanto, sabemos o quanto a história das mulheres é marcada e significada pela experiência da maternidade, ainda que com diferentes configurações ao longo da História. Como também temos conhecimento da tradição do pensamento ocidental pautada na idéia de perfeição associada ao ser humano e tendo o masculino como referência. Birman (2001), contudo, vislumbra nos dias de hoje outras saídas para a experiência do feminino que se contrapõe à visão que tem por referência o masculino associado à idéia de perfeição. Parece-nos, entretanto, que nesse contexto rural brasileiro o feminino tem se manifestado por meio da referência ao cuidado com o outro, relacionado às noções de cuidado, proteção e amor. Será essa a referência predominante na vida subjetiva das mulheres rurais? Sendo essa a maneira encontrada de a mulher se inserir na esfera pública? De qualquer forma, vale destacar o envolvimento da mulher com o trabalho no canavial como uma experiência prazerosa.

Há ainda outras experiências de inserção no mercado de trabalho assalariado, também justificadas pela condição de pobreza e necessidade de ajudar o marido nas despesas do lar, e que foram bem-vindas para as mulheres do campo. Dizem respeito às mulheres migrantes, que partiram da região da seca para trabalhar no próprio Sertão, em projetos de irrigação do submédio do São Francisco, onde se praticam culturas diversificadas como, por exemplo, a uva e a manga. Com a experiência de trabalho, essas mulheres ganharam outras motivações. Assim, há uma nova esfera de experiência aberta pela participação feminina no mercado de trabalho, uma vez que elas passam a se comunicar mais, a estabelecer outros tipos de relação e, a partir daí, a construir novas referências pessoais e sociais. Esse novo horizonte anuncia mudanças na vida dessas mulheres com relação ao cuidado de si e à dimensão do que é da ordem do feminino, na medida em que a mulher se depara com outro universo que não o da família. Atentamos para o desejo de não mais usar roupas velhas ou ainda desejar mudar a maneira de se vestir, o de se perfumar, de participar, enfim, de poder sair do lar e se apresentar de outra forma no espaço público (Fisher, 2002). Por esse caminho, inaugura-se a possibilidade de experimentar a ampliação do território do feminino.

Ainda que esse novo leque tenha sido aberto, isso não se dá sem questões e conflitos para a mulher na condição de sujeito e na sua relação com a família,

pois a sua entrada no mercado de trabalho gera uma certa desarrumação no contexto familiar no que diz respeito aos lugares socialmente determinados para homens e mulheres. É justamente essa discussão que introduz Fisher (2002, p.3) ao analisar as conseqüências da participação da mulher no orçamento familiar. Segundo essa autora, as mulheres sentem vergonha de se posicionar diante de sua nova condição de assalariada, temendo que a sociedade considere seu marido ou seu pai como um ser inútil e dispensável, ou ainda, receiam ferir o marido. Podemos perceber assim o quanto ainda é pregnante na sociedade rural o pensamento sustentado por uma cultura patriarcal que se caracteriza pelo lugar de dominação masculina. Dessa forma, ainda que as mulheres trabalhem e recebam salários, isso é administrado pelos homens, na maioria das vezes, o marido é quem determina como ela irá gastar (ou, ainda, apropria-se de) seu orçamento, o que gera uma situação de desconforto na mulher. Podemos afirmar então que há uma dificuldade no lidar com a mulher assalariada no contexto familiar rural.

Nas regiões Norte e Nordeste, encontramos ainda a quebradora de coco; isto é, aquela que, com equilíbrio e destreza, quebra coco: *as nádegas no chão, machado afiado à frente, uma mão segura e equilibra o coco, na outra o macete* (Oliveira & Luz, 2002, p.29) para parti-lo ao meio e retirar as amêndoas. Essas mulheres têm se organizado e participado atualmente de diferentes movimentos como sindicatos, associações, grupos de estudo e fabricação de sabonetes. Formaram cooperativas de pequenos produtores do babaçu, que exportam, desde 1992, seus produtos e derivados em grande escala para empresas no setor de cosméticos da Inglaterra e dos Estados Unidos.

Tem havido uma verdadeira luta por parte das mulheres do campo para serem reconhecidas como trabalhadoras rurais e poderem adquirir direitos e benefícios sociais. Isto significa que aquelas que desejam continuar com o trabalho na lavoura, agora reivindicam seus direitos e sua participação, em pé de igualdade com os homens. O Rio Grande do Sul ocupou um lugar de destaque nessa luta, pois foi por meio da formação do movimento MMTR⁸, na década de 80, que as mulheres rurais conquistaram o reconhecimento profissional e a concessão de direitos sociais para a categoria de trabalhadoras rurais, a partir da *Constituição* de 1998 (Brumer, 2004, p.210-212; Schaff, 2001, p.421-416). Isso se

⁸ Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

deu simultaneamente à conquista das mulheres por terem seus nomes inseridos nos blocos de venda dos produtos agrícolas, o que significa a concretização e a comprovação de sua situação de trabalhadora rural. Essa conquista, por sua vez, possui um grande valor simbólico para a mulher do campo, uma vez que o seu nome e o seu trabalho se tornaram visíveis (Brumer, 2004, p.223). Assim, ela passa a dividir com o marido os assuntos referentes ao processo da lavoura e à comercialização dos produtos. No entanto, o alcance da nova condição trabalhadora rural diz respeito a uma minoria de mulheres nos diversos contextos rurais (Schaff, 2001, p.423).

Constatamos, então, uma maior participação das mulheres rurais nos movimentos sociais, sejam de base religiosa, associativa e feminista. Interessante foi o movimento no Sul do país, ligado à Igreja Popular que serviu de impulso para uma série de transformações na vida das agricultoras. As religiosas argumentavam que as mulheres eram supostamente complementares aos homens e, portanto, deviam participar na luta, na vida diária e na esfera da comunidade junto a eles. Acreditava-se que “Deus amava a todos igualmente” e que as mulheres, por sua função reprodutora, estariam mais perto da “fonte de vida” e que, por isso, seriam mais puras e estariam designadas para a ação social (Schaaf, 2002, p. 412-17).

Essa fonte de vida era onipresente e referia-se tanto ao papel biológico como ao papel social e espiritual da mulher. (...) Foi isso que legitimou a presença das mulheres na esfera pública da comunidade, fora de seu âmbito por excelência, a casa. Porém, a Igreja Popular não somente legitimava a presença da mulher na comunidade como a destacava como necessidade para “fermentar a luta” dos pobres, com seu valor espiritual e servil. “A quem tu serves” foi ampliado para o nível da comunidade carregada de sabedoria espiritual. (Schaff, 2002, p. 417)

Esse lugar concedido à mulher como fonte de vida foi o pano de fundo que justificou sua participação na comunidade; isso quer dizer que, a partir de suas características biológicas, a mulher ganhou uma amplitude social e pública, que até então ficava restrita à fronteira do privado. Com a inserção na esfera pública, ela veio a questionar a estrita divisão entre a esfera pública e privada.

Interessa-nos ressaltar que sob o mesmo argumento – a função reprodutora – são conferidos dois lugares socialmente distintos para mulher rural: o primeiro estritamente concebido e construído no âmbito do privado, tendo como referência

a valorização da maternidade; e o segundo, que sob o mesmo pressuposto leva-a em direção ao espaço público por meio de uma participação maior na comunidade. Com efeito, introduz-se uma mudança a partir da mesma “vocaçãõ”, em que o papel da mulher ganha então uma amplitude maior, ela passa a prestar seus serviços à comunidade, participando de ações políticas e sociais e sendo “representada como mensageira da nova vida” (2002, p.417).

Esse foi o palco que proporcionou uma série de mudanças no Sul do país com relação à organização da vida das mulheres rurais e, conseqüentemente, à emergência de novas formas de vida, a partir do momento em que determinadas práticas passaram a ser reorganizadas por meio da participação mais ativa da mulher rural na comunidade. Isso não significa, contudo, que os valores tradicionais perderam força: eles vieram coabitar com essas mudanças e trazer novas possibilidades.

A participação do movimento feminista nos espaços rurais teve sua importância, pois foi a partir de reuniões e encontros realizados nas diversas regiões que as mulheres tiveram a oportunidade de adquirir maior conhecimento sobre seu corpo e sua sexualidade, além de estabelecerem novas formas de relacionamento e convivência (*Rede feminista de saúde*, 2004, Schaff, 2002, Lopez e Rabay, 2004). Schaff (2002) constata que, a partir dos encontros, elas puderam compartilhar idéias, frustrações, angústias e medos, desenvolvendo, a partir daí, relações de carinho e colaboração, que se expressavam de forma muito diferente de sua experiência cotidiana em casa, considerando que, na relação com os maridos, se manifesta a autoridade masculina e, na maioria das vezes, falta o diálogo (p.427-30).

Em suma, a autora afirma que a participação das mulheres nos movimentos populares não está referida necessariamente à questão da cidadania, mas tem por referência a maternidade, em que o elemento-chave que motiva as mulheres à participação é o “cuidado com o outro”, destacando o cuidado com as amigas do grupo. Na sua argumentação, Schaff (2002) traça um paralelo entre a maternidade privada e a maternidade pública ou social, afirmando que essa última as proporciona algo extra que a maternidade privada não lhes oferece e que estimula um processo de auto-realização e satisfação de suas necessidades pessoais. Isto se dá na medida em que a maternidade social não remeteria as

mulheres ao isolamento nem à desvalorização que estariam embutidas na figura da mulher mãe (p.430-31).

Assim, tanto Silva (2004) quanto Schaff (2002) indicam a maternidade como uma representação predominante na vida psíquica das mulheres do campo, sendo esse o referencial que encontraram para se inserir no espaço público – seja pela participação social junto à comunidade, ou pelo trabalho no canavial (atividade do descarte), quer dizer, na visão dessas autoras a inserção da mulher rural na ordem do público tem por referência a maternidade.

De fato, parece que a referência ao cuidado do outro é parte predominante da concepção de ser mulher nos contextos rurais, o que se contrapõe na maioria das vezes à prática de cuidado de si (Lopez & Rabay, 2004). Acreditamos que essa concepção é derivada da organização familiar tradicional rural, onde a mulher é responsável pelo cuidado da família e seu trabalho tido como uma contribuição na produção familiar. Inseridos nesse contexto, o casamento e a maternidade constituem elementos fundamentais na construção da subjetividade feminina.

O intenso processo de transformação nos espaços rurais, contudo, trouxe um novo contexto, por onde destacamos uma mudança significativa na organização familiar agrícola tradicional devido à modernização da agricultura com a conseqüente constituição do mercado de trabalho feminino. Na nova experiência de trabalho (individualizado, não mais grupal), a mulher vive uma experiência que lhe traz satisfação diante das novas possibilidades na medida em que estabelece novas relações e está em contato com outras referências simbólicas. No entanto, esse processo gera uma certa desarrumação no contexto familiar, sinalizando que homens e mulheres ainda estão referidos ao modelo tradicional rural (modelo patriarcal) e sentem-se inseguros diante da nova condição da mulher.

Com efeito, constatamos uma inserção maior da mulher rural no âmbito público e destacamos três componentes que favoreceram esse processo: a constituição de um mercado de trabalho para a mulher rural, a maior participação social e a migração feminina. Interessante coincidência, pois esses mesmos três componentes foram também apontados por Michele Perrot (1995 *apud*, Nunes, 2000), no decorrer do século XIX, como fatores que proporcionaram mudanças na vida da mulher ocidental. Passado um século, vimos acontecer nos espaços rurais

um movimento que se iniciou no século XIX na Europa, e evidencia uma maior inserção da mulher no âmbito público por intermédio dos mesmos caminhos: inserção no mercado de trabalho, maior participação na sociedade e a migração feminina.

Esse quadro de mudanças parece afetar mais diretamente os jovens na medida em que muitas vezes experimentam uma situação de conflito diante da chegada dos valores urbanos atuais nos espaços rurais. Tal situação exige-lhes um processo de elaboração, tendo em vista a formulação de novos projetos para o futuro, que não o modelo tradicional de vida no campo (Brumer, 2004, Carneiro, 1999). Logo, a maioria das jovens deseja uma vida diferente de suas mães, ampliando suas possibilidades subjetivas e dando notícias que o território do feminino se apresenta sob outras formas.

Dessa forma, acompanhamos, ainda que de maneira sucinta, o processo de transformações no mundo rural e seus efeitos sobre a vida da mulher, com o objetivo de melhor localizarmos historicamente para então desenvolvermos nossa pesquisa de campo.

5 Pesquisa de campo: um olhar psicanalítico sobre a mulher rural

O fato de ter me transferido para o município de Nova Friburgo em 2001, despertou-me a curiosidade de estudar as mulheres que moravam “na roça” e como já vinha há alguns anos trabalhando a questão da feminilidade em psicanálise, levantei a seguinte indagação: como as mulheres rurais se posicionavam subjetivamente em referência à feminilidade? Com o objetivo de responder a esta questão, desenvolvi uma pesquisa de campo sobre a experiência da feminilidade em uma comunidade rural, buscando, então, verificar de que maneira a psicanálise pode contribuir na compreensão dessa experiência.

Sabemos que o rural vem se modificando e, de acordo com vários pesquisadores (Brumer, 2004; Carneiro, 1995; Schaaf, 2003), esse processo é mais acelerado do que os expectadores do meio urbano podem constatar. Os diversos espaços rurais tornam-se cada vez mais heterogêneos e não exclusivamente agrícolas, promovendo uma série de mudanças para aqueles que vivem da agricultura. Dentro dessa perspectiva, pesquisamos, então, as repercussões subjetivas dessas mudanças nas mulheres do contexto rural.

O primeiro contato com o meio rural foi em Riograndina, distrito do município de Nova Friburgo e se deu pela realização de um trabalho voluntário em 2002 como psicóloga do posto de saúde, onde eram realizados encontros em grupo com mulheres da comunidade. Esse trabalho durou aproximadamente seis meses. Ao longo desse período, uma das agentes comunitárias, responsável pela área de Janela das Andorinhas (30 minutos de Riograndina), informou-me que as mulheres daquela comunidade também tinham interesse em participar dos encontros, mas não tinham como se deslocar até o posto. Assim, dispusemo-nos a ir até lá.

Recordo-me que fomos em uma Kombi da prefeitura. O motorista entrou por uma estrada de terra “sem fim”, cheia de árvores e plantações com pouquíssimas casas. Depois de um período longo de estrada, vimos então uma placa de madeira escrita “Janela das Andorinhas”, e para lá nos dirigimos.

Durante 2002, realizamos vários encontros em grupo com as mulheres dessa comunidade. Nessa época, fui convidada a trabalhar na ONG *Ser Mulher* e a partir daí esse pequeno grupo de mulheres também se articulou ao *Ser Mulher*, participando de diferentes atividades como palestras, dinâmicas de grupo, contação de histórias, etc. Esse passo inicial foi fundamental para então, em 2006, realizar a pesquisa de campo propriamente dita na comunidade de Janela das Andorinhas.

Esta inserção no espaço rural me fez deparar com uma realidade absolutamente nova. Janela das Andorinhas era uma comunidade coberta de plantações com casas distantes umas das outras, onde havia somente uma mercearia, um campo de futebol, uma igreja com uma cozinha comunitária em anexo e uma pequena escola. Não havia nenhuma praça e nem posto de saúde no local.

As mulheres, em sua maioria, andavam de saia, cabelos compridos, com tranças ou coques. Mostraram-se receptivas à minha chegada, referindo-se à existência de poucas atividades para as mulheres no local em comparação aos homens que freqüentavam o campo de futebol, a sauna e o bar, lugares em que elas não eram bem-vindas; isto é, os homens não costumavam permitir mulheres nesses lugares, afirmando que o lugar delas era em casa. As que desobedeciam, eram marginalizadas. Em nossas rodas de conversas, afirmavam que a maioria das mulheres era muito desanimada, ou seja, saía pouco de casa e não realizava atividades em conjunto. No entanto, elas contavam que, antes da chegada da televisão, costumavam ir à casa dos vizinhos, e, enquanto conversavam, as crianças brincavam, diferentemente de hoje em dia, quando cada um fica na sua casa, assistindo aos programas de televisão.

O trabalho da pesquisa de campo foi realizado dentro do contexto dessa comunidade rural, com aspectos culturais e sociais específicos, associados às influências que chegam por meio de uma maior aproximação entre o urbano e o rural.

5.1. Metodologia e entrevista

Optamos por utilizar a metodologia de pesquisa qualitativa, pois consideramos a realização de entrevistas um método privilegiado de acesso ao sujeito e ao contexto que o constitui. Tal trabalho teve por referência uma metodologia qualitativa particular, denominada Método de Explicitação do Discurso Subjacente- MEDS⁹, cujo eixo central foi construído tendo por base o papel da linguagem no discurso. O MEDS é o resultado de diferentes procedimentos metodológicos construídos ao longo de duas décadas de pesquisa em psicologia clínica, sendo fruto de diferentes campos interdisciplinares (p.5). Assim, privilegia a idéia de realizar as entrevistas em contextos naturais e informais como uma maneira de facilitar o processo da entrevista na medida em que os entrevistados se sentem mais confortáveis para falar de sua experiência. Além disso, parte do pressuposto de que “o modo como pensamos, agimos e sentimos são socialmente construídos”(p.8), ou seja, de que estamos referidos a um determinado contexto social. A sua terceira referência vem da psicanálise por intermédio do uso da técnica da associação livre, em que o entrevistador procura não interferir no discurso do entrevistado e da atenção flutuante, em que se busca ouvir detalhadamente o entrevistado, exercitando a capacidade de não pré-determinar uma idéia. Dessa forma, o discurso do entrevistado passa a ser concebido como uma maneira de ter acesso a dados do inconsciente e ao desejo, como também aos conflitos do sujeito.

O MEDS também objetiva investigar as transformações e conflitos subjetivos resultantes de mudanças socioculturais geradas por fatores de ordem econômica, política e tecnológica, o que o aproxima do trabalho de pesquisa que desenvolvemos, pois nosso interesse está voltado para as mudanças hoje no contexto rural e os efeitos subjetivos delas decorrentes.

Mediante a proposta do MEDS, optamos por realizar entrevistas individuais, que duraram em torno de uma hora, sendo o local escolhido de acordo com a conveniência das entrevistadas, variando entre a própria casa e a área central onde ficavam a igreja e a cozinha comunitária. Buscamos realizar as

⁹ Material didático produzido por Ana Maria Nicolaci da Costa e apresentado no seminário “Análise de Discurso” na Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro no primeiro semestre de 2006.

entrevistas de maneira informal, próximo a conversas. Seguimos a orientação sugerida por Nicolaci-da-Costa (2006) de que o entrevistador necessita de “um roteiro estruturado que deverá ser aplicado de forma flexível para respeitar o fluxo de associações do entrevistado” (p.16); isto é, o entrevistador possui um número de tópicos a serem abordados; no entanto, a ordem das perguntas pode ser alterada de acordo com o decorrer da entrevista. O importante é que todos os tópicos sejam abordados para que – em um momento posterior – se realize a análise do material em conjunto.

O roteiro elaborado para a pesquisa abrangia os seguintes tópicos: experiência de ser mulher, concepção de feminino, inserção no espaço público e a relação com a maternidade. As entrevistas englobaram todos os tópicos e foram gravadas (com o consentimento das entrevistadas) e transcritas integralmente para a posterior análise. Partindo, então, dos tópicos e do desenvolvimento de nossa pesquisa teórica, construímos quatro categorias de análise. Além disso, há uma categoria que foi elaborada após a primeira leitura do material da pesquisa de campo, sendo fruto do trabalho empírico. Assim sendo, as categorias de análise são:

a) Maternidade

A maternidade é considerada uma categoria privilegiada para estudar os percursos subjetivos das mulheres, sob a ótica da psicanálise. Parece também ser um elemento significativo na travessia de se tornar mulher no campo, pois como vimos no capítulo anterior, a maternidade é vista “como um destino natural para as mulheres” (Esmeraldo, 2002). Buscamos, então, investigar seu significado para estas entrevistadas.

b) Relação com o estudo e o trabalho

Esta categoria reflete o que vem acontecendo nos espaços rurais diante das mudanças econômicas e sociais, que têm levado as mulheres do campo em direção à esfera pública, por meio do estudo e do trabalho. Dessa forma, nosso interesse

foi verificar como essas mudanças têm afetado a vida subjetiva das mulheres de Janela das Andorinhas por meio da relação com o estudo e o trabalho.

c) A experiência de ser mulher

Esta categoria diz respeito ao significado e à experiência de ser mulher para cada entrevistada. Assim, procuramos investigar como essas mulheres do meio rural vivem essa experiência nas suas relações familiares, comunitárias, etc.

d) A feminilidade

Com esta categoria buscamos verificar o que para as mulheres dessa comunidade significa ser feminina, que características atribuem à feminilidade.

e) Cisão entre o dito e a experiência

Esta categoria surgiu de uma primeira leitura do material da pesquisa de campo, sendo, portanto, uma categoria empírica que resultou da constatação de uma contradição entre o dito e o vivido que aponta, talvez, para existência de um conflito.

5.2. Entrevistadas

Realizamos 14 entrevistas com mulheres na faixa de 18 a 52 anos. Havia no total quatro entrevistadas solteiras, sendo três com idade em torno de 18 anos e uma única com 32 anos. As outras dez entrevistadas eram casadas. Nove se casaram e tiveram filhos ainda muito jovens. Apenas uma era casada e não tinha filhos. Além disso, constatamos que sete atuam majoritariamente no âmbito doméstico, ainda que em determinadas situações realizem ocupações complementares como o trabalho em casa para confecções, artesanato e vendas de produtos. Há ainda cinco entrevistadas que conseguiram um emprego fora do lar, três delas trabalham em creches/escolas e duas na área da saúde. Com relação ao estudo, há um total de cinco entrevistadas com o segundo grau completo e existe

ainda uma jovem que o está terminando. As outras entrevistadas tiveram muito pouco acesso ao estudo.

5.3. Análise das entrevistas

Apresentamos, de início, uma descrição comparativa entre a “roça antiga” e a “roça de hoje” presente no depoimento de uma entrevistada (C., 34 anos), que se refere justamente às transformações que vêm acontecendo no espaço rural e apontam para uma série de mudanças em que se combinam os valores tradicionais do campo com os valores urbanos.

“roça antiga”

O sonho era casar e ser mãe

Na minha época de jovem a roça era tudo igual

Ninguém tinha mais do que o outro.

Ninguém tinha muito.

Tudo era mais simples, se vestia mais simples.

Na minha época ainda existia folia de Reis.

Mas quando fui estudar lá [na cidade] senti uma diferença enorme

Isso porque o ensino aqui é um pouquinho mais devagar

Antigamente as mulheres estavam acostumadas a não pedir as coisas...

Assim, ser dependente. Às vezes, até de querer uma coisa, mas aí não pode, então deixa engolia muitas coisas. Ficava magoada de tanto que eu queria uma coisa, deixava passar

“roça de hoje”

Hoje eu vejo as meninas com 18,19 anos estudando, fazendo planos, trabalhando fora.

Hoje em dia já tem que ver,

que isso aqui não usa, que isso aqui é feio.

Todo mundo quer acompanhar a moda, quer ter uma aparência

Todo mundo mora, mas quer ter uma casinha melhor.

Todo mundo tem vontade de ter as coisas.

O pessoal trabalha pra dar tudo aquilo que nem poderia dar.

Os valores são outros.

Mudou tudo, só vai na cabeça as coisas modernas, coisas da televisão, é o funk.

Hoje em dia tem mais comunicação, não é tão aquela roça antiga. Já sabe mais as coisas.

Hoje em dia têm mais coragem de falar, brigar pelos direitos

Hoje em dia, as mulheres ficam revoltadas porque não

consegue isso, não consegue ter aquilo, porque tudo é muito caro.

Aquela vontade de ter uma coisa e, às vezes, não pode, uma reforma na casa.

Consideramos importante apresentar esse quadro inicial, na medida em que representa bem o cenário de mudanças que vêm ocorrendo nessa comunidade rural, e que têm acarretado repercussões subjetivas para as mulheres de Janela das Andorinhas. Assim, na “roça antiga”, acreditava-se que o destino feminino era casar cedo e ter filhos. A vida das mulheres estava centrada na esfera doméstica,

incluindo o trabalho na lavoura. Elas eram valorizadas pela postura subserviente cuja característica principal era a obediência, ou seja, ausência de direito à reclamação. A “roça antiga” era mais simples, não havia referência a objetos de marca, as pessoas se vestiam de forma similar e as casas também eram simples. Além disso, havia determinados costumes como a festa da Folia de Reis que se contrapõe à nova realidade trazida pela modernidade (“as coisas modernas”: televisão e o funk).

Ainda que, em grande parte, o cenário da roça antiga prevaleça, novos valores a ele vêm se somar por meio atualmente da importância dada ao estudo, a objetos de marca, envolvendo os preceitos da moda, e à televisão. Observamos então a penetração dos valores provenientes da sociedade de consumo na comunidade de Janelas das Andorinhas, o que acarreta efeitos subjetivos significativos. Assim, C.¹⁰ (34 anos) refere-se à sua experiência de ser mulher como complicada, apresentando um certo mal-estar na medida em que deseja “acompanhar o ritmo das mudanças”, e carrega o sentimento de “ter ficado pra trás”. Sua vida está centrada no âmbito doméstico, no entanto, lamenta não ter continuado os estudos e hoje ter uma profissão. É então dentro do contexto de mudanças explicitado por C. que partiremos para análise das entrevistas.

1) Maternidade

Ser mãe não é nada fácil, eu tenho que acertar 100%. (S., 26 anos)

Ainda que estejamos diante de diversas histórias singulares no que se refere ao significado e à relação com a maternidade, observamos nos diferentes relatos várias características comuns. Há, assim, uma proximidade maior na fala das mais velhas em relação à experiência da maternidade na medida em que se referem à facilidade e à satisfação vivida no processo de criação dos filhos. Esse tipo de narrativa situa-se na contramão do depoimento das mais novas, no qual notamos um certo desconforto com a maternidade devido à insegurança e ao aumento da carga de trabalho.

¹⁰ Entrevistada cujo depoimento serviu de material para a construção da descrição comparativa.

Quando eles é pequeno, você manda, eles fica no domínio da gente,..., criei meus filho com bastante facilidade. ... Eu levava pra roça, arrumava um balaio, botava na sombra, debaixo da árvore e ia trabalhar. Parece que a gente era feliz, mesmo com a dificuldade (de dinheiro), vivia feliz ainda. Era gostoso, era bom (L., 51 anos).

Eu era muito nova, eu tinha 16 anos, foi uma surpresa, mas eu acho que me dei bem e me saí bem como mãe. Eu soube criar meus filhos. (...) Hoje em dia, as pessoas têm que ter um adulto mais velho, dando umas instruções, senão, não vai pra frente. Hoje em dia, tem até um tipo de curso, não tem? Minhas netas foram criadas comigo também, tudo passou por minha mão (E., 52 anos).

Mas eu mesmo cuidava do neném, gostava do neném. Ela era miudinha, o pessoal ficava falando que ela não ia criar, ela era chorona. Mas eu falava: “Eu vou conseguir...” (T., 40 anos).

As entrevistadas mais velhas são mulheres fortes que sentem que tiveram sucesso na experiência da maternidade. Vários são os fragmentos que apontam a experiência de ser mãe como algo mais próximo delas, em que não é necessário recorrer ao conhecimento externo e de especialistas. Além disso, ser mãe lhes confere um lugar de poder, que lhes assegura um certo domínio sobre os filhos. Esse tipo de depoimento contrasta com o relato das mães mais novas as quais apresentam uma certa insegurança e uma postura ambivalente.

Ser mãe...ser mãe foi muito bom, mas é uma coisa que te priva de muita coisa. Primeiro você... às vezes você... tende a fazer em menos tempo, você vai levar um pouco mais, porque você tem que dar atenção aos filhos, ao colégio do filho, quando ele é pequenininho...Ser mãe é muito bom, é maravilhoso, mas com restrições, tem tanta coisa que a gente até esquece da gente, ...(R., 30 anos).

Na época, ser mãe foi muito legal. Eu tinha 18 anos...Eu fiquei com medo, era muita responsabilidade, mas eu queria fazer tudo, gostava de lavar roupinha e minha mãe brigava. Eu acho que não me arrependo não. Até hoje, é complicado... Ter filho é complicado porque aumenta muito a carga de trabalho. Eu acho difícil pôr rotina em criança (S., 26 anos).

Lá em casa, eu acho que nem sou muito mãe delas, eu sou mais irmã porque eu converso mais com elas, apesar de que a gente briga muito (E., 30 anos).

Ah, foi assim bem complicado. Às vezes eu comento com as meninas, é bem difícil. Quando a gente é nova, a gente não pensa muito no futuro. Hoje em dia, que eu paro pra pensar, eu vejo as meninas com 18, 19 anos estudando, fazendo planos, trabalhando fora... Eu não cheguei, com 18, eu já tava casada, já tinha um filho de seis meses. Então foi tudo muito rápido... Assim, a gente deixa de ser criança, adolescente, aí já passou a ser mulher-mãe. Foi tanto compromisso que parece que amadureci meio depressa assim (C., 34 anos).

Atentamos para a fala de R. que se refere à experiência da maternidade como sendo muito boa, mas logo se contradiz, afirmando ser uma função que priva muito; quer dizer, ao opinar, aparecem mais as limitações em relação ao ser mãe do que a referência a uma experiência de satisfação. S. também diz gostar desta experiência, mas que é complicado porque aumenta a carga de trabalho e exige a responsabilidade de educar os filhos. Da mesma forma, C. afirma ser uma experiência complicada, pois implica em muitos compromissos, razão pela qual diz ter amadurecido depressa. Assim relata ter sido mãe muito nova e, ainda que sonhasse com o casamento e a maternidade, constata que não foi possível dar continuidade aos estudos e ter uma profissão como imaginara, apresentando um sentimento de inveja em relação às meninas que hoje estão estudando e fazendo outros tipos de plano que não incluem a maternidade. Apesar de as entrevistadas mais novas referirem-se à satisfação em ser mãe, ao descreverem essa experiência relatam mais o desconforto, não explorando seu lado positivo.

Observamos também a presença nas diversas narrativas das mães mais novas da interferência do discurso parental nas suas escolhas pelo casamento e pela maternidade, apontada nos diferentes relatos, como demonstra a fala de R. que ficou grávida solteira e cuja mãe cobrava dela uma família. Supostamente repetindo a fala de sua mãe, R. diz:

Assim, uma família, porque ...como é que é agora vai ter um marido. Todo mundo que se aproximar de você vai querer só te usar, transar com você e te largar de lado. Te botar outro filho na barriga e te deixar por aí...(R., 30 anos)

E de fato seguiu a orientação materna, como demonstra a seguinte fala:

Até porque, pra sair da casa da minha mãe, pelo menos pra parar com isso, fui morar com o pai da minha filha. E! pai da minha filha não, porque ele não é pai da minha filha (R, 30 anos).

Do mesmo modo, S. conta que tinha se aproximado de um rapaz e o pai obrigou-a a casar:

Ele acabava proibindo muita coisa. Se meu casamento não tivesse dado certo, a culpa seria dele, porque como você vai falar com uma pessoa de 17 anos, que está paquerando, pra ela casar...Não, eu pensava em morar sozinha pra poder estudar. Ele não achava legal estudar, ..., que mulher era pra casar e ter filhos (S., 26 anos).

De maneira semelhante, E. refere-se ao receio de contar para o seu pai que estava grávida e aborda a experiência do seu primeiro casamento:

Porque eu fiquei grávida muito nova, 16 anos. Pra mim foi um choque, eu tava acostumada com criança, mas aí você fica assim, será que meu pai vai brigar? Será que não? Mas depois que o papai descobriu e tava tudo bem... (E., 30 anos).

Me sentia como se eu tivesse dentro de uma cadeia, porque eu não podia sair para lado nenhum, Não podia sair porque ele tinha muito ciúme de mim. Eu não podia sair, ele tinha ciúme do meu pai. Eu não podia conversar com ninguém, não podia ter uma amizade, nada. Era só mesmo viver em função dele e das meninas... (E., 30 anos).

Dizia brigar muito com o marido e queria se separar, mas a mãe pedia para perdoar e continuar com o casamento, até que um dia foi a própria mãe quem brigou com o genro:

Aí minha mãe falou para ele: “Agora quem não quer mais você aqui sou eu. Pode arrumar sua roupa e ir embora... Aí eu tive que trabalhar e minha mãe ficou cuidando das minhas filhas...”.(E., 30 anos)

Da mesma forma que R. aproximou-se de um rapaz conhecido da família com o qual diz “ter feito um arranjo” (maneira como se refere ao casamento com ele), seguindo assim a orientação de sua mãe pelo casamento, S. também segue a orientação do pai pelo casamento e pela maternidade; ou seja, mesmo que já tivesse em mente a idéia de dar continuidade aos estudos, acabou privilegiando o casamento e a maternidade, categorias que, na fala paterna, dizem respeito ao próprio destino da mulher (“foram feitas para casar e ter filhos”).

Destacamos também a participação dos pais nas escolhas de E. no que se refere à questão do casamento e da maternidade, como também da separação. No seu primeiro casamento, teve três filhas, no entanto garante que não foi uma experiência boa, seu marido não a deixava sair de casa, vivendo totalmente em função dele e dos filhos. Interessante observar que E. só conseguiu romper com esta situação e separar-se após consentimento de sua mãe. Saiu então em busca de um emprego para poder criar suas filhas. Nesse período, sua mãe passou a cuidar dos netos, como faz até hoje. Daí, seu comentário de que se sente mais como uma irmã do que como uma mãe.

É significativo notar que em nenhum momento na narrativa das entrevistadas mais velhas aparece qualquer referência à fala dos pais. Elas

assumem o lugar da maternidade prontamente, colocando-se em uma postura de poder e saber em relação ao cuidado e à educação das crianças. Não há dúvida ou contradição nas suas escolhas, como também não há nenhuma referência ao estudo, diferentemente da postura das mais novas que relatam a maternidade como uma experiência boa, mas complicada, referindo-se muito mais às limitações e ao trabalho do que à satisfação de ser mãe.

Todas as entrevistadas tornaram-se mães muito jovens (entre 16 e 18 anos), no entanto, somente na narrativa das mais novas que surge a referência ao estudo. A opção, contudo, que prevaleceu para elas foi o casamento e a maternidade, em consonância com o discurso parental, ou ainda, arriscamo-nos a afirmar, em consonância com o discurso social que prevalecia em Janela das Andorinhas. Salientamos, então, a importância do discurso dos pais e do discurso social no processo da menina rumo ao tornar-se mulher, que, nessa comunidade rural se fazia representar pela seguinte travessia: “a gente deixa de ser menina, adolescente, aí passou a ser mulher-mãe” (C., 34 anos, mãe aos 17 anos). Esse cenário, entretanto, vem se modificando nos dias de hoje, pois as entrevistadas de 18 não são casadas ou têm filhos. O projeto maior dessas jovens é estudar e trabalhar, como veremos na análise da próxima categoria.

Assim, de um lugar semelhante ao modelo freudiano em que a experiência da maternidade ocupava um lugar central na vida subjetiva da mulher enquanto um desfecho do desenvolvimento da sexualidade da menina, observamos também nessa comunidade rural a presença desse tipo de produção discursiva em que a maternidade refere-se a um lugar central na vida psíquica das mulheres. No entanto, atualmente começam a surgir outros caminhos para o desenvolvimento da sexualidade feminina em que se lança mão de uma gama maior de recursos simbólicos por onde se ampliam as saídas subjetivas para as mulheres de Janela das Andorinhas.

Analisamos a narrativa das entrevistadas mais velhas que ressaltam a experiência de prazer com a maternidade, afirmando ser este um lugar de poder, que lhes confere um certo status social; diferentemente do cenário atual em que as entrevistadas mais novas vivem a experiência de ser mãe de forma mais conflituosa. A maternidade representa uma categoria significativa, mas junto a isso, elas estão em contato com outras formulações discursivas, próximas dos valores urbanos, que introduzem novas direções para o desejo feminino.

2) Relação com estudo e com trabalho

eu queria fazer curso de enfermagem, pra vê se depois eu consigo arruma um serviço, pra mim consegui pagar minha faculdade de enfermagem.(T., 18 anos).

As mulheres rurais em Janela das Andorinhas – assim como nas diferentes regiões brasileiras – sempre trabalharam, no entanto, esta ocupação era tida como uma ajuda inserida em um determinado tipo de organização familiar que vigorou desde os tempos coloniais até os dias de hoje.

As mulher fazia junto com os homem. Tudo que os homens fazia na roça...Eu mesmo fazia junto com eles. A gente cavava a terra, roçava, plantava, molhava,...(J., 52 anos)

Grávida, eu tinha que trabalhar colhendo tomate, com aqueles tomates na barriga..., eu trabalhei muito na roça, colhendo tomate, mexendo com veneno. A gente trabalhava muito, mas parece que a gente vivia mais contente que hoje. (L., 52 anos)

Era em casa e na roça, em casa e na roça, sempre trabalhando assim. Qualquer serviço que meu marido ia fazer, eu sempre trabalhava com ele. Fizemos uma carrocinha pra levar as crianças pra roça,...Eu sempre gostei de trabalhar na roça...(E., 52 anos)

As entrevistadas colocam que trabalhavam na roça junto com os maridos e gostavam do que faziam, ainda que algumas se queixassem da quantidade de afazeres. A relação das mulheres de Janela das Andorinhas com a lavoura era prazerosa, mesmo que seu trabalho significasse uma ajuda para a organização familiar.

Diante do cenário de mudanças econômicas e sociais nos espaços rurais, porém, esse tipo de organização vem se modificando, como também a relação da mulher rural com o estudo e o trabalho. Constatamos a luta feminina pelo reconhecimento de sua condição de trabalhadora e de sua atuação na esfera pública. Assim sendo, atualmente, as moças em Janela das Andorinhas investem mais no estudo com objetivo de obter um emprego, não se atendo exclusivamente à referência da vida no campo como as mais velhas. Elas realizam outras ocupações e se posicionam de outra forma em relação à esfera do trabalho. Como fruto dessas mudanças, gostaríamos de apresentar a concepção das entrevistadas mais novas sobre o comportamento das mulheres mais velhas e a diferença em relação a elas hoje.

Eu acho que, antigamente, as mulheres trabalhavam muito, principalmente na roça, porque elas tinham que trabalhar o dia inteiro na roça. Quando chegava em casa, tinha que cuidar dos filhos porque o marido achava que pagava a conta e tava resolvido o problema. Minha mãe era assim. Hoje em dia não. Eu acho que eu trabalho tanto quanto meu marido. Ele dá importância pra mim na agricultura. Ele valoriza o meu serviço.

A minha mãe era aquela coisa: o marido manda e a mulher obedece... Quem decidia plantar era sempre o homem, quem tinha o poder sobre o carro era o homem, ... A mulher não tinha valor, a não ser para ser mãe. Era tipo um regime, mesmo, militar. Eu acho que isso foi mudando, pelo menos comigo não funciona assim. (S., 26 anos)

Geralmente era colocado na cabeça da menina [mulheres tinham que ser para cuidar do marido e dos filhos], de pequena era assim e pronto acabou. Tanto que os pais não achavam interessante as filhas estudar. “Estuda pra quê? Se lavar roupa e cuidar de marido não precisavam estudar....Estudar pra quê? Pra escrever carta pra namorar! Não precisa escrever nada não. Era assim, agora não, agora tem que estudar. (R., 32 anos)

Agora acontece, as da minha geração vai (no campo de futebol). Mas as da minha mãe, não podia ir porque era feio. A mulher tinha que mostrar que era do lar, que era boazinha, que era voltada pra família, que só tinha olhos pro marido, pros filhos. Ela vivia, praticamente, em função dos outros. (J., 25 anos).

Na concepção das entrevistadas mais novas, as mulheres só tinham valor na condição de mães. Esse era o discurso social embutido “na cabeça das meninas”. Nele o estudo não tinha utilidade, uma vez que a referência central da mulher estava voltada para o âmbito doméstico. Assim, as mulheres deveriam ter um comportamento subserviente e sua vida deveria girar em torno de sua dedicação à família. A mulher, portanto, antigamente em Janela das Andorinhas, vivia em função do marido e dos filhos. Essa é a representação que as entrevistadas mais novas relatam de suas mães, ressaltando, dessa maneira, a postura de dependência do homem; diferente da postura delas que desejam ser mais independentes, ter o seu dinheiro, um emprego e estabelecer uma outra relação com o trabalho na lavoura:

Depois, quando eu casei, eu fui trabalhar na lavoura mesmo. Meu esposo não queria, mas eu achava importante. Ele não queria que eu ajudasse ele, mas eu gosto de ter o meu dinheiro. A gente é meio sócio. Eu acho que tem que ser...Eu acho que a mulher tem que ser independente. Eu participo desde a planilha: o que vai plantar, qual área que vai usar, a gente sempre senta e conversa junto. Como a planilha de casa, a gente sempre faz junto. O cheque é conjunto, nossa conta é conjunta. (S., 26 anos)

Elas trabalham na lavoura...mas o dinheiro é dividido, não trabalham pro marido, elas trabalham pra elas...(C., 32 anos)

Eu arrumei serviço num Colégio lá na Chácara do Paraíso. Aí, eu estudava de manhã, saía do colégio correndo e ia pra esse trabalho. (J., 26 anos)

Eu achava muito chato ficar aqui, dependendo dos meus pais pra tudo. Eles tinha dificuldade. Eu achei que melhor tentar a vida de outro jeito, trabalhar. Mas pra trabalhar, a mamãe só deixava ir se eu estudasse. Aí, eu tinha que estudar à noite e não dava pra vir pra cá. (Ja., 25 anos)

Mas eu acho bem legal porque assim porque em vez de você ficar sabendo só as coisas que você estuda, você fica sabendo as coisas que acontece no mundo todo, que os professores falam, todo mundo conversa um com o outro. (T., 18 anos)

Diferentemente do que acontecia com a geração anterior para a qual o trabalho estava inserido no contexto familiar, há o predomínio de uma outra relação com o trabalho (assalariado e individualizado), o que tem contribuído para um novo posicionamento subjetivo das entrevistadas mais novas; quer dizer, possuem uma postura mais individualizada, por onde buscam dar vazão a diferentes desejos, dos quais destacamos o de terem maior autonomia, participação e reconhecimento. Isso se dá de acordo com a experiência de cada uma, ou seja, uma entrevistada participa como parceira junto ao marido de todo o processo da lavoura, outras saem em busca de emprego para não ficarem dependendo dos pais (ou marido), ou ainda, desejam dar continuidade aos estudos e fazer uma faculdade fora da comunidade. Nesse sentido, constatamos que as mudanças econômicas (agricultura em crise) e sociais (penetração dos valores modernos) na comunidade de Janela das Andorinhas propiciaram mudanças subjetivas nas mulheres na medida em que elas investem mais em si e buscam uma forma de vida mais independente, que não a exclusiva dedicação à organização familiar rural, onde tinham uma posição de total dependência do marido.

Assim, tem se dado a inserção das mulheres dessa comunidade na esfera pública, antes ocupada predominantemente pelos homens. Com efeito, as mulheres do campo costumavam ficar “entre a casa e a roça”, sem sair da posição de quem vive em função da família e que obtêm poder na esfera doméstica. Entretanto, novas possibilidades têm se anunciado no novo horizonte.

Traçando diferentes destinos dos de suas mães, as entrevistadas mais novas referem-se às mudanças em seus trajetos e opções por razões distintas.

Referem-se ao exemplo da figura paterna, aos sentimentos de raiva e revolta devido à educação rigorosa que receberam dos pais e ao próprio desejo de independência e autonomia como elementos fundamentais que contribuíram em suas diferentes escolhas:

Eu me espelhei em meu pai e o Ocimar. Ele também saiu daqui novo, foi pra Viçosa... Ele sempre falava que foi a melhor coisa que aconteceu na vida dele quando ele saiu pra andar com as próprias pernas. Eu achei isso legal pra caramba. Se eu fosse ficar pensando: “Ah, coitadinha da minha mãe! Como é que eu vou deixar ela! Como é que eu vou me virar sem minha mãe pra fazer comida pra mim?”, eu acho que eu tava nessa vida até hoje. E meu pai também. Ele nunca teve oportunidade, quando era mais novo de estudar... Depois que a minha irmã nasceu, que meu pai foi fazer uns cursos, que conseguiu estudar um pouquinho. Foi depois de velho. Isso, pra mim, foi um exemplo. (Ja., 25 anos)

Em casa, eu sempre ajudei, molhava, capinava, alguma coisa...Eu fui crescendo e meu pai trabalhava com flor na época. Então era serviço mesmo pra mulher fazer: montar os arranjos...A gente ia vender. Eu achava um barato vender, ia pra praia, ficar uma semana. Depois, quando eu casei fui trabalhar na lavoura,... eu gosto de trabalhar na lavoura, com orgânico então é um sonho. (S., 26 anos)

Eu ficava assim, porque eu não saía, não ia pra lugar nenhum, aquilo ia me dando uma revolta, uma agonia. Eu falava, brigava que ia trabalhar...Eu evoluí, porque eu terminei de estudar. Eu sempre quis estudar, porque eu quero ter o meu dinheiro e vou poder sair. Aí comecei a trabalhar lá no Vale dos Pinheiros em uma creche. (S., 18 anos)

Eu pensava em terminar meu estudo, em arrumar um serviço...porque sempre morei aqui, eu era muito presa, quase não saía muito. Nisso tudo eu pensava. (J., 26 anos)

Ja. afirma ter se “espelhado” na figura de dois homens que a estimularam a caminhar com suas próprias pernas e sair em busca do seu desejo. Nesse sentido, chama-nos atenção a referência ao pai, em quem pode se identificar, autorizando-a a *sair* da comunidade aos 16 anos para trabalhar e não ficar na posição de quem “depende dos pais”. Da mesma forma, S. conta que na adolescência ajudava seu pai no trabalho na lavoura (principalmente com flores), dando continuidade a essa herança paterna e encontrando o seu próprio caminho dentro da agricultura (trabalha com orgânico). Destacamos o processo de identificação ligado à figura paterna, favorecendo essas entrevistadas a ocupar o lugar de sujeito e traçar percursos singulares para sua existência.

Há ainda outras entrevistadas que se referem à dificuldade encontrada por elas diante da educação rigorosa (“mais presa”) que receberam dos pais, sendo esse o motivo para sair em busca de um emprego, ganhar seu dinheiro e alcançar

maior autonomia e independência. Assim, passaram a ter maior liberdade, podendo sair de casa e não ficar restritas ao âmbito doméstico.

De fato, as moças em Janela das Andorinhas têm outras ocupações como o trabalho com confecção (corte e costura), venda, artesanato e outros empregos fora do meio rural. No entanto, continuam exercendo suas atividades no âmbito doméstico, e, nesse sentido, acumulam os afazeres domésticos com a nova inserção no espaço público.

Eu fazia lacinho para uma loja. Era bom porque eu cuidava do meu serviço em casa e tinha esse servicinho que dava que dava pra mim ganhar um dinheirinho. Eu trabalhei durante sete anos pra essa loja. (Jo. 32 anos)

Na horta, em casa, na confecção,...Eu também fazia pizza pra fora, fazia aqui e saía vendendo...Tem que fazer um pouquinho de cada coisas... (E., 30 anos)

Hoje em dia as meninas são mais pra estudar, arrumam serviço na cidade. (G., 23 anos)

Este é o novo cenário em que se esboçam novas experiências subjetivas que vêm se somar às experiências antigas para as mulheres de Janela das Andorinhas, isto é, ainda que algumas entrevistadas estejam referidas ao âmbito doméstico, junto a isso, exercem outras atividades por meio das quais ganham o seu dinheiro.

Fica bem clara nas diferentes narrativas das entrevistadas mais novas a representação que possuem das mulheres mais velhas, e que fazem questão de se contrapor e se diferenciar. Assim, parece haver um processo de desidentificação em relação à geração mais velha, apontando provavelmente para dificuldade de identificação das entrevistadas mais novas com suas mães e apresentando como saída um processo de identificação com o universo masculino e com material simbólico próximo dos valores modernos. Dessa forma, o que as entrevistadas hoje almejam em Janela das Andorinhas faz parte dos valores atuais de nossa sociedade, representados pelo desejo de ter maior liberdade, autonomia e independência.

Com efeito, constatamos uma mudança de posição subjetiva, na medida que antes o trabalho feminino estava inserido no contexto familiar, diferente de hoje que se tornou mais individualizado, no sentido de que as entrevistadas trabalham para elas mesmas, ou seja, o trabalho se tornou uma referência para elas, diante da qual desejam se colocar como parceiras do marido (dividindo as

responsabilidades e o dinheiro nos assuntos da lavoura), ou ainda, almejam obter um emprego e investir nos estudos. O que aponta para uma ampliação do campo de investimento libidinal das entrevistadas mais novas com a formulação de novos desejos, introduzindo assim diferentes caminhos subjetivos às mulheres mais novas em Janela das Andorinhas do que o caminho tradicional do campo de se tornarem mães.

3) Experiência de ser mulher

...Eu tenho que me desdobrar (E., 30 anos).

A exposição das entrevistadas indica uma produção discursiva heterogênea em relação à experiência de ser mulher, o que nos remete à singularidade do percurso e da construção de cada sujeito no que envolve o processo de se tornar uma mulher. Ainda assim, conseguimos encontrar traços em comum ao longo das entrevistas. É então instigante pensar a coincidência da fala de quatro entrevistadas (com idades diversas) que afirmaram de diferentes maneiras que ser homem deve ser melhor do que ser mulher.

Eu, se fosse pra mim escolher, eu jamais escolheria ser mulher. Eu queria ser um homem, porque eu acho que o homem trabalha menos que a mulher. Se o homem tá na lavoura, ele acabou o serviço dele na lavoura, ele toma um banho e vai descansar. A mulher não, ela trabalha em casa. Ela trabalha pra fora, e chega em casa à noite tem que trabalhar o dobro... É muito difícil ser mulher. (E., 30 anos)

Na outra encarnação, eu juro que não vou vim mulher mais, vou vim homem, com “piru” no meio das perna (L., 51 anos).

Antigamente as mulheres era assim só serviço de casa mesmo, e cuida da casa e dos filhos, hoje não, hoje já tem, pode fazer qualquer serviço, trabalha numa empresa, trabalha fora de casa hoje é mais fácil...,mas pra gente que mora aqui acho que ser homem seria melhor..., porque é mais fácil pro homem sair daqui pra trabalhar,...(G., 21 anos)

Vou explicar. Eu sinto que é bom ser mulher, mas também tem hora que é muito puxado. Eu sou feliz que eu sou mulher, mas se eu fosse um homem, eu acho que eu ia ser muito mais feliz assim, que ia ter possibilidade de sair mais. Eu, com a minha idade, eu poderia sair, não precisava ficar obedecendo pai e mãe. (T., 18 anos)

...acho mulhé tem uma vida sofrida, desde menina já sofre. Porque tadinha, já nasce aí a mãe fica falando, não é que filho homem não tem que ter cuidado, mas aí a filha mulhé tem que se preocupá, ... Acho que é legal ser mulhé, mas tem

umas partes que é esquisita assim, porque mulhé tem que se preocupá com tudo...se preocupa se você tivé filho, tem que se preocupá com filho, se preocupa com casa, e acho que homem não se preocupa muito assim com isso, assim não...Ah, porque o homem assim, até pra andá o homem assim é menos visto, mulhé é tudo vista, se mulhé fizé uma coisa, nossa você viu o que aquela mulhé fez. (T., 18 anos)

As entrevistadas referem-se à preferência em ser homem, porém por razões distintas como o fato de o homem trabalhar menos, ter menos preocupação e tarefas, ou ainda por ter maior liberdade e ser menos controlado. Parece também que a liberdade e autonomia estão estreitamente ligadas ao movimento de sair: sair para trabalhar, estudar, passear, ou ainda, sair do controle dos pais. Sair é permitido aos homens, sendo consideradas “as mais saidinhas” (G., 21 anos), aquelas que rompem com o discurso social vigente e freqüentam, por exemplo, o campo de futebol, o bar ou a sauna, lugares tidos como masculinos. Nesse sentido, *sair* – para a mulher dessa comunidade rural – possui implicações subjetivas importantes, não se constitui uma tarefa fácil, e talvez possa explicar o desejo de ser homem, aquele que pode sair, tem liberdade para ir e vir.

É extremamente curioso constatar que sempre em comparação com a experiência do homem que surge a concepção de ser mulher nas diversas narrativas. É nesse sentido que T. cita então inúmeras desvantagens, como “ser mais presa”, “ser mais vista”, “ter a vida mais sofrida” e “causar maior preocupação”, anunciando dessa maneira uma certa representação de mulher que se contrapõe à representação do homem em que se destacam elementos como “despreocupação”, “moleza”, “diversão”, e, principalmente, a aquisição de liberdade e de autonomia. Essas duas últimas vantagens usufruídas pelos homens coincidem com os pressupostos modernos individualistas de nossa sociedade atual e também estão em consonância com o que as entrevistadas almejam, relatadas nas diversas narrativas. Entendemos a preferência feminina em ser homem, ligada ao desejo de ter maior liberdade e autonomia. E nesse sentido essa preferência não se traduz por uma demanda fálica de quem está em busca de poder. As entrevistadas não parecem interessadas em adquirir um lugar de poder, da mesma forma que o homem não é visto por elas como aquele que detém o poder, mas como aquele que tem direito à liberdade e ao descanso, diferentemente delas, logo o que invejam nos homens não parece ser o poder fálico.

A mulher não tem descanso pra nada. Ser mulher é muito cansativo. Você está diariamente preocupada com alguma coisa, se você tá fazendo uma coisa, você tá preocupada com o café pronto...O homem não tem toda essa preocupação...A mulher não, ela tem que se preocupa se vai deixar o almoço pronto, o café,...(L., 51 anos)

Ser mulher é muito chato. É muita responsabilidade. O homem é aquele trabalho e pronto, chega em casa, vai descansar. A mulher não é assim. É isso que eu acho que é desigual ainda. (Ja., 25 anos)

Eu acho que a mulher tem muita responsabilidade. Talvez tem mais que o homem, eu não sou homem pra saber. Mas pelas coisas que a gente vê, porque a gente tem compromisso o tempo todo. O homem, sei lá, tem aquele tempo de lazer. Eu tiro pelos meus irmãos. “Ah, hoje eu não vou fazer isso, hoje eu vou andar um pouco, vou em tal lugar.” E a gente não, a gente tem aquele compromisso direto. (Jo., 32 anos)

Todos os dias. Nessa parte, eu acho que mulher é muito sobrecarregada, porque eles chegam cansados, eles não têm aquele compromisso. (J., 26 anos)

Ser mulher é complicado. A gente que foi criado em outra geração fica querendo acompanhar o ritmo...aí a gente pensa: “Meu Deus por que é que eu fiquei pra trás?” (C., 34 anos)

Com efeito, as diversas falas apontam para a experiência de ser mulher como algo cansativo, uma preocupação constante devido aos compromissos incessantes e que não deixam de trazer efeitos subjetivos como o excesso de responsabilidade e o sofrimento femininos. No entanto, verifica também uma certa dificuldade das entrevistadas em dizer *não* aos compromissos do dia-a-dia, o que muitas vezes as expõem a uma situação de sobrecarga, mas certamente traz também um controle maior sobre a esfera doméstica.

Encontramos ainda outros relatos que vislumbram um outro olhar sobre a mulher:

Eu acho que mulher é uma coisa muito forte porque todas as mulher que a gente conversa tem muita força para fazer as coisas. Tudo elas pegam, vão fazer, têm vontade de fazer. Algumas não tem, mas muitas tem. Fala: “Eu vou pegar, eu vou fazer, eu não abaixar a cabeça. “Eu acho que ser mulher tem que ser assim”, não pode falar: “Ah, vou desanimar, vou parar”. Não. (E., 52 anos)

Pra mim, ser mulher hoje é bem melhor do que na época em que eu era mocinha. Hoje, eu trabalho, eu faço o que eu quero, eu tenho a minha casa, eu tenho as minhas filhas, eu saio a hora que eu puder sair. (T., 40 anos)

Eu sou assim, quando eu quero uma coisa, eu vou buscar. Então, eu não sei ser uma mulher doninha de casa, que acorda e fica pensando no marido e nos filhos. (S., 26 anos)

Desta forma, chama nossa atenção uma concepção sobre ser mulher mais positiva, em que se destacam elementos como a força, o querer e a persistência que norteiam a experiência dessas entrevistadas, uma mulher que sai em busca do seu desejo, desdobrando-se para alcançá-lo.

Eu tenho que fazer tudo. Eu tenho que me desdobrar. (E., 30 anos)

O processo de se desdobrar diz respeito às múltiplas atividades do cotidiano da mulher, como também à sua atitude frente à vida, no sentido de que se desdobrar significa produzir, inventar formas de sobreviver e viver. Assim, enfatizamos a maneira como algumas de nossas entrevistadas buscam maneiras de criar, *desdobrando-se* em busca de alcançar o que desejam. É interessante citar ainda a maneira como E. refere-se à sua filha: “ela é muito arrogante, eu quero dobrar ela”, chamando atenção para o alcance de uma postura mais flexível, diferente de uma postura arrogante/fálica de quem não se permite desdobrar.

Eu acho que é inexplicável. (S., 26 anos)

Realmente, não se trata de um conhecimento a ser explicado, mas refere-se a uma experiência singular, vivida de forma peculiar por cada mulher. Assim, destacamos a travessia de uma menina na direção de se tornar uma mulher, por onde se constituem marcas psíquicas na relação com o outro, conferindo a singularidade a esse processo. Daí surge a referência ao registro da experiência, contrapondo-se ao que é da ordem da explicação. Para tal, utilizamos a noção de experiência desenvolvida por Arán, a partir do pensamento de Benjamim e da psicanálise. Arán (2001) a concebe ligada ao conjunto de traços que fazem parte da história de cada sujeito, destacando o registro dos signos da percepção, que não fazem parte do plano da consciência. Esse material é constituinte da experiência de ser mulher de forma singular.

As narrativas heterogêneas sobre a representação de ser mulher, que emergiram das entrevistas sugerem duas representações distintas para o masculino e o feminino. Ser homem estaria ligado a uma postura de vida mais descontraída com menos preocupação e com menos atribuições, possuindo, além disso, maior liberdade e autonomia, em oposição à experiência de ser mulher que se apresenta

por meio de uma vida cheia de compromissos, afazeres, sem ter tempo para o descanso e para o lazer cuja repercussão subjetiva é vivenciada pelo excesso de responsabilidade e controle.

Há ainda na narrativa de algumas a expressão do sofrimento feminino diante do conjunto de transformações sociais, na medida em que se vêem confrontadas com os valores urbanos modernos que chegam ao campo, introduzindo um novo contexto social, distante da experiência delas no dia-a-dia. Algumas entrevistadas sugerem um certo mal estar presente em suas experiências, quer seja pelo choque cultural, quer seja pelo acúmulo de tarefas e pela falta de autonomia. No entanto, há outras que lutam por sua autonomia e independência; possuem uma vida mais individualizada, estudam, trabalham fora e ganham o seu dinheiro. Parecem estar mais voltadas para si, sugerindo a presença de um campo maior de investimento libidinal (inclusive no eu), mesmo que em determinadas situações emergja uma situação de conflito no confronto entre os valores tradicionais do campo e os valores modernos urbanos. Nesse sentido, as entrevistadas não parecem estar interessadas em disputar poder com a figura masculina, não é esse o objetivo delas e sim estabelecer novas direções para o desejo e ampliar suas saídas subjetivas. O *desdobrar-se* se dá na postura de quem se deixa multiplicar e não estar fixa em um determinado papel. Surgem, portanto, outras possibilidades identificatórias em que o modelo fálico não predomina. As mulheres desejam ter maior autonomia, independência e liberdade para circular nos diversos espaços, o que podemos entender como expressão de outras saídas identificatórias distante da identidade feminina tradicional rural.

Aqui recordamos a ênfase dada por Birman (1999), ao personagem Carmem, que ele associa à mulher contemporânea, em uma nova versão para a feminilidade, na qual a postura feminina se situa longe das disputas fálicas e dos desafios entre os sexos. A mulher na atualidade encontra-se com seu desejo, podendo expressá-lo de diferentes formas. Nesse sentido, o *desdobrar-se* implica em lidar com a criatividade e a multiplicidade.

4) Cisão entre o dito e o vivido

A partir de uma primeira leitura das entrevistas, observamos uma contradição entre o dito e o vivido. Parece que a situação de conflito que a cisão aponta é fruto do confronto entre os valores antigos ainda vigentes e os novos valores modernos urbanos que chegaram à Janela das Andorinhas. O conflito foi expresso de diferentes maneiras, de acordo com a história singular de cada entrevistada. Assim, R. trabalha durante o dia e à noite estuda, delegando o cuidado dos seus quatro filhos a outras mulheres para poder dar conta dos seus afazeres. No entanto, ao ser questionada sobre a experiência de ser mulher relata de forma idealizada e, de certa forma, onipotente, uma experiência circunscrita à maternidade.

De ser mulher? Muito boa, eu gosto de ser mulher. Ser mulher é ser tudo... É dá a vida, é cuida, criá,...Mas eu acho que ser mulher é muito bom, eu me sinto muito bem em ser mulher...Gosto! A vida dos filhos ... Você cuidá dos filhos, é... Dá a vida... de criá, gerá um filho, vê ela cresce...Porque acho que um homem, ele até participa, mas ele não é tão necessário assim...(R., 30 anos).

Tal fala chama nossa atenção, pois ressalta na sua experiência de ser mulher justamente aquilo que ela não faz, isto é, cuidar dos filhos; ainda assim, em seu discurso manifesto, ser mulher equivale a ser mãe. Desta maneira, apresenta uma representação de mulher idealizada que foge ao vivido do seu dia-a-dia.

Na mesma linha de tensão em que vislumbramos a penetração dos valores modernos, vindo a coabitar com os tradicionais do campo, encontramos o depoimento de T., que apesar de manifestar o desejo de morar na cidade, apaixonou-se por um rapaz da roça, que ajuda seu pai na lavoura.

Eu queria vê se eu conseguia mudar daqui...aqui não tem muitas possibilidade de fazê as coisas assim, não tem nada de serviço...eu vou vê se eu consigo arrumá um serviço e fazê curso de enfermagem..., aí fazê estágio e vê se eu consigo ser enfermeira. Trabalhar assim...(T., 18 anos).

É bem esquisito assim, porque eu sempre desde pequena pensei: “Ah mamãe, quando eu trabalhá, eu vou saí daqui” Mas a gente não escolhe de quem que a gente vai gostá. Aí, eu gostei dele assim. Ele ajuda o pai dele na lavoura que tem problema na vista ...(T., 18 anos).

Ao que parece, o seu projeto de trocar o campo pela cidade – que ao longo da entrevista aparece de forma insistente – torna-se difícil de conciliar com sua vida amorosa, pois o rapaz pelo qual se apaixonou possui poucas perspectivas de

deixar o campo. Nesse sentido, seu projeto de mudar para a cidade, estudar e trabalhar fica na contramão do seu relacionamento amoroso.

C., por sua vez, tem por referência uma forma de vida mais tradicional, no entanto, seu relato parece estar direcionado para o novo, ou seja, parece estar endereçada aos valores modernos, sem se dar conta do seu lugar subjetivo.

Engraçado é que eu sempre tinha o sonho de casar, de ser mãe, já pensava nisso. Mas eu gostava de estudar, eu pensava de te uma profissão, de casar e continuar estudando. Depois não foi nada assim (...) eu paro pra pensar, eu vejo as meninas com 18, 19 anos estudando, fazendo planos, trabalhando fora ...Eu não cheguei, com 18, já tava casada, já tinha um filho...(C., 34 anos)

Muitas vezes, também, não vale a pena você trabalhar e pagar alguém pra tomar conta de seu filho. É tanta correria, você não tem tempo de acompanhar. Às vezes, eu falo que os filhos não dão valor, que a gente tá em casa, tá ali... Se eu tivesse oportunidade (de estudar)...É porque fica um pouco difícil, a pessoa tem tantos compromissos, meus dois filhos estão estudando, tem tanta coisa. Eu tenho que ajudar eles assim, tem o comércio do meu marido também. Às vezes, minha cunhada fica doente e eu tenho que ficar no lugar dela.... (C., 34 anos)

Nesse sentido, refere-se ao desejo de ter dado continuidade aos estudos e hoje em dia ter uma profissão. No entanto, parece que C. não percebe que sua opção maior está voltada à dedicação do marido e dos filhos, lugar do qual não abre mão, como deixa escapar em um determinado momento da entrevista.

Dessa forma, sua narrativa situa-se referenciada aos valores modernos, no entanto, no que se refere à ordem do vivido, sua vida gira em função do marido e dos filhos. Nesse sentido, por mais que em seu discurso seu desejo apareça referido ao que é da ordem do novo, sua postura está voltada para a vida doméstica. Da mesma forma, queixa-se da realização de poucas atividades para as mulheres em Janela das Andorinhas, porém quando há algum evento ou reunião C. não costuma comparecer. Nesse mesmo contexto, encontramos a narrativa de várias outras entrevistadas que se queixam do dia-a-dia de compromissos e do excesso de responsabilidade, e, no entanto, possuem uma dificuldade enorme de *sair*, de renunciar a esse lugar.

É muito difícil e eu fico me cobrando isso. Quando eu tô em casa, eu penso em parar um pouco, relaxar, dar uma voltinha com a Caroline pra distrair... Quando eu vejo, o dia passa e eu não faço...Quando a gente tá meio revoltada, pensa: “Quando chegar no Sábado, vou sair, não vou esquentar com a casa.” Mas eu não consigo. Eu não consigo ver as coisas pra fazer...(J., 26 anos).

Não sei. Elas falam que gostam de se divertir, que é ruim ficar em casa, é ruim não ir em tal lugar. Eu digo pros outros porque eu quase não saio. Digo pelas meninas, pelas colegas que a gente tem...É porque a gente acaba acostumando. Outro dia, eu tava comentando: “É, a gente tem que sair um pouco.” Por exemplo, às vezes, a gente tem que fazer uma visita em alguém ou conversar, com as pessoas da idade da gente. Mas a gente fica se prendendo, tem uma coisa, tem outra pra fazer... E você vai acabando acostumando não sair (Jo., 32 anos).

É interessante a fala de J. que se cobra “parar um pouco”, “relaxar”, “passar”, porém isso não acontece na sua experiência do dia-a-dia; quer dizer, pensa em sair e não “esquentar com a casa”, mas sua ação é contrária, ou seja, não sai e se preocupa com a casa. O que sobressai ainda é a responsabilidade com casa e o próprio desconforto/mal-estar em deixar as coisas por fazer. Da mesma forma, Jo. comenta a necessidade de *sair* um pouco, percebendo até um certo ponto que fica se prendendo aos afazeres diários. Nesse sentido, constatamos que os compromissos são uma maneira de Jo. se esquivar diante da possibilidade de *sair* e se deparar com o novo, o diferente do cotidiano doméstico.

Enfim, o discurso manifesto das entrevistadas remete de alguma forma à questão do desejo de sair de casa ou do contexto exclusivo no âmbito doméstico. No entanto, observamos na experiência do dia-a-dia que ainda é difícil ceder aos compromissos e à responsabilidade que lhes foram atribuídas socialmente e que possui um lugar subjetivo altamente significativo na vida delas.

Assim, as diversas narrativas parecem denunciar o descompasso da experiência de vida cotidiana das entrevistadas que se contrapõe aos novos discursos que se chegam por intermédio dos meios de comunicação (principalmente a televisão), do estudo e das mudanças advindas da crise da agricultura nessa comunidade; daí as falas das entrevistadas sinalizarem para uma situação de conflito na medida em que estão tendo que lidar com uma multiplicidade de valores (tradicionais do campo e modernos urbanos), mostrando-se muitas vezes confusas, sem saber como se posicionar subjetivamente diante das mudanças socioculturais que acometem a comunidade de Janela das Andorinhas.

5) Feminilidade

As narrativas de muitas entrevistadas em relação a este tópico apontam para uma mescla, em que se entrecruzam discursos sobre a feminilidade e a

concepção de ser mulher, quer dizer, as entrevistadas ao se referirem sobre a feminilidade, também comentam sobre o lugar da mulher, como podemos ver no relato de G.:

É, feminismo, é muito sei lá. As mulheres têm o lado feminino e o lado masculino. Às vezes, as mulheres vão trabalhar, isso é serviço de homem, tem nada a ver, é só, não é o trabalho... Sei lá, acho que ainda existe o machismo, de que a mulher não pode fazer certas coisas...certos serviços. Sei lá, a mulher tem que ser pra trabalha em casa. Acho que a mulher tem que fazer qualquer coisa mesmo, mostrando o lado feminino dela, não tem nada a ver o trabalho que ela faz com o jeito de ela pensar e agir, dela ser (G., 18 anos).

G. refere-se à crença em um lado feminino, ligado à maneira de ser, pensar e agir de cada mulher, de onde surgiria a feminilidade, independente da questão do trabalho. O lado feminino não estaria relacionado ao que a mulher faz, mas com o jeito de ser. Aponta também a presença do machismo, com o discurso de que o lugar da mulher deve ser em casa. Encontramos ainda diferentes concepções sobre o que é ser feminina:

Ser feminina, de uma certa parte nem é tão bom...eu acho que a mulher tem que ser reservada (E., 52 anos).

Feminina, eu acho que tem que ser uma pessoa assim, eu acho que tem que ficar uma pessoa educada, não pode desrespeitar os outros. Tudo é cobrada... eu acho que mulher é sempre essa coisa assim, toda a mulher tem vontade de ser mãe, não sei de um tempo para frente se vai mudar (T., 18 anos).

Eu acho que essa coisa delicada de mulher. Ser mulher pra mim é se preocupar com as coisas da casa.... Eu vejo como feminino isso, alimentação, vaidade (S., 26 anos).

Quer dizer, as falas das entrevistadas nos reportam diretamente à concepção tradicional de feminilidade, cujas características de ser “reservada”, “educada”, “obediente” descreveriam esse universo; isto é descreveriam como a mulher deveria se portar para encontrar sua “verdadeira feminilidade”, discurso esse forjado no decorrer do século XVIII por filósofos, médicos e moralistas. As narrativas aparecem ainda mescladas à concepção da mulher como mãe e voltada aos cuidados da casa. Esse tipo de representação se funde ao antigo modelo de feminilidade da mulher ocidental moderna. É então dentro desse contexto que entendemos a fala de S. ao referir-se sobre o feminino próximo a uma “coisa

delicada”, ligado às tarefas do cuidar, o que é ressaltado por meio da preocupação com a alimentação e com a vaidade.

Acrescentamos o relato de outra entrevistada que apresenta o feminino sob outro enfoque:

Eu tinha um professor meu que dizia que mulher se veste para outra mulher. Às vezes, o homem olha e fala que a roupa tá bonitinha, mas se a outra diz que não tá combinando. Mulher é muito reparadeira. (S., 18 anos)

A entrevistada cita uma expressão presente no imaginário social, que nos remete a uma determinada representação das relações entre as mulheres. Pensamos, então, no processo de identificação entre as mulheres como uma forma de transmitir a experiência do feminino. Dessa maneira, entendemos o dizer “uma mulher se veste para a outra”, remetido a um olhar, a um traço, a um adereço que possa fazer alguma referência à feminilidade.

Com efeito, o processo de identificação nos seus primórdios acontece no período da infância, momento em que se estabelece o encontro da menina com sua mãe e se registram os primeiros traços dessa relação, que repercutirão posteriormente na relação com outras mulheres, por onde também vão se estabelecer novas possibilidades identificatórias. Esse é um caminho pelo qual podemos pensar a experiência do feminino a partir das relações que se estabelecem na infância e posteriormente na relação com outras mulheres, pois nelas está em jogo a noção de experiência por onde inscrevem diferentes traços psíquicos, que constituem o que é próprio de cada uma.

De um outro lugar subjetivo, surgem os dizeres de R., entrevistada que se referiu à experiência de ser mulher equivalente a ser mãe, no entanto, quando descreve a feminilidade, a sua narrativa aponta um outro caminho:

Ser feminina é se gostar. É gostar de você do jeito que você é... Se vestir do jeito que você gosta. Do jeito que você acha bom. Fazer o que você gosta pra você. Se você acha que é feminino, é feminino. Não importa o que o outro acha não. Eu acho assim...

Para R. a feminilidade significa o processo de voltar para si e gostar do seu jeito de ser, introduzindo ainda a possibilidade de criação de um estilo próprio para o feminino, de acordo com cada um. Assim, continua sua narrativa:

...que não é por causa de filho e nem de marido que elas teriam que ficar dentro de casa. Cuidando de filho e da vida, acho que a vida é muito mais que isso, é muito além... que isso só também não traz felicidade completa, que se a gente tem vontade de fazer outras coisas, a gente tem que correr atrás e fazer...Porque é sempre assim... o ser humano tá sempre em busca de algo diferente, algo novo, nunca tá completo, né... Não adianta dizer “eu tô feliz por completo!!! Mentira. Pois é. O momento tá bom? Tá. Mas você tá em busca de algo novo, é do ser humano. Não adianta, não adianta (R., 30 anos).

No desenrolar de sua fala, a entrevistada dá uma viravolta na medida em que deixa de referir-se à questão do feminino voltada para a mulher, relacionando-a com a própria condição do ser humano – “o humano nunca tá completo” – momento em que constata a incompletude e a insuficiência inerente à condição humana. Sua narrativa chega como uma surpresa, pois retrata a feminilidade tal qual enunciada por Birman (1999, 2000), ligada então à origem e ao próprio fundamento do ser humano em sua qualidade de imperfeição. Esta concepção aponta para a noção de incompletude do corpo, o que possibilita o relacionamento com o outro por meio de diferentes produções eróticas. Pois é justamente a incompletude corporal que possibilita a presença do erotismo. Esse registro caracteriza-se o próprio território da feminilidade. Nele o sujeito abre mão de uma postura fálica defensiva e lida com sua insuficiência que dá abertura para olhar para si e construir “uma estilística própria de existência” (Birman, 1997).

Por esse caminho, a entrevistada reconhece a impossibilidade de se alcançar a felicidade completa e comenta sobre a constante busca do sujeito em direção a algo novo. Nesse sentido, destacamos a relação com o outro como um veículo de ter acesso ao novo e ao diferente, por onde registramos distintas experiências.

Encontramos, assim, concepções e significados diversos sobre o feminino. Partindo do modelo tradicional de feminilidade, com a qual a maioria das entrevistadas se identifica, dando ênfase à educação, ao recato e à delicadeza como características que a expressariam, surgem também narrativas referidas às relações entre as mulheres, momento em que se destaca o olhar de uma em relação à outra por onde se estabelecem identificações e referências à experiência do feminino. E de maneira tímida – mas não menos surpreendente – surge uma voz que apresenta uma outra versão à feminilidade, em consonância à produção discursiva de alguns psicanalistas na atualidade, que vislumbram na sociedade

atual uma outra maneira de se relacionar com este conceito. A feminilidade não mais estaria circunscrita a determinadas qualidades e características e nem faria parte de um desfecho do desenvolvimento da sexualidade feminina, mas apresentaria a imperfeição e incompletude inerente à condição humana. É diante dessa condição que o sujeito pode se voltar para o outro, reconhecendo a alteridade com a qual pode se relacionar de diferentes maneiras.

6 Entre o tradicional e o moderno: uma nova experiência que se desdobra

O trabalho da pesquisa debruçou-se sobre a investigação da mulher rural, considerando, inclusive, a escassez de produções teóricas sobre esse tema. Daí sua relevância e a exigência de um trabalho reflexivo.

Vimos que o mundo rural vem sofrendo uma série de transformações sociais e econômicas que estão alterando substancialmente a organização tradicional familiar. As formas de vida no campo já não são mais as mesmas, o sistema holístico grupal foi atingido no seu ponto central – na vida feminina, pois antes seu trabalho estava inserido na organização familiar (homens e mulheres trabalhavam juntos na lavoura), e elas ainda eram responsáveis pela criação de filhos, também considerados mão-de-obra colaboradoras. Esse modelo não interessa mais à sociedade rural. Com a “modernização”, constituiu-se um mercado de trabalho feminino e a vida da mulher adquiriu uma certa individualidade até então não imaginada. Há uma nova experiência aberta no campo do trabalho que traz satisfação e prazer às trabalhadoras, ainda que a referência predominante na nova atuação seja, como apontada pelas sociólogas, a maternidade. Esta função ainda representa um lugar significativo na vida psíquica das mulheres camponesas.

Nesse cenário de mudanças, vários autores (Carneiro, 1999; Brumer, 2004) sinalizam a situação de crise experimentada pelos jovens rurais na atualidade que, confrontados com os valores urbanos atuais, formulam projetos de vida que não incluem a vida no campo, sobretudo as moças, justificadas pelas reduzidas perspectivas na agricultura e pelo desejo de traçarem caminhos diferentes dos de suas mães.

Assim, os três componentes destacados por Michele Perrot (*apud* Nunes, 2001), caracterizados como brechas que contribuiriam para maior inserção da mulher ocidental na esfera pública, estão presentes hoje no contexto rural brasileiro e também conduzem as mulheres do campo ao espaço público por meio da participação em movimentos religiosos agora voltados para a comunidade, do trabalho nas empresas agrícolas, junto à legalização de sua condição de trabalhadora rural e da migração feminina que é mais acentuada no caso das

moças que investem mais nos estudos, em busca de obter um emprego fora do meio rural.

Foi com o intuito de estudar os efeitos psíquicos dessas mudanças no espaço rural que fomos literalmente ao campo. A comunidade estudada – Janela das Andorinhas – apresenta muitos aspectos em comum com os demais espaços rurais, no entanto, possui características próprias culturais, sociais e econômicas. Dessa forma, vimos prevalecer em Janela das Andorinhas o modelo tradicional de organização familiar rural. O homem detinha o poder decisório na esfera pública e a mulher tinha uma situação de poder no âmbito doméstico e na educação dos filhos. Esse modelo ainda se mantém, embora pareça estar se modificando, uma vez que presenciamos uma série de transformações, principalmente por meio do início de uma outra relação da mulher com a esfera do trabalho.

As mulheres mais velhas relatavam que trabalhavam junto com os maridos na roça e seus filhos os acompanhavam. O estudo nessa época era contraindicado, o trabalho vinha em primeiro lugar. Esse discurso não cabe mais hoje em Janela das Andorinhas; agora o estudo vem em primeiro lugar e o trabalho na lavoura não é bem-vindo para as moças. Há uma mudança significativa e que possui efeitos subjetivos expressivos para aqueles que vivem nessa comunidade.

É nesse sentido que as entrevistadas mais novas relatam ter outros interesses que não a vida no campo, destacam, assim, o desejo de estudarem para obter um emprego ou ter uma profissão. Agrada-lhes a idéia de ter independência e liberdade. Não há dúvida de que a aproximação dos espaços urbanos e rurais, por meio da chegada da televisão e da saída durante o dia dos jovens para estudar, tiveram repercussões subjetivas, que se apresentam por meio da formulação de projetos de vida mais próximos dos valores urbanos atuais. O novo contexto lhes exige a realização de um trabalho psíquico para poder dar conta desse momento de transformação, na medida em que o cotidiano rural ainda é distante dos novos valores que se aproximam.

Assim, o prazer e a facilidade descritos pelas entrevistadas mais velhas com a maternidade contrapõem-se à ambivalência presente na narrativa das mais novas, que relatam ser essa uma experiência complicada, queixando-se do excesso de responsabilidade e das limitações. Todas as mães mais novas referem-se ao ressentimento por não terem estudado e hoje não terem uma profissão. Notamos, dessa forma, no relato das mais novas uma contradição, na medida em que

afirmam a maternidade como uma experiência boa, no entanto, aparece de forma negativa quando a descrevem.

Presenciamos um certo descompasso entre a experiência cotidiana das entrevistadas e os novos discursos, apontando para uma possível situação de conflito que se faz presente em diversos depoimentos: a entrevistada que trabalha e estuda, porém concebe a experiência de ser mulher representada exclusivamente pela maternidade, ou aquela que sonha morar na cidade e fazer uma faculdade, mas namora há dois anos um agricultor sem perspectivas de deixar o campo, ou ainda aquela que deseja estudar e ter uma profissão, mas não abre mão da vida dedicada ao marido e aos filhos. Diferentes vozes que apontam para um momento de mudança em que se apresenta a mescla dos valores antigos com os novos, com os quais elas parecem se identificar. Nesse sentido, as mais novas possuem uma postura crítica em relação a suas mães, colocando-se em uma postura contrária à mulher que se dedica exclusivamente à família e vive em função do outro e tendo, inclusive, que depender financeiramente do marido. Tal concepção aponta para um processo de desidentificação delas com a geração anterior. As jovens na atualidade desejam ter mais autonomia, independência e liberdade.

Nesse contexto, delineiam-se ainda duas representações distintas em relação a ser homem e ser mulher. O primeiro implica em uma postura mais despreocupada, com mais diversão e um descompromisso com as questões que não dizem respeito à lavoura. Os homens parecem usufruir as categorias de *autonomia e liberdade*, possuindo o direito de ir e vir, enquanto as mulheres possuem uma vida mais presa e controlada, cheia de afazeres e compromissos diários, sem descanso e lazer. Relatam o sofrimento e o excesso de responsabilidade que vivenciam, no entanto, também se referem à dificuldade de renunciar a esse lugar de referência no âmbito doméstico que lhes confere um certo poder e controle.

Inserida então nessa problemática é que compreendemos a preferência de algumas mulheres em ser homem, pois invejam a postura masculina mais descompromissada e despreocupada. E, acima de tudo, invejam a maior liberdade e autonomia. Essas mulheres não estão em busca de poder, o que elas desejam é ter mais autonomia e liberdade, saindo de uma postura de total dependência e submissão. Interessante é essa narrativa, que se aproxima de certa forma à descrição, realizada por Birman (1999) da nova Carmem, no aspecto em que a

personagem almeja “a fruição do viver livremente, dentro do possível”, de mãos dadas com seu desejo em toda sua consistência e distante da luta pelo poder, como também de suas insígnias. Não estamos afirmando que o perfil da nova Carmem se assemelha em sua completude ao perfil das mulheres de Janela das Andorinhas, porém apontando um aspecto relevante e que merece reflexão, no ponto em que menciona a questão do desejo feminino na empreitada de ter maior autonomia e liberdade.

Dessa forma, algumas de nossas entrevistadas saíram em busca desses objetivos e atualmente trabalham fora, ganham seu dinheiro e possuem uma vida um pouco mais individualizada. Notamos, assim, a ampliação do campo de investimento libidinal das mulheres mais novas, indicando novos caminhos para o desejo feminino, que não o destino exclusivo de se tornarem mães. Com efeito, não é a demanda fálica que prevalece nas diferentes narrativas. Nesse contexto, emerge o *desdobrar-se* feminino, descrito por meio da mulher que sai em busca de seu desejo e se desdobra para alcançá-lo. Nessas narrativas encontramos elementos como a flexibilidade, o querer, e a criatividade na busca de se encontrar novas formas de viver. O *desdobrar-se* implica a dimensão da experiência, em sua face criativa, múltipla e singular, na medida que se refere ao processo de cada sujeito. Esse seria o território da feminilidade, enunciado pelos psicanalistas Birman (1999, 2001) e Arán (2000, 2002).

No entanto, é forte a presença do modelo tradicional de feminilidade nesse determinado contexto rural, em que sobressaem os atributos de ser “reservada”, “delicada”, “obediente” e “educada”, os quais aparecem mesclados à representação da mulher como mãe. Grande parte ainda acredita que a maternidade faz parte do destino feminino. Surge, contudo, um novo tom, vindo de uma voz tímida, e como em um acorde final, indica a presença de um novo território para a feminilidade, ligada ao estilo e a musicalidade de cada sujeito. Em sua fala, o feminino aparece ligado à possibilidade de criação de um estilo próprio. Para completar, relaciona ainda com condição de incompletude do ser humano, o que, em suas palavras, direcionaria o sujeito à busca de algo novo.

Em suma, ainda que o modelo tradicional de feminilidade se faça presente, temos notícias, na narrativa das jovens, de uma ampliação das saídas subjetivas na travessia de se tornar uma mulher, com uma leve indicação de que o território do feminino se insinua sob novas formas.

6 Referências bibliográficas

ARÁN, M. A singularização adiada: o feminino na civilização moderna. In: BIRMAN, J. (Org.) **Feminilidades**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2002.

ARÁN, M. **O avesso do avesso: feminilidade e novas formas de subjetivação**. 2001. 222p. Tese de Doutorado - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

ASSOUN, P. L. (1983) **Freud e a mulher**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1997.

BIRMAN, J. **Por uma estilística da existência**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

BIRMAN, J. **Cartografias do Feminino**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

BIRMAN, J. **Gramáticas do Erotismo**. A feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise. Civilização Brasileira, 2001.

BRANCO, A. **Mulheres da Seca: luta e visibilidade numa situação de desastre**. João Pessoa: UFPB, Ed. Universitária, 2000.

BRUMER, A. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, v.12, n.1, p.205-227, jan./abr.2004.

DUBY, G & PERROT, M. **História das Mulheres**. O século XIX.V.4. Porto, Afrontamento, 1995.

ESMERALDO, G. G. S.; ARAGÃO, I. . M.; PINHEIRO, M. M. Z. **Ceará no Feminino: as condições de vida da mulher da zona rural**. Fortaleza: UFC, 2003.

FISHER, I. R. A participação da mulher no orçamento familiar. **Trabalhos para discussão**. N.133//2002. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/tpd/133.html>. Acesso em: 09 julho 2005.

FREUD, S. Cartas 69, 70,71. **Edição Standard Brasileira das obras completas**, vol. I. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

FREUD, S. (1905) Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. **Edição Standard Brasileira das obras completas**, vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

- FREUD, S. (1915) Os instintos e suas vicissitudes. **Edição Standard Brasileira das obras completas**, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- FREUD, S. (1920) Além do princípio do prazer. **Edição Standard Brasileira das obras completas**, vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- FREUD, S. (1923) O ego e o id. **Edição Standard Brasileira das obras completas**, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- FREUD, S. (1923) Organização genital infantil. **Edição Standard Brasileira das obras completas**, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- FREUD, S. (1924) A dissolução do complexo de Édipo. **Edição Standard Brasileira das obras completas**, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- FREUD, S. (1924) O problema econômico do masoquismo. **Edição Standard Brasileira das obras completas**, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- FREUD, S. (1925) Algumas conseqüências psíquicas das distinções anatômicas entre os sexos. **Edição Standard Brasileira das obras completas**, vol. XIX. Rio de Janeiro, 1976.
- FREUD, S. (1925) Uma nota sobre o bloco mágico. **Edição Standard Brasileira das obras completas**, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- FREUD, S. (1931) Sexualidade Feminina **Edição Standard Brasileira das obras completas**, vol. XXI Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- FREUD, S. (1933) A feminilidade. Novas Conferências Introdutórias XXXIII. **Edição Standard Brasileira das obras completas**, vol. XXII, 1969.
- FREUD, S. (1937) Análise terminável e interminável. **Edição Standard Brasileira das obras completas**, vol. XXIII, 1975.
- FOUCAULT, F. (1993) **História da sexualidade**. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988.
- GARCIA; C. Psicanálise e mulher contemporânea. In: GARCIA & NETO (Org.). **Mulher: cultura e subjetividade**. Rio de Janeiro: Coletâneas da ANPEPP: vol. 1, no. 7, 1997.
- HALL, C. Sweet Home. In: PERROT, M. (Org.). **História da vida privada**. Da Revolução Francesa à primeira Guerra. Companhia das Letras, São Paulo, 2003.
- HUNT; L. Revolução Francesa e vida privada. In: PERROT, M. (Org.). **História da vida privada**. Da Revolução Francesa à primeira Guerra. Companhia das Letras, São Paulo, 2003.

- KEHL, M. R. **Deslocamentos do feminino**. Imago, Rio de Janeiro, 1998.
- LAQUEUR, J. (1992) **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LASCH, C. (1977) **Refúgio num mundo sem coração**. A família: santuário ou instituição sitiada? São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- NERI, R. **Modernidade**: o encontro histórico da psicanálise com a histeria. 1999. 287p. Tese de doutorado - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.
- NICOLACI-DA-COSTA, A. M. **MEDS**: método de explicitação do discurso subjacente. Apostila desenvolvida no Seminário “Análise do discurso”, PUC-RIO, 2006.
- NICOLACI-DA-COSTA, A. M. **Sujeito e cotidiano**: a dimensão psicológica do social. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1987.
- NUNES; S. **O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha**. Um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- ROCHA, C., FERREIRA, D., LIMA; S. Saúde da trabalhadora rural. **Rede Feminista de Saúde**. No.26. Belo Horizonte, julho, 2004.
- ROCHA-COUTINHO, M. L. **Tecendo por trás dos panos**. A mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- ROUSSEAU, J. (1762) **Emílio ou da Educação**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- OLIVEIRA, F.; LUZ, J. Quebradoras de coco: arte, histórias e lutas. **Rede Feminista de Saúde**, n.26, p.29-34, julho 2004.
- OLIVEIRA, M. L.; RABAY, G. A vida das mulheres no semi-árido nordestino: pobreza, desigualdades e teimosia. **Rede Feminista de Saúde**, n.26, p.10-12, julho 2004.
- SCHAAF, A. V. Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 5, n.10, p.412-442, 2003.
- SILVA, M. De colona a bóia-fria. In: DEL PRIORI, M (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2004.
- VENÂNCIO, R. Maternidade negada. In: DEL PRIORI, M (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.